



**Beatriz Lopes Jardim TRADUÇÃO E ESTUDO COMPARADO DOS TEXTOS
ENVOLVIDOS EM PROCESSOS DE DIVÓRCIO NO
REINO UNIDO E EM PORTUGAL**



**Beatriz Lopes Jardim TRADUÇÃO E ESTUDO COMPARADO DOS TEXTOS
ENVOLVIDOS EM PROCESSOS DE DIVÓRCIO NO
REINO UNIDO E EM PORTUGAL**

Projeto apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução Especializada em Ciências Jurídicas, realizado sob a orientação científica da Doutora Maria Teresa Roberto, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho a toda a gente que teve fé em mim.

o júri

presidente

Professora Doutora Maria Teresa Murcho Alegre

Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Professora Doutora Alexandra Marina Nunes Albuquerque

Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (arguente)

Professora Doutora Maria Teresa Roberto

Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientadora)

agradecimentos

Gostaria de agradecer:

À Professora Maria Teresa Roberto que conseguiu arranjar tempo para supervisionar este projeto e cujas opiniões o enriqueceram consideravelmente.

Ao Professor Lucas Pires, que respondeu às minhas dúvidas, e à Professora Brasete, que ajudou a solucionar o maior problema que este projeto apresentou.

Ao tribunal de Família e de Menores de Aveiro que, muito graciosamente, me forneceu uma cópia de uma petição para o divórcio sem consentimento de um dos cônjuges.

À Conservatória de Oliveira de Azeméis, onde criaram espontaneamente um modelo de uma petição para o divórcio com consentimento de ambos os cônjuges simplesmente porque eu pedi.

Aos meus pais, que sempre me asseguraram que ia tudo correr bem; ao meu irmão, sempre a distração perfeita; aos meus avós, que estão sempre prontos a dar-me atenção e ouvirem os meus problemas; e à minha tia Cristina, que me deu boleia para a universidade durante anos e que me aguentou quando não precisava.

palavras-chave

divórcio, textos jurídicos, compração, tradução, Portugal, Reino Unido

resumo

O divórcio está cada vez mais presente no dia a dia, e, com a crescente internacionalização, está igualmente o divórcio entre casais de diferentes nacionalidade. Assim, é inteiramente possível que um tema como o divórcio seja futuramente objeto de trabalho. Como tal, o presente projeto propõe-se explorar as diferenças entre o divórcio no Reino Unido (Inglaterra e País de Gales) e em Portugal numa comparação a vários níveis, e a realizar traduções dos documentos ingleses envolvidos nesse processo com o objetivo de no futuro, possivelmente, poderem servir de apoio a portugueses residentes no Reino Unido que desejam divorciar-se.

keywords

divorce, legal texts, comparison, translation, Portugal, United Kingdom

abstract

By now, the divorce is a part of our daily lives. The divorce between people of different nationalities grows with the crescent internalization. It is possible that I and other translators will work with this subject in the future. As such, this project has the goal of translating the texts involved in the process of divorce in the United Kingdom (England and Wales), with the hope that the translations might someday help Portuguese living in the UK who want to divorce there; as well as studying and comparing the differences between the divorces in the UK and Portugal.

Índice

Introdução.....	7
1. O divórcio	9
1.1. O divórcio em Portugal.....	11
1.2. O divórcio no Reino Unido.....	13
2. Processo de tradução	17
2.1. Tradução funcional e o paradigma da qualidade	19
2.2. Teoria e metodologia da tradução.....	21
2.3. Estratégias de tradução	23
2.4. Dificuldades e problemas de tradução	24
3. Textos jurídicos	29
3.1. Textos do divórcio em Portugal.....	30
3.2. Textos do divórcio em Inglaterra e no País de Gales	35
3.3. A pragmática nos textos jurídicos.....	40
3.4. A intertextualidade	43
4. Análise comparativa	45
4.1. Fatores externos e internos.....	45
4.2. Nível discursivo	55
4.3. Nível de conteúdo	56
4.4. Nível formal	58
4.5. Nível institucional.....	60
4.6. Nível relacional	62
5. Análise tradutológica	65
Notas conclusivas.....	71
Referências bibliográficas	77

Índice de tabelas

Tabela 1 - Definições de tradução.....	17
Tabela 2 - Características da tradução jurídica	18
Tabela 3 - Comparação entre os textos: fatores externos (adaptação do modelo: Nord, 2005, p. 160)	52
Tabela 4 - Comparação entre os textos: fatores internos e efeito (adaptação do modelo: Nord, 2005, p. 160)	54

Índice de anexos

I. Modelo de petição inicial do divórcio por mútuo consentimento (pág.1).....	1
II. Modelo de petição inicial do divórcio por mútuo consentimento (pág. 2).....	2
III. Acordo quanto à morada da família (pág. 1)	3
IV. Acordo quanto à morada da família (pág. 2)	4
V. Acordo quanto à morada da família (pág. 3)	5
VI. Acordo quanto à prestação de alimentos (pág. 1).....	6
VII. Acordo quanto à prestação de alimentos (pág. 2).....	7
VIII. Acordo quanto às responsabilidades parentais (pág. 1).....	8
IX. Acordo quanto às responsabilidades parentais (pág. 2).....	9
X. Acordo quanto às responsabilidades parentais (pág. 3).....	10
XI. Acordo quanto às responsabilidades parentais (pág. 4).....	11
XII. Acordo quanto às responsabilidades parentais (pág. 5).....	12
XIII. Acordo quanto às responsabilidades parentais (pág. 6).....	13
XIV. Acordo quanto às responsabilidades parentais (pág. 7).....	14
XV. Acordo quanto às responsabilidades parentais (pág. 8).....	15
XVI. Acordo quanto às responsabilidades parentais (pág. 9).....	16
XVII. Acordo quanto à manutenção dos apelidos.....	17
XVIII. Petição pelo divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (pág. 1).....	18
XIX. Petição pelo divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (pág. 2).....	19
XX. Petição pelo divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (pág. 3).....	20
XXI. Petição pelo divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (pág. 4).....	21
XXII. Petição pelo divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (pág. 5).....	22
XXIII. Petição pelo divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (pág. 6).....	23
XXIV. ST 1 – Divorce, dissolution and (judicial) separation petition (page 1).....	24
XXV. TC 1 – Petição de divórcio, dissolução ou separação (judicial) (pág. 1).....	25
XXVI. ST 1 – Divorce, dissolution and (judicial) separation petition (page 2).....	26
XXVII. TC 1 – Petição de divórcio, dissolução ou separação (judicial) (pág. 2).....	27

XXVIII. ST 1 – Divorce, dissolution and (judicial) separation petition (page 3).....	28
XXIX. TC 1 – Petição de divórcio, dissolução ou separação (judicial) (pág. 3).....	29
XXX. ST 1 – Divorce, dissolution and (judicial) separation petition (page 4).....	30
XXXI. TC 1 – Petição de divórcio, dissolução ou separação (judicial) (pág. 4).....	31
XXXII. ST 1 – Divorce, dissolution and (judicial) separation petition (page 5).....	32
XXXIII. TC 1 – Petição de divórcio, dissolução ou separação (judicial) (pág. 5).....	33
XXXIV. ST 1 – Divorce, dissolution and (judicial) separation petition (page 6).....	34
XXXV. TC 1 – Petição de divórcio, dissolução ou separação (judicial) (pág. 6).....	35
XXXVI. ST 1 – Divorce, dissolution and (judicial) separation petition (page 7).....	36
XXXVII. TC 1 – Petição de divórcio, dissolução ou separação (judicial) (pág. 7).....	37
XXXVIII. ST 1 – Divorce, dissolution and (judicial) separation petition (page 8).....	38
XXXIX. TC 1 – Petição de divórcio, dissolução ou separação (judicial) (pág. 8).....	39
XL. ST 2 – Answer to a divorce, dissolution, (judicial) separation or nullity petition (page 1)	40
XLI. TC 2 – Resposta a petição de divórcio, dissolução, separação (judicial) ou anulação (pág. 1).....	41
XLII. ST 2 – Answer to a divorce, dissolution, (judicial) separation or nullity petition (page 2)	42
XLIII. TC 2 – Resposta a petição de divórcio, dissolução, separação (judicial) ou anulação (pág. 2).....	43
XLIV. ST 2 – Answer to a divorce, dissolution, (judicial) separation or nullity petition (page 3)	44
XLV. TC 2 – Resposta a petição de divórcio, dissolução, separação (judicial) ou anulação (pág. 3).....	45
XLVI. ST 2 – Answer to a divorce, dissolution, (judicial) separation or nullity petition (page 4)	46
XLVII. TC 2 – Resposta a petição de divórcio, dissolução, separação (judicial) ou anulação (pág. 4).....	47
XLVIII. ST 3 – Statement in support of divorce and (judicial) separation – adultery (page 1)	48

XLIX. TC 3 – Declaração em suporte do divórcio ou separação (judicial) – adultério (pág. 1)	49
L. ST 3 – Statement in support of divorce and (judicial) separation – adultery (page 2).....	50
LI. TC 3 – Declaração em suporte do divórcio ou separação (judicial) – adultério (pág. 2)	51
LII. ST 3 – Statement in support of divorce and (judicial) separation – adultery (page 3).....	52
LIII. TC 3 – Declaração em suporte do divórcio ou separação (judicial) – adultério (pág. 3)	53
LIV. ST 4 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – desertion (page 1).....	54
LV. TC 4 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – deserção (pág. 1).....	55
LVI. ST 4 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – desertion (page 2).....	56
LVII. TC 4 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – deserção (pág. 2)	57
LVIII. ST 4 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – desertion (page 3).....	58
LIX. TC 4 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – deserção (pág. 3).....	59
LX. ST 4 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – desertion (page 4).....	60
LXI. TC 4 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – deserção (pág. 4).....	61
LXII. ST 5 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – 2 years’ consent (page 1)	62
LXIII. TC 5 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – 2 anos com consentimento (pág. 1.1)	63
LXIV. TC 5 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – 2 anos com consentimento (pág. 1.2)	64
LXV. ST 5 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – 2 years’ consent (page 2)	66
LXVI. TC 5 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – 2 anos com consentimento (pág. 2)	67
LXVII. ST 5 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – 2 years’ consent (page 3)	68
LXVIII. TC 5 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – 2 anos com consentimento (pág. 3)	69
LXIX. ST 6 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – 5 years’ separation (page 1).....	70

LXX. TC 6 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – separação por 5 anos (pág. 1)	71
LXXI. ST 6 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – 5 years’ separation (page 2)	72
LXXII. TC – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – separação por 5 anos (pág. 2)	73
LXXIII. ST 6 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – 5 years’ separation (page 3)	74
LXXIV. TC 6 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – separação por 5 anos (pág. 3)	75
LXXV. ST 7 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – unreasonable behaviour (page 1)	76
LXXVI. TC 7 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – comportamento irrazoável (pág. 1.1).....	77
LXXVII. TC 7 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – comportamento irrazoável (pág. 1.2).....	78
LXXVIII. ST 7 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – unreasonable behaviour (page 2)	80
LXXIX. TC 7 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – comportamento irrazoável (pág. 2).....	81
LXXX. ST 7 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – unreasonable behaviour (page 3)	82
LXXXI. TC 7 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – comportamento irrazoável (pág. 3).....	83
LXXXII. ST 8 – Application for a decree nisi/conditional order or (judicial) separation decree/order	84
LXXXIII. TC 8 – Solicitação para uma ordem/decreto condicional ou ordem/decreto de separação (judicial).....	85
LXXXIV. ST 9 – Notice of application for decree nisi to be made absolute or conditional order to be made final.....	86
LXXXV. TC 9 – Aviso de aplicação para tornar o decreto condicional absoluto ou a ordem condicional final	87
LXXXVI. ST 10 – Application notice (page 1)	88
LXXXVII. TC 10 – Aviso de aplicação (pág. 1).....	89
LXXXVIII. ST 10 – Application notice (page 2)	90
LXXXIX. ST 10 – Application notice (page 3)	91
XC. TC 10 – Aviso de aplicação (pág. 3)	93
XCI. ST 10 – Application notice (page 4).....	94
XCII. TC 10 – Aviso de aplicação (pág. 4.1)	95
XCIII. TC 10 – Aviso de aplicação (pág. 4.2)	96

Introdução

Realizado no âmbito do Mestrado de Tradução Especializada em Ciências Jurídicas, este projeto tem como objetivo a obtenção do grau de mestre através da demonstração das competências adquiridas ao longo do percurso de aprendizagem na área de Tradução, e, mais especificamente, no campo Jurídico e dos documentos legais. Para isto, proponho-me a realizar uma comparação entre os processos de divórcio em Portugal e no Reino Unido, assim como a traduzir os principais textos do divórcio de inglês para português.

Atualmente, o divórcio tem um papel tão comum na vida de um casal como o próprio casamento, realizando-se com quase tanta frequência quanto este. Igualmente, nesta era de internacionalização, casamentos entre pessoas de diferentes países tornam-se cada vez mais vulgares; o mesmo acontece com o processo contrário. Pode ocorrer, no entanto, que estas pessoas não conheçam o suficiente da língua para proceder ao divórcio.

O caso do Reino Unido, em comparação com Portugal, tem uma característica curiosa: o processo começa, procede e termina através do preenchimento de uma série de formulários, cujo texto é praticamente autoexplicativo, direcionados a um público-alvo com menor conhecimento de terminologia jurídica e da Lei. É vastamente diferente do divórcio português, que tem como primeiro passo, geralmente, a contratação de um advogado que não só assiste a todos os momentos legais como redige os textos altamente formais envolvidos no processo.

A comparação de ambos os processos é extremamente interessante, não só pela forma distinta como estão divididos e escritos, mas também pelos participantes envolvidos em cada caso: os processos são definidos pelo seu meio cultural, que por sua vez espera deles diferentes patamares de conhecimento jurídico e formalidade. Assim, a comparação passará, obrigatoriamente, por uma fase de análise aprofundada dos processos a vários níveis: a nível formal (estrutura), a nível discursivo (estilo de língua, nível de formalidade), a nível institucional (quais as instituições envolvidas no processo,

além do próprio tribunal), e ao nível de conteúdo (a divisão e encadeamento dos documentos, como estão interligados, o que há a preencher), entre outros.

Por outro lado, ao traduzir os vários textos implicados no processo de divórcio do Reino Unido espero ajudar as pessoas que não entendam o suficiente da língua e estranham a maneira autónoma como o procedimento se desenvolve. Sendo formulários bastante ágeis, após serem traduzidos necessitarão apenas de atualizações pontuais quando alguma alteração na Lei assim o dite. Da mesma forma, quero analisar as mudanças linguísticas que ocorrem devido a fatores extratextuais, como a sequencialidade nos diferentes pontos do divórcio e, consequente, a dos vários documentos.

Tendo isto em conta, este trabalho divide-se em cinco capítulos onde são analisados, estudados e comparados os processos e a tradução do divórcio. O primeiro capítulo debruça-se exatamente sobre o que é, efetivamente, o divórcio nos países em questão e como é que este se desenrola a nível legal. Esta é somente uma análise processual, que apresenta brevemente os documentos envolvidos. Por sua vez, o segundo capítulo debruça-se sobre a teoria e a metodologia da tradução envolvidos neste projeto. O terceiro capítulo aprofunda os *corpora*, tratando do seu estilo de língua, da sua estrutura e do seu propósito. Tendo em consideração a existência de vários textos interligados, esta análise focar-se-á em especial nas áreas da pragmática e da intertextualidade. Apoiando-se nas conclusões retiradas do terceiro capítulo, no quarto realizar-se-á a comparação dos *corpora*. Além dos vários níveis comparativos supramencionados, uma parte importante desta análise será o estudo dos factores internos e externos como Nord (2005) os expõe. Este trabalho culminará no quinto capítulo, focado na tradução dos textos ingleses, nos problemas que esta levantou e nas estratégias tomadas para os resolver.

Este projeto tem como principal objetivo o estudo de uma área pouco mencionada mas vastamente presente no dia a dia entre o par de línguas mais comum com a língua portuguesa. A comparação pretende uma análise textual dentro do mesmo género textual – o dos textos jurídicos – através de dois *corpora* com marcadas diferenças mas o mesmo desígnio. Por seu lado, a tradução porá em prática os ensinamentos acumulados ao longo dos anos, demonstrando e expondo os conhecimentos adquiridos.

1. O divórcio

O divórcio tem uma longa história no lado ocidental do mundo, não podendo ser dissociado da religião católica ou protestante. O casamento, sendo um dos contratos mais antigos do mundo, só “podia ser dissolvido por morte da mulher ou do marido” (Phillips, 1991, p. 15) segundo a religião católica, que prevaleceu na Europa durante séculos – e permanece predominante em Portugal. Por outro lado, o divórcio está na origem do nascimento da religião protestante – especificamente, os vários divórcios do rei inglês, Henrique VIII. Assim, vemos que o divórcio, segundo Holstein (1996, p. 9) é “indissociável do casamento, sendo somente o seu lado negro”. De facto, “lado negro” são as palavras corretas para definir a ação do divórcio aos olhos da sociedade durante um longo período de tempo: o divórcio, especialmente nos países altamente católicos, era visto como uma falha do casal, e as mulheres divorciadas sofriam um estigma que afetava as suas vidas de forma irremediável. Apesar das mudanças trazidas pela luta pelos direitos das mulheres e das reformas católicas e, geralmente, pela abertura da mentalidade social, o divórcio é encarado como um problema sem solução com várias consequências negativas.

Essas consequências negativas, como supramencionado, têm parcialmente base na visão que a sociedade mantém do divórcio e das pessoas que escolhem divorciar-se. Porém, mais do que a opinião da sociedade, é o efeito que o divórcio tem, tanto nos cônjuges divorciados como nas pessoas em seu redor, que caracteriza este processo negativamente. O problema mais óbvio são as consequências que a separação dos pais tem nos filhos. Emery (1988, p. 9) diz-nos que “Children of divorced parents are portrayed as either fragile or magnificently resiliente”, o que demonstra de imediato a forma diferente como estas crianças são vistas das outras. De facto, um estudo realizado com base em oitenta situações clínicas identifica três tipos de problemas específicos nas crianças de pais divorciados: “a identificação com o progenitor que se diz lesado, a recusa da separação do casal e as perturbações de representação” (Berger, 1997, p. 27). No entanto, independentemente disto, a realidade do divórcio é distinta para cada pessoa que a experimenta, e a única coisa comum a todos é a mudança e consequente necessidade de adaptação.

No entanto, apesar de o divórcio ser um objeto de estudo extremamente interessante a nível histórico, social, e psicológico, como mencionado na introdução este trabalho foca-se na tradução dos documentos associados ao processo de divórcio enquanto ação jurídica, a ter lugar no mundo do Direito.

O divórcio é o processo pelo qual se desfazem os vínculos de duas pessoas unidas pelo casamento. Não se deve confundir “divórcio” com “separação judicial”, apesar de estes termos serem frequentemente utilizados como sinónimos. Tanto o divórcio como a separação judicial são formas diferentes, com consequências diferentes, de dissolver o casamento. A separação judicial termina a vida conjugal – os cônjuges não são obrigados a cumprir os deveres de coabitação e de assistência – mas não termina o casamento em si, pelo que nenhum dos dois pode casar de novo (só podem casar de novo se efetivamente se divorciarem ou se um dos dois falecer, caso em que o seu estatuto passa automaticamente a viúvo/a).

No espaço comum conhecido como União Europeia (UE), é possível realizar a dissolução do casamento noutros locais para além daquele onde ambos os cônjuges vivem ou detêm nacionalidade. O sistema conhecido como “primeira vez” significa que, desde que o cônjuge tenha direito à dissolução do casamento em determinado país da UE e tenha sido o primeiro a começar os procedimentos, é nesse país que o processo inteiro ocorrerá. Tendo em conta que as leis que dividem os bens matrimoniais podem variar de país para país, esta é uma escolha importante para os cônjuges.

O divórcio em Portugal e o divórcio no Reino Unido são processos bastante diferentes não só em termos judiciais como em termos textuais: em Portugal, o processo divide-se em textos de alta formalidade, usualmente redigidos por um advogado; estes documentos podem variar consideravelmente (apesar da existência de modelos), dependendo das circunstâncias do casal, tais como a existência de filhos ou de morada familiar e do tipo de divórcio. Pelo contrário, no Reino Unido, o texto é praticamente autoexplicativo e direcionado a um público-alvo com menor conhecimento de terminologia jurídica e da Lei, apresentado numa série de formulários interligados; o único ato de quem deseja divorciar-se é preenchê-los e enviá-los para o tribunal juntamente com os restantes documentos necessários. Nas grandes diferenças entre os

processos, sobressaem a necessidade de um advogado no Reino Unido e o facto de não ser preciso justificar o divórcio em Portugal. Veremos em seguida como estes processos decorrem.

1.1. O divórcio em Portugal

Portugal tem duas modalidades de divórcio, ou seja, dois processos com características e momentos diferentes que resultam na mesma consequência. Estas são o divórcio por mútuo consentimento¹ e o divórcio sem consentimento de um dos cônjuges, também conhecido como divórcio litigioso. Como os nomes indicam, na primeira modalidade ambos os parceiros concordam com o divórcio, criando um processo relativamente simples e rápido; na segunda, pelo contrário, um dos parceiros não concorda com o divórcio por algum motivo, tornando-se o réu de um processo litigioso. O divórcio sem consentimento de um dos cônjuges é visivelmente mais complexo e demorado.

Atualmente, o divórcio com consentimento de ambos os cônjuges pode ser realizado tanto pela Conservatória de registo Civil, como iniciado *online* e terminado na Conservatória. No primeiro caso, pode ser realizado em qualquer conservatória do país sem a necessidade de constituir advogado, tendo de se apresentar uma série de documentos “baseados em todas as consequências do divórcio”:

a atribuição da última residência familiar, a autoridade parental, a residência das crianças, as condições dos seus contactos com o parente que não partilhar, habitualmente, a sua residência, as suas pensões de alimentos, as vantagens financeiras concedidas ao cônjuge economicamente desfavorecido pela separação, a repartição dos bens. (Holstein, 1996, p. 49)

Hoje em dia, a maioria dos modelos destes documentos a apresentar encontra-se disponível *online*, com exceção daqueles particulares a cada situação:

- Se existir, a certidão da convenção antenupcial quando celebrada perante entidade externa à Conservatória;

¹ Informação retirada do portal *Civil Online*.

- Se existirem bens comuns, documento que os especifique e indique o seu valor (neste caso, o divórcio é por mútuo consentimento com partilha de bens);
- Se existirem filhos menores, acordo de exercício das responsabilidades parentais, apenas quando não tenha havido regulação judicial (nessas circunstância, é necessária a certidão da sentença judicial em questão);
- Se for o caso para um dos cônjuges, acordo sobre a prestação de alimentos ao que deles careça;
- Se existe, acordo sobre o destino da casa onde morava a família;
- Se for o caso, autorização de manutenção de apelidos.

Por sua vez, o processo *online* pode ser realizado por cidadãos portugueses e brasileiros com estatuto de igualdade de direitos e deveres que apresentem um certificado digital (documento eletrónico que verifica a identidade do titular do Cartão de Cidadão), assim como por advogados em representação dos cônjuges que apresentem um certificado digital comprovando a sua qualidade profissional. Desta forma, o processo pode ser iniciado por qualquer um dos cônjuges e pelo seu representante ou representantes. Tem três etapas:

1. Submissão do pedido, por um dos cônjuges, pelo advogado de apenas um ou pelo(s) advogado(s) de ambos, que inclui a entrega dos documentos necessários supramencionados;
2. Aprovação do pedido pelo segundo cônjuge ou pelo seu advogado apenas nos casos onde ele não está diretamente envolvido na submissão do pedido;
3. Pagamento do pedido.

Após isto, inicia-se o processo na Conservatória, onde, em ambas as formas do processo, é realizado o auto do requerimento escrito ou da declaração verbal acerca do divórcio, comprovando o novo estatuto dos ex-cônjuges.

O divórcio sem consentimento de um dos cônjuges tem de ser obrigatoriamente assistido por advogados e processa-se pelo tribunal. Grande parte dos divórcios desta modalidade é, na realidade, convertida em divórcios por mútuo consentimento através de tentativas de conciliação – o que beneficia o casal, dado que esta modalidade é mais

rápida e menos dispendiosa. Holstein declara que a “vantagem” do divórcio sem consentimento de ambos os cônjuges é que “permite ao cônjuge inocente justificar-se perante si mesmo e perante a sociedade e apontar os erros do seu cônjuge” (Holstein, 1996, p. 57). Isto é demonstrado na prévia necessidade de justificar o divórcio litigioso; tais justificações foram abolidas e, atualmente, o divórcio está fundamentado caso haja:

- 1) Separação de facto por um ano consecutivo;
- 2) Alteração das faculdades mentais do outro cônjuge de uma maneira que comprometa a vida em comum do casal, quando dure há mais de um ano;
- 3) Ausência não inferior a um ano do outro cônjuge, sem que haja notícias;
- 4) Quaisquer factos que demonstrem a rutura do casamento, independentemente da culpa dos cônjuges (art.º 1781.º do Código Civil).

Este processo dá entrada no tribunal na jurisdição do cônjuge que pretende divorciar-se e, só mais tarde, saberá o outro do acontecimento na sua qualidade de réu. Para dar entrada do processo, o advogado deve preencher uma petição inicial, cujo modelo de peça processual é comum para vários casos, e escrever uma carta formal expondo os factos: quando ocorreu o casamento, quais as circunstâncias (se há acordo nupcial, se há bens em comum ou filhos, entre outras) e o porquê de se requerer o divórcio. O juiz emitirá a sentença só depois de tanto estes factos como aqueles que o advogado do outro cônjuge apresentar futuramente forem provados em audiência no tribunal.

1.2. O divórcio no Reino Unido

O divórcio no Reino Unido diferencia-se de acordo com três áreas geográficas: Inglaterra e País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte. Apesar de o processo de divórcio em si ser semelhante, na medida em que os passos a tomar e a forma como são tomados são idênticos, algumas das leis que regem o divórcio são diferentes. Consequentemente, divorciar-se no País de Gales ou na Escócia vai ter resultados diferentes. Por exemplo, no que toca a bens a partilhar, a Escócia considera apenas o que chama de “propriedade matrimonial”, os bens adquiridos durante o casamento; por outro lado, na Inglaterra, no País de Gales e na Irlanda do Norte, tomar em conta acordos pré-nupciais não é legalmente obrigatório. Geralmente, estes acordos são vistos como uma das

circunstâncias do caso e apreciados apenas se certas salvaguardas existirem, nomeadamente, as necessidades financeiras dos filhos (se existirem) e se ambas as partes foram aconselhadas acerca das implicações do acordo.

No Reino Unido, se o divórcio é relativamente amigável e a situação financeira algo descomplicada, pode-se optar pelo divórcio “DIY”, sigla para “*Do-It-Yourself*”, também conhecido como o “divórcio simplificado”. Aqui, o processo de divórcio ocorre maioritariamente entre o casal e o tribunal sem necessitar do auxílio de um advogado. O divórcio simplificado assenta numa série de formulários a preencher que podem ser encontrados nas várias plataformas governamentais (Inglaterra e País de Gales, Irlanda do Norte e Escócia), e que são bastante explícitos na informação a dar.

O enfoque desta dissertação é o divórcio em Inglaterra e no País de Gales, neste caso a maior área no Reino Unido em consonância no que diz respeito ao processo. Este é constituído por várias fases que envolvem os futuros ex-parceiros e o tribunal de residência – ou, caso habitem em zonas diferentes, o tribunal da primeira pessoa a requerer o divórcio (ou a dissolução/separação (judicial)); todas se processam da mesma forma). Estas fases, de uma forma geral, são:

1. O/a Peticionário/a (quem pede o divórcio primeiro) submete o pedido de divórcio a um tribunal, justificando as razões para terminar a união e detalhando as circunstâncias do casamento;
2. Solicita um decreto condicional depois do/a Respondente (cônjuge que não pede o divórcio) concordar com a separação. O decreto condicional é uma ordem do tribunal que não tem força a não ser que determinada condição seja cumprida. No original “decree nisi”, sendo que *nisi* é latim e pode ser traduzido por “a não ser”.
3. Seis semanas e um dia depois, solicita um decreto absoluto que, legalmente, termina o casamento.

Vários momentos integram estas fases. Como referi, os participantes do divórcio simplificado são basicamente o casal e o tribunal, e os documentos envolvidos são os formulários a preencher. Cada um tem um papel a realizar durante o processo. Este começa com:

1. O/a Peticionário/a remete a petição preenchida, que pode ser encontrada *online*, para o tribunal, que a terminará de completar com os seus dados, e seguidamente

2. a enviará para o/a Respondente, o parceiro que não preencheu a petição e que pode ou não ter conhecimento de que esta foi despachada para o tribunal. O/a Respondente tem, então, duas opções,
 - a) contesta, preenchendo um formulário de resposta a ser enviado para o tribunal;
 - b) não contesta.

Caso ocorra a situação a), o tribunal enviará uma cópia da resposta para o/a Peticionário/a.

Caso ocorra a situação b), o/a Peticionário/a providenciará maneira para que os documentos necessários sejam entregues ao/à Respondente (ou, em alternativa, pode pagar ao tribunal para que este o faça).

3. Estando todos os elementos envolvidos cientes de que o processo de divórcio está a decorrer e sob quais circunstâncias, o/a Peticionário/a deve então preencher uma solicitação a justificar o divórcio (com uma das cinco justificações possíveis para realizar o divórcio na Inglaterra e no País de Gales) e pedir um decreto condicional.
4. O juiz considera a petição e, se esta for admitida, é listada para que seja pronunciado o decreto condicional acerca do divórcio em questão.
5. O decreto condicional é pronunciado.
6. Após uma espera de no mínimo seis semanas, o/a Peticionário/a pode solicitar um decreto absoluto. Uma de duas coisas pode acontecer:
 - a) O/a Peticionário/a solicita o decreto absoluto.
 - b) O/a Peticionário/a não solicita o decreto absoluto.

Caso ocorra a situação a), o requerimento é concedido, dado que, chegando a este ponto, não há motivos para que não o seja.

Caso ocorra a situação b), pode ser o/a Respondente ou outra pessoa relacionada com o caso, como um advogado, a solicitar o decreto absoluto após quatro meses e meio.

7. Isto levará a uma audiência perante o juiz acerca da solicitação de um decreto absoluto, que não pode ser concedido enquanto todas as matérias excepcionais não estiverem resolvidas. Quando tal acontecer, o requerimento é concedido.
8. O decreto absoluto é remetido; o casal está oficialmente divorciado.

Em relação ao ponto 3., os motivos para justificar o divórcio na Inglaterra e País de Gales são os seguintes:

- Adultério (não pode ser usado como justificação se o casal continuar a vida em comum durante seis ou mais meses depois da descoberta do adultério, a não ser que a relação adúltera permaneça ou haja outros casos);
- Deserção por mais de dois anos, tendo de provar-se que não viveram juntos durante um período de tempo substancial entretanto;
- Separação por dois anos se ambas as partes consentirem (podem viver na mesma habitação mas têm de provar que não mantinham vida em comum);
- Separação por cinco anos (se apenas uma parte consentir);
- Comportamento irrazoável (deve-se provar que, tendo em conta o comportamento de um cônjuge, o outro é incapaz de prosseguir com o casamento e a vida comum; esta justificação abrange desde maus-tratos a não terem qualquer interesse em comum).²

² Informação retirada dos seguintes sites: *Divorce.co.uk*; *Gov.uk*; *Ni Direct: Government Services*.

2. Processo de tradução

Devido à pluralidade de significados, ao longo dos tempos foram criadas várias formas de definir o que é, de facto, a tradução, Albir (2007) divide as possíveis definições de tradução em quatro grupos distintos, cada uma apoiada por autores distintos:

<i>Definição</i>		<i>Apoiada por</i>
Tradução como atividade entre línguas	Albir considera insuficiente por desvalorizar os elementos não-linguísticos do texto	Vinay & Dalbelnet (1958 citado por Albir, 2007, p. 37)
Tradução como atividade textual	Em contrapartida, incide nos vários elementos textuais; enfoque no <u>sentido</u> (Seleskovitch e Lederer) e na <u>equivalência</u> entre o TP e o TC (House)	Seleskovitch & Lederer (1984 citado por Albir, 2007, p. 38); House (1977 citado por Albir, 2007, p. 38)
Tradução como ato comunicativo	Definição aceite por muitos mas cada qual com especificidades prestando especial atenção: - ao contexto social (Hatim e Mason) - ao contexto cultural (Hewson e Martin e Hornby) - à finalidade do texto (Reiss e Vermeer)	Hatim & Mason (1990/1995 citado por Albir, 2007, p. 38); Hewson & Martin e Hornby (1991 e 1998 citados por Albir, 2007, p. 39); Reiss e Vermeer (1984 e 1996 citados por Albir, 2007, p. 39)
Tradução como processo de traduzir	Discórdia quanto à exatidão desse processo: enfoque nos <u>núcleos gramaticais</u> da língua de partida em comparação com a língua de chegada (Ayora) ou ato de “ <u>compreensão e expressão</u> ” (Lederer, retomando a sua abordagem supramencionada)	Ayora (1997 citado por Albir, 2007, p. 39) Seleskovitch & Lederer (1984 citado por Albir, 2007, p. 39)

Tabela 1 - Definições de tradução

Bell, também definindo a tradução como principalmente um ato comunicativo, diz-nos no entanto que o termo “tradução” tem três grandes significados interconectados: o processo (como ato comunicativo), o produto (texto de chegada) e o conceito abstrato de tradução, que abarca os dois significados anteriores (Bell, 1991 citado por Albir 2007, p. 40). De facto, Albir afirma que “(...) la Traducción más que un *saber* es un *saber hacer*” (2007, p. 25), distinguindo assim, de forma muito simples, tradução (processo) de tradutologia (a disciplina que estuda a tradução) e a teoria da tradução da prática de traduzir. Estas duas definições são as que estão mais em conformidade com o contexto deste trabalho, ao reconhecerem e aceitarem as múltiplas aceções de “tradução”.

Mas mais do que “apenas” tradução, este trabalho sobre textos jurídicos deve analisar as características da tradução especializada ou “tradução de géneros especializados” (Albir, 2007, p. 59). Como o nome indica, esta é a tradução de um texto redigido numa linguagem especializada e dirigido geralmente a especialistas de uma área – o que não ocorre neste caso específico, onde a tradução de textos especializados do género jurídico tem como público-alvo a população adulta em geral.

Gamero (1998 citado por Albir, 2007, p. 61) apresenta o que considera serem as características essenciais deste tipo de tradução numa tabela aqui reproduzida:

Características de funcionamiento textual	Competências necessárias ao tradutor	
<i>Importância do campo temático</i>	Conhecimento temáticos	Capacidade de documentar-se
<i>Terminologia específica</i>	Conhecimentos de terminologia	
<i>Géneros característicos</i>	Conhecimentos dos géneros característicos	

Tabela 2 - Características da tradução jurídica

Como podemos ver, tanto as características de funcionamento textual como as competências necessárias ao tradutor partem do campo de especialidade, que abrange todos os momentos do texto desde a sua conceção à entrega do texto de chegada. Em simultâneo, existe também uma certa interdependência entre as competências requeridas

pelo tradutor: se detivermos conhecimentos temáticos (não necessariamente sendo capazes de redigir um texto especializado, mas perfeitamente aptos a compreender o seu significado), em princípio teremos também conhecimentos de terminologia e dos géneros característicos à especialização (pensando aqui nas convenções linguísticas e textuais, por exemplo). Uma das mais importantes competências será então a capacidade de documentar-se, dado que textos paralelos, enciclopédias e afins são a melhor maneira de colmatar as lacunas no conhecimento do tradutor.

2.1. Tradução funcional e o paradigma da qualidade

Na realização da tradução dos textos do *corpus* inglês, optei por adotar um ponto de vista funcional não só pelas características deste ramo de pensamento como também devido à sua justaposição com os fatores de qualidade da tradução.

O funcionalismo na tradução advém de duas formas distintas de ver o texto de chegada: como uma “reprodução textual” do texto de partida, ou uma “produção textual” que parte do texto de partida mas não se foca nele (Schaffner, 1998 citado por Pinto, 2001, p. 288). Uma “reprodução textual” é a tradução do texto de partida a uma certa cultura e público-alvo, tendo a sua mensagem principal de ser transmitida ao público de chegada nestas diferentes circunstâncias. Por sua vez, a “produção textual”, na qual se baseia a tradução funcional, tem como objetivo a criação de um texto que depende inteiramente das necessidades deste público-alvo e do uso ou aplicação do texto num determinado contexto ou situação, não se fixando apenas na mensagem do texto de partida para o público-alvo de partida, mas também na mensagem para o público-alvo de chegada.

De facto, pode dizer-se que o mais importante na tradução funcional é o contexto em que o texto a ser produzido se insere e que, obrigatoriamente, difere do contexto em que o texto de partida foi redigido. É necessário ter em conta as várias particularidades que formam o contexto do texto de chegada: a origem do texto de partida – por que é que foi escrito, quem era o seu público-alvo; qual o perfil do público-alvo de chegada; quais os elementos do texto que devem ser reconstruídos, evitados ou elaborados para melhorar a compreensão e leitura do público-alvo; e quais os limites espaciais e temporais do texto, assim como o seu modo de transmissão (Pinto, 2001, p. 291).

No entanto, conhecer inteiramente o contexto do texto que desejamos produzir não significa que a sua qualidade será a desejada – ou seja, que o texto deixe todas as pessoas relacionadas com ele (autor do texto de partida, tradutor, público-alvo) completamente satisfeitas.

É complicado definir os fatores pelos quais se medirá a qualidade de uma tradução. Maria Pinto (2001) propõe uma adaptação do *EFQM Excellence Model*, o modelo de qualidade da Fundação Europeia para a Gestão da Qualidade. Este modelo, que abrange todas as áreas possíveis na sua falta de especificidade, apresenta nove critérios de medição da qualidade: cinco ferramentas que asseguram a qualidade – a liderança da equipa; a gestão dos membros da equipa; as políticas e estratégias adotadas; as parcerias e os recursos escolhidos; e os processos definidos a utilizar no trabalho – e quatro consequências da correta utilização das ferramentas – a satisfação do cliente com o resultado final; a satisfação da equipa com o trabalho realizado e com o resultado final; o próprio resultado final que se liga aos resultados do desempenho mostrado (Pinto: 2001, p. 290-293).

Porém, para medir a qualidade dos serviços de tradução, focamo-nos também numa série de atributos que, no fim de tudo, caracterizam a qualidade dos serviços de tradução. Alguns desses critérios de medição são:

- Critérios quantitativos, como calendarização e atrasos face a esta;
- Critérios qualitativos, relacionados com o ambiente do serviço e com suas garantias de qualidade;
- E critérios do serviço em si, uma amálgama geral dos anteriores: a duração do processo desde o pedido à entrega; a capacidade de resposta face a problemas inesperados; quem interveio no processo e se estas terão sido as pessoas certas; etc..

A questão a colocar tendo em conta a tradução funcional, onde o tradutor é o protagonista, e o paradigma da qualidade, cujo objetivo é a satisfação total de todos os envolvidos na tradução, é então como reconhecer o contexto “certo” e como assegurar a dita qualidade. Pinto (2001, p. 293) dá-nos uma resposta, e tendo em conta que o meu objetivo é realizar uma tradução funcional completamente satisfatória, passo a segui-la:

“Delimit the source and target cultural and situational spaces.”

- Os espaços cultural e situacional de partida são a Inglaterra e o País de Gales, especificamente as pessoas cuja situação conjugal chegou a um ponto de rutura; o de chegada, portugueses no estrangeiro – ou até pessoas que falam a língua portuguesa mas não o inglês – que enfrentam a mesma situação. Assumo que, no geral, o espaço cultural do público-alvo de chegada é o de um português que passou tempo suficiente no Reino Unido para casar-se e/ou formar uma parceria civil.

“Define objects (text types).”

- Os documentos jurídicos envolvidos nos processos de divórcio são textos injuntivos que fazem parte da ação que é realizar o divórcio. Os textos jurídicos não se encaixam perfeitamente em nenhuma das categorias de tipos textuais, mas podem ser excluídos delas de forma imediata: não contam ou descrevem nada, pelo que não são textos narrativos ou descritivos; não são textos dissertativos, cujo propósito é interpretar e avaliar; e, não apresentando o formato comum deste tipo textual (introdução, argumentação e conclusão), não são textos argumentativos. Assim, apesar do seu objetivo não ser exatamente instruir, os textos do divórcio encontram-se no tipo textual injuntivo.

“Define subjects: Active (translator) and Passive (user).” (Pinto)

- Concluimos então que existe apenas um sujeito ativo, enquanto os sujeitos passivos, de número incontável, são bastante difíceis de definir: adultos de ambos os sexos, possivelmente entre os 35 e os 50 anos de idade³, num estado emocional de certa vulnerabilidade e que, com a leitura e o preenchimento dos textos em questão, esperam ver a sua vida mudar.

2.2. Teoria e metodologia da tradução

Os métodos de tradução são escolhas acerca de como a tradução se processará, que afetam globalmente as decisões e técnicas tomadas ao longo da produção do texto (Molina e Albir, 2002, p. 11). Existem vários métodos, e decidir entre eles depende

³ Informação retirada do *Instituto Nacional de Estatística*.

sempre do objetivo da tradução. No que toca à tradução de textos jurídicos, contudo, mais do que apenas o objetivo, existe um dever para com o documento e a informação nele contida: o dever da fidelidade.

Today, one of the main tasks of translation theorists is to define criteria to be used by the translator when selecting an adequate translation strategy (...). This presupposes, of course, that the translator is at liberty to make such a decision. Legal translators have traditionally been bound by the principle of fidelity. Convinced that the main goal of legal translation is to reproduce the content of the source text as accurately as possible, both lawyers and linguists agreed that legal texts had to be translated literally. For the sake of preserving the letter of the law, the main guideline for legal translation was fidelity to the source text. Even after legal translators won the right to produce texts in the spirit of the target language, the general guideline remained fidelity to the source text. (Šarčević, 1997, p. 16)

Assim, seria esperado que o método de tradução preferido para textos jurídicos fosse o literal: o processo de traduzir cada palavra individualmente mostraria uma grande fidelidade ao texto. Porém, não é esse o significado de fidelidade neste caso, ou pelo menos, não o único significado: não nos podemos esquecer da mensagem que o texto pretende transmitir, que é de igual importância ao seu conteúdo. Ocorre então que o melhor método de traduzir textos jurídicos é a equivalência funcional.

Como o nome indica, está associada à tradução funcional, e foi descrita como “o procedimento que ocupa a área universal entre o texto de partida e o texto de chegada” (Newmark, 2005, p. 83 citado por Roberto, 2011). O objetivo é produzir um texto na língua de chegada que recrie, até onde for possível, o mesmo “efeito legal” do texto de partida: uma tradução fiel ao documento original, mas orientada para o público-alvo de chegada, que pode mesmo desconhecer completamente o ramo jurídico em questão. Este método permitir-me-á um foco no público-alvo e nas suas possíveis necessidades ao mesmo tempo que o texto de partida permanece o ideal que devo tentar emular.

2.3. Estratégias de tradução

Antes de discutir as várias estratégias de tradução que podem ser utilizadas na resolução de problemas tradutológicos, é necessário distinguir estratégia de tradução de técnica de tradução. As técnicas de tradução estão ligadas ao método de tradução escolhido pelo tradutor, consciente ou inconscientemente, para a produção do texto de chegada, mas, ao contrário do método, que afeta o texto no seu todo, a técnica é visível nas suas micro-unidades, quando é posta em prática. Por exemplo, se o método de tradução elegido for o literal, ao longo do texto veremos realizada a técnica de tradução literal (Albir, 2007, p. 249). Se compararmos traduções diferentes do mesmo texto produzidas através de métodos diferentes, veremos que as técnicas presentes mudam em consonância.

Estratégias de tradução, por outro lado, são os mecanismos plenamente individuais utilizados para resolver problemas de tradução – o que significa que podemos ver várias estratégias ao longo da tradução que nada têm a ver umas com as outras. Uma estratégia aplica-se somente ao problema naquele contexto e naquela tradução específica, com base nas suas características (como o tamanho disponível no texto de chegada e o registo linguístico); assim, essa estratégia pode não ser a resposta para o problema caso ele apareça de novo – mas é, certamente, um ponto de partida para a solução que pode auxiliar outros tradutores.

Pym (2003) apresenta uma série de estratégias de tradução e, tendo em conta os documentos jurídicos que fazem parte dos meus textos de partida, e o método de equivalência funcional que escolhi utilizar nas traduções, elegi as que me parecem mais proeminente e passíveis de ser usadas ao longo das traduções que realizarei:

- **Empréstimo**, também chamado de “uso de estrangeirismos”, é uma estratégia muito presente no dia a dia, mas que deveria ser evitada em textos jurídicos devido à fidelidade do uso de termos jurídicos portugueses. Porém, nestas traduções, pode haver algum momento em que nenhum termo jurídico de chegada faça jus e compreenda o significado completo do termo de partida de modo a servir de equivalente, pelo que a utilização do termo original pode ser o mais correto.

- **Explicitação** é a estratégia onde, como o nome indica, o significado do termo inserido é explicado através de informação adicional providenciada pelo tradutor sobre o contexto da língua de partida. Pode ser uma boa forma de evitar empréstimos, escolhendo traduzir o termo e esclarecer o que pode não estar claro para o público-alvo de chegada.

- **Inversão** ocorre quando se altera a ordem das orações de uma frase de modo a que façam mais sentido na língua de chegada e, frequentemente, para que a parte mais importante da frase seja ou o tema – a primeira oração da frase – ou o rema – a última oração da frase – e, assim, a parte mais memorável. Esta é uma das estratégias que se põe em prática inconscientemente no processo de tornar o texto mais fácil de ler para o público-alvo.

- **Paráfrase** é, basicamente, explicar um termo por outras palavras. Próxima da explicitação, é uma estratégia, utilizada sobretudo com termos que não têm um equivalente possível na língua de chegada ou com nomes de organizações e instituições desconhecidos para o público-alvo. Também é uma estratégia que deve ser usada com cautela, dado que ocupa sempre mais espaço do que aquele que o texto de partida fornece.

2.4. Dificuldades e problemas de tradução

Já foram mencionadas estratégias para solucionar problemas/dificuldades de tradução, mas até estes têm características comuns uns com os outros e devem ser analisados para que se possa concluir qual o seu cariz e motivo. Distingue-se, em primeiro lugar, “dificuldade” de “problema”: as dificuldades de tradução são inerentes ao tradutor e às suas capacidades, sendo individuais e subjetivas; enquanto os problemas de tradução têm a ver com o texto em si e podem apresentar-se a qualquer tradutor independentemente do seu nível de conhecimento e das ferramentas que tem a seu dispor (Nord, 2005, p. 166-167).

Tanto as dificuldades de tradução como os problemas de tradução podem ser divididos em quatro grupos distintos (Nord, 2005, p. 167). Começando com os problemas, estes podem ser:

- **Pragmáticos**, relacionados com o propósito do texto na língua de partida e o propósito da tradução na língua de chegada, assim como a situação em que ambos são produzidos. Por exemplo, no que toca aos textos do divórcio inglês, estes apresentam vários regulamentos relacionados com a prática do casamento/parceria civil e da separação (judicial). Devo traduzir estes regulamentos ou substituí-los por regulamentos do Direito português que sigam o mesmo propósito? Tendo em conta que o público-alvo da tradução se encontrará no sistema jurídico inglês, a segunda opção não faz sentido e, de facto, age contra o princípio da fidelidade.

- **Linguísticos**, relacionados com o léxico, a sintaxe e outros elementos linguísticos. Estes problemas não são simplesmente a dificuldade em traduzir uma palavra ou expressão, mas compreendem os dilemas que surgem quando uma língua usa tempos verbais que outra língua não tem, por exemplo. Um problema de cariz linguístico que passa por um problema relacionado com convenções é o uso de “you” em inglês, que pode significar “tu”, informal e singular; “vós”, formal, plural e raramente utilizado em português nos dias que correm; “você”, singular, formal numa certa parte do país e informal (praticamente considerado um insulto) noutra; ou “vocês”, plural e na mesma situação em termos sociais que a sua contraparte no singular.

- **Relacionados com convenções**, cuja raiz se encontra nas inevitáveis diferenças entre culturas, especialmente quanto aos comportamentos que estas detêm perante as mesmas circunstâncias. Por exemplo, o divórcio por mútuo consentimento de ambos os cônjuges precisa necessariamente que os intervenientes compareçam na Conservatória em simultâneo para assinar o documento definitivo que os divorcia; mesmo no divórcio sem consentimento de um dos cônjuges, frequentemente eles encontram-se em tribunal, independentemente do motivo pelo qual um pede o divórcio. O divórcio *Do-It-Yourself*, por seu lado, está planeado de tal forma a que em nenhum momento os cônjuges precisem obrigatoriamente de se encontrar.

- **Específicos ao texto**, ou seja, aqueles que não se encaixam em nenhuma das categorias anteriores. Têm a ver com as características particulares do texto de partida e da língua de partida, que podem não ser traduzíveis para o texto e a língua de chegada. É um problema comum com textos de índole humorística: ora se mantêm fiéis ao texto de partida e explicam o necessário para o público-alvo de chegada perceber, correndo o risco de perder o humor existente na língua de partida; ou afasta-se completamente do texto de partida, criando novo material que se encaixa na língua de partida e consegue alcançar o propósito do texto, ou seja, tem graça. Por motivos evidentes, esta última opção, a da adaptabilidade, muito raramente é uma solução possível nas traduções jurídicas, pelo que pela primeira hipótese, a explicativa, é geralmente a melhor escolha.

Os grupos de dificuldades de tradução espelham até certo ponto a divisão dos grupos de problemas de tradução, sendo:

- Dificuldades **pragmáticas**, que estão relacionadas com a natureza da tarefa de tradução. Estas dificuldades surgem do facto de o texto de partida ser geralmente produzido por um autor com conhecimento do assunto e para um público-alvo que recebe um texto numa situação que facilita a sua compreensão. O texto de partida não foi pensado nem para futuros tradutores nem para públicos-alvo, cujo conhecimento, contexto e pressuposições, diferem do original. A melhor forma de combater estas dificuldades é cuidar delas antes de iniciar a tradução, identificando-as e resolvendo-as de acordo com as instruções fornecidas (Nord, 2005, p. 170).

- Dificuldades **específicas do texto**, relacionadas com a sua compreensibilidade. A compreensibilidade de um texto abrange a sua complexidade, consistência, pressuposições, entre outras características. Esta dificuldade provém, maioritariamente, da falta de conhecimento do tradutor em relação aos fatores situacionais do texto de partida. Assim, a melhor forma de lidar com elas é analisando o texto através dos fatores intratextuais, que se focam essencialmente no conteúdo e forma do texto (Nord, 2005, p. 168).

- Dificuldades **dependentes do tradutor**. Estas dificuldades estão inteiramente ligadas à proficiência do tradutor na língua de partida. Está claro que, para traduzir, é necessário

o domínio da língua de chegada – tal como este é necessário para redigir qualquer texto – mas quanto melhor o conhecimento da língua de partida, mais fluente será a tradução. Esta é uma preocupação especial para tradutores de línguas especializadas e técnicas, tais como a jurídica, onde, mais do que um elevado entendimento da língua, é preciso conhecer terminologia, expressões da área de aplicação e as convenções relacionadas com o género linguístico (Nord, 2005, p. 169).

- Dificuldades **técnicas**, relacionadas maioritariamente com a documentação e pesquisa necessárias para completar qualquer tarefa de tradução. Qualquer dificuldade técnica é maioritariamente eliminada com a existência de material de apoio ao tradutor, material esse que pode tomar a forma de textos paralelos ou textos modelos, entre outros. O ramo jurídico não tem falta de documentação relacionada e, de facto, os meus *corpora* são compostos de vários textos que são modelos de um determinado género (Nord, 2005, p. 170).

3. Textos jurídicos

Os documentos envolvidos nos processos de divórcio são, necessariamente, textos especializados de linguagem jurídica. Textos especializados são todos aqueles que, além de possuírem uma terminologia específica que não se encaixa na linguagem geral do dia a dia, necessitam de uma aprendizagem prévia para serem produzidos – ou seja, são todos aqueles escritos numa língua de especialidade. Moraes Gil define língua de especialidade como:

(...) um discurso funcional e um sub-sistema compreendido no sistema total da língua, como tal recorrendo apenas parcelarmente ao material lexical, sintático e semântico que a língua disponibiliza. (Moraes Gil, 2003, p. 3)

As “línguas especializadas” abrangem áreas díspares que dependem dos diferentes graus de especialização, da terminologia utilizada, e dos níveis de dificuldade de compreensão. Tendo isto em conta, Hurtado Albir divide a linguagem especializada em três níveis: elevado, intermédio e comum (Albir, 2007, p. 60); Moraes Gil chama a estes níveis “línguas científicas”, “línguas técnicas” e “línguas profissionais” (Moraes Gil, 2003, p. 4). No primeiro nível encontramos áreas de elevado cariz científico-terminológico, como a física quântica e a química. No terceiro nível encontramos campos como a moldagem de barro e o desporto. E no segundo nível, o intermédio das línguas técnicas, está a linguagem jurídica do Direito, “própria(s) de campos de experiência em que se aplicam conhecimentos teóricos no domínio da produção” (Moraes Gil, 2003, p. 4).

No que concerne a linguagem jurídica, esta encaixa-se no âmbito dos textos especializados com um nível intermédio de linguagem geral. Os textos do divórcio, especificamente, são de aplicação do direito, tal como testamentos e contratos (Borja citado por Albir, 2007, p. 502); textos de aplicação do direito têm uma função instrutiva e, relacionando-se diretamente com o uso direito, são o género textual que o cidadão comum mais facilmente encontrará.

Todos os textos de matéria jurídica têm um tom formal, desde regulamentos, que são extremamente formais, aos documentos aqui em questão cujo tom oscila entre muito formal (especialmente nos textos portugueses) e formal (especialmente nos textos ingleses). Devido às características inerentes aos textos do divórcio, cujo objetivo é alterar o estatuto judicial de uma pessoa, comportam a função narrativa e expositiva que caracteriza os textos jurídicos como as petições.

3.1. Textos do divórcio em Portugal

Apesar de os textos do divórcio em Portugal diferirem perante a modalidade, partilham determinados atributos referentes ao tipo de linguagem (formal, cuidada, impessoal) e ao assunto. O divórcio por mútuo consentimento de ambos cônjuges, apesar de ser o mais simples, requer mais documentos, dado que existem mais situações a acordar. Desses, os que fazem parte destes *corpora* são:

- Um modelo não-oficial de uma **petição de divórcio por mútuo consentimento** a preencher com informação básica acerca dos cônjuges: nomes, moradas, locais e datas e informação fiscal. É composto por cinco cláusulas que referem a pontos essenciais do divórcio português, nomeadamente: se foi realizada, ou não, uma convenção nupcial; se existem filhos menores e a decisão acerca das responsabilidades parentais; se existem bens a partilhar; o destino da morada de família; e a decisão acerca da não-necessidade de pensão de alimentos. Todas estas cláusulas estão conectadas a outros documentos, dos quais falarei em seguida.

Este texto termina com o pedido para marcar a conferência em que o divórcio será assinado.

- Um modelo oficial do **acordo acerca das responsabilidades parentais**. Inicia-se com as informações comuns a todos os documentos do processo de divórcio por mútuo consentimento de ambos os cônjuges – ou seja, nomes, datas, locais, com adição das informações dos filhos – e prossegue com as cláusulas, nas quais se pode escolher entre o pai/a mãe no próprio texto. Este acordo tem quatro cláusulas numeradas:

1ª. Exercício das responsabilidades parentais, onde é declarado quem exerce, de facto, a maioria das responsabilidades parentais, embora as decisões particularmente importantes sejam tomadas por ambos os pais;

2ª. Alimentos, onde é declarado o progenitor que pagará a pensão de alimentos dos filhos menores. Esta cláusula é então dividida em várias opções acerca de como o dinheiro será enviado ou se as despesas serão divididas entre os pais. Dependendo da escolha, uma ou duas opções devem ser seleccionadas;

3ª. Fins de semana e visitas, onde é declarado o período de visita e com quem os filhos passarão o fim de semana. A segunda parte desta cláusula segue o mesmo formato da anterior, com outras opções à escolha além da primeira;

4ª. Férias, onde é decidido com quem e em que circunstâncias os filhos passarão as férias. Esta cláusula é inteiramente formada por várias opções à escolha, e inclui uma opção chamada “Texto livre”, onde, tal como o nome indica, os pais podem indicar outras opções que não se encontrem disponíveis no modelo.

Além destas quatro cláusulas, existem outras três não-numeradas, cabendo aos cônjuges decidir se as incluem ou não. Estas são:

Carnaval, Páscoa, Natal, Ano Novo, onde é declarado com quem é que os filhos menores passarão os períodos de férias referentes aos feriados mencionados;

Comunicações, onde é declarado como ocorrerão as comunicações entre os pais;

Consenso, onde é declarado que os pais se comprometem a resolver qualquer questão pontual por mútuo consentimento;

Todas estas cláusulas não-numeradas têm a opção de “Texto livre”.

Este acordo termina com as “Notas finais”, que avisam do envolvimento do Ministério Público caso os interesses dos menores não sejam assegurados.

- Um modelo oficial do **acordo sobre a morada de família**, onde os cônjuges decidem o destino da sua habitação. Está dividido em três partes (excetuando a introdução e a última parte das assinaturas e datas):

A primeira parte é para ser preenchida caso a morada seja propriedade da família, afirmando quem fica com ela/quem morará nela/quem pagará por ela;

A segunda parte deve ser preenchida caso a morada seja arrendada;

A terceira parte lida com aspetos que não se encaixam em nenhuma das cláusulas anteriores, nomeadamente o prazo em que o cônjuge que não viverá na casa a deixará e o pagamento de outras despesas (luz, água e afins).

- Um modelo oficial do **acordo acerca da prestação de alimentos**, onde um cônjuge se compromete a pagar uma prestação de alimentos ao outro. Este acordo trata dos pormenores, entre eles qual a quantia estipulada e como ocorrerá o pagamento.

- Um modelo oficial para a **manutenção de apelidos**, onde um cônjuge autoriza o outro a manter o apelido que adicionou ao seu nome após o casamento. Este acordo não corresponde a qualquer cláusula presente na petição de divórcio.

Como supramencionado, o divórcio sem consentimento de um dos cônjuges é mais complicado e demorado que o divórcio por mútuo consentimento. No entanto, o número de documentos envolvidos neste processo aos quais o público tem acesso é bastante reduzido dado que a maioria são textos criados depois do caso entrar em tribunal. Entre os documentos acessíveis está a petição inicial.

Esta **petição inicial** é uma peça processual que pode ser utilizada para vários casos e fins. As primeiras duas páginas correspondem à petição em si, que está dividida em cinco partes: a caracterização do processo – o tribunal competente, a classificação e espécie de divórcio, entre outras informações relevantes; informação sobre o autor da petição, ou seja, o cônjuge que deseja divorciar-se (apesar de a petição em si ser preenchida pelo seu advogado); uma subparte desta é a informação sobre os intervenientes associados ao autor, neste caso uma testemunha; informação sobre o réu que, em processos litigiosos, é o cônjuge que não aceita o divórcio; e informação sobre o mandatário subscritor, o advogado que envia a petição inicial, sendo que a peça processual em estudo foi na verdade subscrita por dois advogados da mesma firma.

A parte mais considerável da petição inicial são as páginas seguintes, uma **carta de apresentação** redigida pelo advogado principal e dirigida ao juiz, detalhando as circunstâncias em volta do caso. A introdução apresenta novamente a informação da “Autora” e do “Réu”, partindo de imediato para a parte “A. Dos Factos”, dividida em

nove cláusulas: na primeira e na segunda, informações acerca do casamento; na terceira e na quarta, informação acerca dos filhos e da morada de família respetivamente; a partir da quinta cláusula, fala-se da vigente situação entre o casal, esclarecendo que estão, de todos os modos possíveis, a viver vidas separadas, concluindo que não há “qualquer possibilidade de restabelecerem a vida em comum”. Note-se que a curta menção de maus-tratos na cláusula quinta é o único momento que se pode tratar como uma possível justificação para pedir o divórcio, nem essa sendo necessária à luz do supramencionado no ponto 1.1.

A parte “B. Do Direito” debruça-se, como o nome indica, sobre as leis que corroboram o pedido de divórcio da Autora. Também detalha expressamente o que Autora pretende deste pedido, não apenas o divórcio, mas que lhe seja concedido o divórcio retroativo com data inicial no momento em que se separaram, assim como a perda do seu apelido de casada. Como tal, menciona vários artigos do Código Civil , especificamente do “Capítulo XII: Divórcio e separação judicial de pessoas e bens – Secção I: Divórcio”:

- Na cláusula décima, o artigo 1781.º apresenta o fundamento para conceder o divórcio sem mútuo consentimento:

Rutura do casamento

São fundamento do divórcio sem consentimento de um dos cônjuges:

- a) A separação de facto por um consecutivo; (...)
- d) Quaisquer outros factos que (...) mostram a rutura definitiva do casamento.

- A décima-primeira cláusula cita os artigos que garantem à Autora o direito de pedir o divórcio sem consentimento do Réu:

Modalidades

3 – O divórcio sem consentimento de um dos cônjuges é requerido no tribunal por um dos cônjuges contra o outro, com algum dos fundamentos previstos no artigo 1781º. (Número 3 do artigo 1773.º)

Legitimidade

1 – O divórcio pode ser requerido por qualquer dos cônjuges com o fundamento das alíneas a) e d) do artigo 1781.º (...). (Primeira parte do número 1 do artigo 1785.º)

- Ao decretar a perda do apelido de casada da Autora, é citado o número 1 do artigo 1667.º-B. Este artigo, do “Capítulo VIII: Registo do casamento – Secção II: Registo por transcrição”, foi revogado pelo número 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei número 324/2007, de 28 de setembro⁴, juntamente com o restante da “Subsecção IV – Transcrição dos casamentos de portugueses no estrangeiro”.

- No que toca à retroatividade dos efeitos do divórcio, é citado o número 2 do artigo 1789.º, “Data em que se produzem os efeitos do divórcio”:

2 – Se a separação de facto entre os cônjuges estiver provada no processo, qualquer deles pode requerer que os efeitos do divórcio retroajam à data, que a sentença fixará, em que a separação tenha começado.

- A última secção da parte “B.” refere não ao Código Civil mas ao Código Processo Civil, solicitando a marcação de uma tentativa de conciliação, como alude o número 1 do artigo 995.º, “Convocação da Conferência”:

1 – Não havendo fundamento para indeferimento liminar, o juiz fixa o dia da conferência a que se refere o artigo 1776.º do Código Civil, podendo para ela convocar parentes ou afins dos cônjuges ou quaisquer pessoas em cuja presença veja utilidade.

⁴ Esta norma revogatória pode ser encontrada em:

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=962A0022&nid=962&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=#artigo.

Este artigo, por sua vez, menciona o 1776.º do Código Civil, “Procedimento e decisão na conservatória do registo civil”. Este artigo tem três números, sendo o primeiro o mais importante, explicando que a conferência é o último passo do divórcio, onde é verificado se os pressupostos legais estão em ordem e se os interesses dos cônjuges e dos filhos estão protegidos. É um artigo maioritariamente referente ao divórcio por mútuo consentimento, podendo adaptar-se ao divórcio litigioso com as devidas mudanças.

Este documento termina determinando que existem duas provas, um documento e uma testemunha; o valor deste processo de divórcio é de trinta mil euros e um cêntimo, o valor estipulado para qualquer caso que deseje recorrer à segunda instância, se for necessário; e que a petição é acompanhada por uma Procuração Forense (o documento que confere ao advogado o poder de representar o seu cliente em tribunal) e um documento, muito provavelmente aquele que serve como prova. Cita um último artigo do Regulamento das Custas Processuais, que justifica a dispensa de pagamento prévio da taxa de justiça pela ação de preencher e enviar a petição inicial:

Dispensa de pagamento prévio

1 – Ficam dispensados do pagamento prévio da taxa de justiça:

e) As partes nas ações sobre o estado das pessoas; (...). (Artigo 15.º)

3.2. Textos do divórcio em Inglaterra e no País de Gales

Os textos do divórcio em Inglaterra e no País de Gales encontram-se *online*, em formato PDF, e preparados para serem preenchidos e enviados sem necessidade de imprimir. O divórcio é constituído por quatro documentos, que podem ser preenchidos por todo o género de pessoas e que devem ser remetidos para outras tantas. Porém, devido às várias possibilidades, este *corpus* específico contém dez textos, todos documentos formais mas redigidos numa linguagem simples e bastante explícitos no que pedem. São eles:

- A petição para o divórcio/dissolução/separação (judicial) (“Divorce/dissolution/(judicial) separation petition”). Este é o maior documento,

estando dividido em dez partes e uma introdução. A dita introdução segue o mesmo formato em todos os textos: uma tabela a ser preenchida com informações sobre o caso e detalhes sobre o modo de preenchimento. Este primeiro texto também tem, antes da primeira parte, a principal questão a ser respondida, que guiará o resto dos documentos: o que é que se solicita exatamente – divórcio do casamento, dissolução da parceria civil ou separação (judicial) dos cônjuges. A partir daqui começa de facto o formulário:

A parte 1, “About you (the Petitioner) and the Respondent (your spouse/civil partner)”, é sobre as informações comuns da pessoa que se quer divorciar – chamada de “Peticionário/a” – e do seu cônjuge – chamado de “Respondente”: nomes, datas de nascimentos, moradas, empregos e sexo. O próprio nome, “Sobre o/a Peticionário/a e o/a Respondente”, indica isto;

A parte 2, “Details of marriage or civil partnership”, trata de informações sobre a relação entre os cônjuges: casamento ou parceria civil, datas e locais. É aqui necessário o certificado de casamento/parceria civil, tendo a informação de se apresentar exatamente como aparece neste documento;

A parte 3, “Jurisdiction”, é onde e sob qual lei o processo será decidido. As leis diferem dependendo se é um casamento ou uma parceria civil e se ambos residem em Inglaterra/País de Gales ou não. Esta parte é uma das mais importantes nesta petição, dado que, essencialmente, prova que o divórcio/dissolução/separação (judicial) pode ocorrer em Inglaterra ou no País de Gales sob as leis que regem esses processos;

A parte 4, “Other proceedings or arrangements”, está dividida em duas curtas partes: a primeira referindo-se a qualquer outro processo que tenha estado em tribunal relacionado aos cônjuges explícita ou implicitamente; e a segunda sobre elementos acordados acerca de uma pensão de alimentos (apenas no caso de a petição ser baseada numa separação por cinco anos);

A parte 5, apropriadamente nomeada “The fact(s)”, trata de clarificar mais uma vez o que é que, exatamente, a petição solicita – divórcio/dissolução/separação (judicial) – incluindo também a justificação necessária; esta parte está ligada à 6, “Statement of case”, onde existe um espaço para descrever mais detalhadamente essa justificação, e ambas as partes então ligadas às declarações de suporte, que são documentos onde essas justificações têm o papel principal na forma de fundamentar o motivo para a existência da petição;

A parte 7, “Details of children”, é sobre os filhos que o casal possa ter, sem oferecer espaço para a informação do destino de tais filhos; está implícito que os cônjuges concordam com o que fazer com eles, dado que, se não, devem seguir as indicações no início desta parte e realizar outra petição, somente acerca deste assunto;

A parte 8, “Special assistance or facilities if you attend court”, trata de detalhes caso seja necessário ir ao tribunal (por exemplo, se o cônjuge precisar de transporte, é aqui que deve mencioná-lo);

Por sua vez, a parte 9, “Service details” está dividida em quatro partes, idênticas umas às outras, pedindo informação básica sobre para onde remeter documentos que devam ser enviados às pessoas envolvidas no caso, o/a Peticionário/a, o/a Responde, e, se existirem, o advogado do/a Peticionário/a e o/ Interveniente;

Finalmente, a parte 10, “Prayer” está dividida em três questões: uma última declaração do desejo do/a Peticionário/a de terminar a sua relação com o/a Respondente, seja ela qual for; questão acerca de quem deve pagar os custos causados pelo processo; e duas questões acerca de pensões a pagar ao/à Peticionário/a pelo/a Respondente ou às crianças pelo/a Respondente.

- A **resposta à petição pelo/a Respondente ou Interveniente** (“Answer to a divorce/dissolution/(judicial) separation or nullity petition”). Este formulário é apenas preenchido se o/a Respondente achar que o divórcio não é necessário ou que os motivos para o divórcio citados pelo/a Peticionário são, de alguma maneira, falsos. É um documento de oito partes, excluindo a introdução, que segue o mesmo formato da anterior – tabela e conselhos sobre o preenchimento. Imediatamente depois da introdução está a declaração exata do que o/a Respondente ou Interveniente querem concretizar com esta resposta. As partes são:

As partes 1 e 2 são específicas a certas circunstâncias – divórcio ou dissolução e baseado em separação por cinco anos – pedindo detalhes caso não acredite que o casamento tenha chegado a um ponto de rutura irreparável ou caso o divórcio/dissolução leve a dificuldades, financeiras ou outras;

A parte 3, “Statement of case”, é praticamente uma continuação destas, dando espaço para refutar a petição ou defender as alegações feitas contra o/a Respondente ou o/a Interveniente;

A parte 4, “Orders requested”, questiona quanto ao que o/a Respondente ou Interveniente quer exatamente, seja o término do processo seja outra coisa, especificando;

A parte 5, “Costs”, espelha uma das perguntas da parte 10 do primeiro documento, referindo-se aos custos do processo e quem os vai pagar;

A parte 6, “Special assistance or facilities if you attend court”, espelha a parte 8 do primeiro documento, questionando se o/a Respondente ou Interveniente necessita de apoio caso haja uma audiência;

A parte 7, “Service details” espelha uma das questões da parte 9 do primeiro documento, mencionando o advogado que pode ou não ter, e a informação básica de como contactar ou enviar-lhe documentos;

Por fim, a parte 8 tem a ver com assinaturas; com ligeiras mudanças, esta parte está presente na maioria dos documentos seguintes.

- **Declarações em suporte do divórcio/dissolução/separação (judicial)**, a ser preenchidas pelo/a Peticionário/a. Existem cinco, cada uma a tratar de uma das possíveis justificações para este processo em Inglaterra e no País de Gales:

Declaração em suporte do divórcio/separação (judicial) baseada em adultério (“Statement in support of divorce/(judicial) separation – adultery”) (note-se que o adultério não é base para a dissolução de uma parceria civil, dado que apenas se considera adultério quando ocorre entre pessoas de sexos diferentes);

Declaração em suporte do divórcio/dissolução/separação (judicial) baseada na deserção do outro cônjuge (“Statement in support of divorce/dissolution/(judicial) separation – desertion”);

Declaração em suporte divórcio/dissolução/separação (judicial) com consentimento de ambos os cônjuges baseada numa separação por dois anos ou mais (“Statement in support of divorce/dissolution/(judicial) separation – 2 years’ consent”);

Declaração em suporte divórcio/dissolução/separação (judicial) baseada numa separação por cinco anos ou mais (“Statement in support of divorce/dissolution/(judicial) separation – 5 years’ separation”);

E declaração em suporte divórcio/dissolução/separação (judicial) baseada no comportamento irrazoável do outro cônjuge (“Statement in support of divorce/dissolution/(judicial) separation – unreasonable behaviour”).

Todas as declarações são semelhantes umas às outras, tanto na forma como no conteúdo. Estão basicamente divididas em três partes: uma parte sobre as alegações feitas na petição e as circunstâncias que levaram à rutura da relação – circunstâncias essas que são a base da declaração; uma segunda parte que se refere à documentação de apoio que pode ou não existir (geralmente assinada pelo/a Respondente) e termina com o pedido pelo divórcio e, novamente, a questão de quem vai pagar as custas; e uma última parte exatamente igual em todas as declarações – a declaração da verdade, onde o/a Peticionário/a promete ter apenas dito a verdade.

- A **solicitação de um decreto *nisi* ou uma ordem condicional** (dependendo se a relação é um casamento ou uma parceria civil) ou de um decreto/ordem de separação (judicial) (“Application for a decree nisi/conditional order or (judicial) separation decree/order”), que é o primeiro passo para solicitar a finalização do processo de divórcio/dissolução/separação (judicial). Este documento está dividido em duas secções idênticas: uma a ser preenchida caso o/a Respondente não tenha defendido a petição (caso em que o divórcio é por mútuo consentimento de ambos os cônjuges); e outra a ser preenchida caso o/a Respondente tenha defendido a petição, ora por não concordar que esta é necessária, ora por não concordar com os factos declarados. Neste segundo caso, pode solicitar, neste mesmo documento, uma audiência para discutir o processo perante o juiz.

- A **solicitação de um decreto/uma ordem final** (“Notice of application for decree nisi to be made absolute or conditional order to be made final”), pelo/a Peticionário/a ou pelo/a Respondente (ou por advogados de qualquer um), depois do tempo necessário ter passado (um mínimo de seis semanas).

- Este documento tem uma outra versão, digamos, chamado apenas “**Application notice**”, que deve ser preenchido se passar a oportunidade de solicitar o decreto/a ordem final (o período para realizar esta ação é de três meses, seis semanas e um dia). Pode ser preenchido por qualquer pessoa ligada ao caso, que, independentemente do seu papel, é aqui chamada de “Requerente”. Este documento está dividido em quatro partes: dez perguntas sobre detalhes do caso (questões 1 a 4), detalhes sobre uma possível audiência (questões 5 a 8), e detalhes sobre a documentação além da presente (questões

9 e 10); a declaração de verdade; a pergunta 11, que toma forma da assinatura e informação acerca do/a Requerente; e a última parte, notas de apoio (“Notice of application – Notes for guidance”) acerca de cada pergunta, que explicam exatamente o que é que cada uma significa e pormenorizam alguns detalhes anteriormente inexplicados – por exemplo, falam dos formulários a preencher no caso de não se poder pagar as custas e explicitam sobre os documentos mencionados na pergunta 10.

3.3. A pragmática nos textos jurídicos

A pragmática é o estudo do uso da linguagem tomando em conta o seu contexto. Contexto este que não deve limitar-se à forma física do texto ou simplesmente ao que veio anteriormente (Ernst-August Gutt citado por Sperber & Wilson, 1998, p. 42-43). Assim, é naturalmente uma componente importante de qualquer análise textual. Munday (2001, p. 97-99) define a pragmática através de três grandes conceitos: a coerência, a pressuposição e as implicaturas. Veremos, agora, cada um destes conceitos individualmente.

A coerência depende das expectativas e experiências do público-alvo (Baker citado por Munday, 2001, p. 97) e é a “estruturação global da informação do texto” (Albir, 2007, p. 415). Castellá (1992 citado por Albir 2007, p. 416) vê a coerência como tanto um processo como um produto, tal como a própria tradução, pelo que é possível analisar a coerência de um texto de ambos os pontos de vista.

Como processo, Van Dijk (citado por Albir, 2007, p. 417) apresenta as noções de *macroestrutura*, que “é a estrutura global do conteúdo de um texto”, e a *superestrutura*, a “estrutura formal do texto”. A partir daqui, aponta quatro regras a partir das quais se analisa a macroestrutura e, portanto, a coerência como processo. Estas regras estão todas relacionadas com a informação pertinente ao texto no contexto em que foi redigido: a omissão (põe-se de lado a informação que não é essencial ao texto); a seleção (seleciona-se a informação relevante para o tema do texto); a generalização (analisa-se as características comuns do objeto de estudo); e a integração (integram-se vários conceitos para formar apenas um).

Acerca dos textos deste estudo, cujo formato e função é principalmente o de *pedir* informação e raramente o de *fornecer* informação, pode ser complicado analisar a macroestrutura do *corpus* através destas regras. De facto, é mais pertinente analisar o possível preenchimento dos textos do que as suas formas base: os modelos não podem omitir ou seleccionar informação pois não conhecem com profundidade o contexto em que os textos serão utilizados – no entanto, os modelos estão redigidos de modo a que a seleção de informação seja parte essencial do seu preenchimento, apresentando várias opções; e, como textos jurídicos, generalizar o objeto – o divórcio – e integrar conceitos é maioritariamente inadmissível por respeito ao público-alvo e à Lei. Na realidade, parece-nos que a regra da seleção de informação é a única comum à macroestrutura de todos os textos envolvidos neste projeto; mesmo nos documentos do divórcio sem consentimentos de um dos cônjuges, foi selecionada a informação que dá à Autora maior possibilidade de conseguir o divórcio.

Sobre a análise da coerência como produto, “reconhecem-se características regulares e classificáveis”. Charolles (1978 citado por Albir, 2017, p. 416) apresenta outras quatro regras: a da repetição (é a base que suporte o encadeamento de um texto); a da progressão (o desenvolvimento do texto na busca por nova informação); a da não-contradição (nenhum elemento semântico pode contradizer o que apareceu anteriormente); a da relação (os factos apresentados têm de estar relacionados com o mundo que o texto apresenta, ou seja, têm de fazer parte do mesmo contexto). A análise dos textos através destas regras é mais simples, dado que o produto são os *corpora* que tenho a meu dispor, enquanto o seu processo de construção apenas posso adivinhar. Os textos repetem-se com frequência, não só literalmente (no caso dos formulários ingleses), retomando o tema principal do texto; cada parte dos textos requer e/ou apresenta informação nova; os elementos dos textos não se contrariam mediante a seleção de informação; e esses elementos estão relacionados com o mundo real – o contexto – e as várias situações em que o público-alvo pode estar inserido.

Apesar de a coesão não ser necessariamente uma das grandes componentes da pragmática, é parte intrínseca da coerência: não se fala de uma sem se referir a outra. Enquanto a coerência tem a ver com o entendimento do texto pelo público-alvo, a coesão trata das características semânticas e sintáticas dos textos. Um texto não precisa

de ser coeso para ser coerente, quando existe um contexto que o explique. No entanto, os textos jurídicos devem ser tanto coerentes – a informação deve estar corretamente organizada ao longo do texto – como coesos – a informação deve estar interligada – devido à sua natureza e propósito; são textos demasiado formais para não se apresentarem coerentes e coesos. Hurtado Albir (2007, p. 419) é da opinião que, entre os muitos modelos de relações coesivas, o de Castella (1992) é o mais prático para a análise textual, dividindo-as em dois grandes grupos: o da referência (referenciando o mesmo elemento pelo texto, não necessariamente pelas mesmas palavras) e o da conexão (conectando o texto através de vários recursos de estilo, como a repetição e a omissão).

Outro conceito da pragmática, a pressuposição está relacionada com o conhecimento linguístico e extralinguístico que o autor supõe que o público-alvo necessite de maneira a perceber a sua mensagem (Baker citado por Munday, 2001, p. 98). No caso dos textos ingleses, várias vezes é antecipada uma falta de conhecimento que tem como solução o material de apoio, o que demonstra uma pressuposição acerca tanto do conhecimento necessário para o preenchimento dos formulários como do conhecimento que o público-alvo detém. As pressuposições também estão relacionadas com o contexto, o que se pode ver em todos os documentos: pressupõe-se que o recetor deseje ou esteja a meio de um divórcio, e a informação apresentada tem isso em mente quando discute a situação dos apelidos (textos portugueses) ou quando questiona a necessidade de uma audiência com ambos os cônjuges presentes (textos ingleses).

As implicaturas são outra forma de “inferência pragmática”, e referem-se ao que o autor implica em vez de aquilo que escreve explicitamente. Grice (1975 citado por Munday, 2001, p. 98), por sua vez, divide as implicaturas em quatro “máximas”, presentes num texto com um emissor e um recetor: a máxima da quantidade de informação fornecida – dar apenas a informação necessária; a máxima da qualidade – dizer apenas a verdade e o sustentável, ou seja, os factos para os quais existe justificação; a máxima da relevância – falar somente no necessário para o objeto do texto; e a máxima da maneira – a forma de apresentar o texto deve ser apropriada para a mensagem a transmitir. De certa forma, parece-me que estas quatro máximas fazem parte da redação de qualquer texto jurídico independentemente da sua função ou do seu

tema: os textos jurídicos devem conter a informação relevante e só a informação relevante; apresentar falsidades vai contra o seu propósito; e a forma pela qual são transmitidos deve seguir certas normas implícitas do género (não só em termos de formato, mas também em aspetos da redação do conteúdo tais como a formalidade e a terminologia usada).

3.4. A intertextualidade

O objeto de estudo deste projeto advém de dois *corpora* extensos em ambas as línguas de trabalho, constituídos, como já foi visto, por uma série de documentos conectados entre si implícita ou explicitamente. Tendo isto em conta, compreender a noção de intertextualidade é fundamental para descobrir como os textos interagem e funcionam dentro de um universo interligado. Na realidade, segundo a teoria da intertextualidade, este é o estado normal de qualquer texto, pois nenhum pode existir por si só, num sistema fechado, dado serem “formados por repetição e transformação de outras estruturas textuais” (Alfaro, 1996, p. 268).

Note-se que por texto entende-se mais que o simples texto escrito. Todos os tipos de texto são aqui considerados, desde imagens (textos visuais) a discursos (textos auditivos, quando independentes de uma oralidade pré-fabricada – ou seja, quando são espontâneos). Hatim e Mason (1990/1995, p. 155-178 citado por Albir, 2007, p. 437) apontam a existência de sete tipos de intertextualidade, pensados no âmbito dos estudos literários: a referência, quando o próprio texto indica outro explicitamente; o cliché, cujo uso excessivo leva, automaticamente, ao cruzamento com outros textos; a alusão literária, conectada ao primeiro tipo de intertextualidade; a autocitação, quando o autor cita as suas próprias palavras, conectando os seus textos independentes uns aos outros; o convencionalismo, relacionado ao cliché, uma ideia tão frequente que não se sabe donde provém; o provérbio, pelo mesmo motivo; e a meditação, relacionada à interpretação individual dos efeitos do texto.

O *corpus* deste estudo tem exemplos principalmente do primeiro tipo de intertextualidade, a referência, mencionando outros textos no seu conteúdo (incluindo textos que não fazem parte dos *corpora* de trabalho, como manuais de apoio); ao

mesmo tempo, tem uma forte forma de alusão, no sentido em que, implicitamente, uns textos remetem o público-alvo para outros – consequência da sequencialidade dos documentos. Tendo em conta o significado de intertextualidade na aceção “literária” – segundo Hatim e Mason, a intertextualidade é uma “precondição para a inteligibilidade dos textos, que supõe a dependência de um texto em respeito a outro” (Albir, 2007, p. 434) – esta não será exatamente o tipo de intertextualidade que convocamos para este estudo, apesar dos tipos de intertextualidade presente.

A tipologia de Lemke (1985 citado por Albir, 2007, p. 437), por sua vez, apresenta outros tipos de intertextualidade, esta fundamentada nas relações estabelecidas entre os textos. Tendo em conta os *corpora* interligados que constituem este estudo, não é uma surpresa que todos estes tipos de intertextualidade estejam presentes:

- relações de género textual, que envolvem todos os textos de um determinado género (todos os textos jurídicos, por exemplo);
- relações de tema, como, por exemplo, a intertextualidade entre um conjunto de textos sobre o divórcio;
- relações estruturais, onde o que conecta os textos é a influência no seu formato – por exemplo, a maioria dos textos de chegada, e certamente os que fazem parte deste projeto, mantêm a mesma relação estrutural que os textos na língua de partida;
- e relações de função, onde o que conecta os textos é o seu objetivo, criando aqui uma ligação entre os *corpora* em inglês e em português, o que faz com que, segundo esta definição dos tipos de intertextualidade, todos os textos de trabalho deste projeto partilhem várias ligações implícitas ou explícitas.

4. Análise comparativa

A comparação entre os processos de divórcio português e inglês é um dos principais objetivos deste trabalho. De uma forma implícita, tem decorrido desde o primeiro capítulo, ao serem explicados os processos e durante a descrição dos documentos envolvidos. Este capítulo, no entanto, é onde a comparação formal terá lugar, mostrando explicitamente as diferenças e as semelhanças entre não só os processos judiciais como também o *corpus* de cada um. Apresenta-se aqui os resultados das análises realizadas nos capítulos anteriores.

Esta comparação passará por seis fases. A primeira será uma comparação entre os fatores externos e internos dos documentos, uma breve análise textual tanto a nível do conteúdo dos documentos como à sua forma e razão de ser, apresentada numa tabela. As fases seguintes aprofundarão o assunto, repartindo a comparação em vários níveis, por sua vez apresentados em duas colunas: a da esquerda relacionada aos textos portugueses e a da direita, aos textos ingleses. A nível discursivo, discutir-se-á a linguagem e o estilo utilizados no texto escrito; a nível de conteúdo, serão evidenciadas as diferenças jurídicas e em termos da informação que cada processo requer; a nível formal, o foco serão as estruturas de cada texto, assim como os seus elementos não-verbais; tal como o nome indica, a nível institucional realizar-se-á uma comparação entre as instituições envolvidas no processo de divórcio nos diferentes países em questão; finalmente, a nível relacional ver-se-á como cada processo lida com os cônjuges a divorciar-se (ou separar-se) e como os mesmos se relacionam com os documentos e com a Lei.

Então, passamos em seguida à comparação.

4.1. Fatores externos e internos

Os fatores a considerar na análise dos textos estão relacionados com a sua situação comunicativa. Nord chama-os de fatores “externos” ou “extratextuais” e “internos” ou intratextuais” (2005, p. 42). Tendo em conta que estes fatores estão presentes tanto no *corpus* português como no inglês, são uma boa forma de comparar algumas das suas características essenciais. Tomei a liberdade de adaptar uma tabela de análise do texto de partida (TP) e perfil do texto de chegada (TC), com a transferência necessária entre

eles (Nord, 2005, p. 160), transformando-a numa tabela de comparação geral entre os *corpora* que são os meus objetos de trabalho.

Tanto a tabela original como a adaptada focam-se, então, nos fatores externos e internos. Os fatores extratextuais também podem ser vistos como os fatores situacionais do texto, numa situação real onde este é utilizado como meio de comunicação. Estes fatores fazem as perguntas familiares das análises etnográficas (Nord, 2005, p. 42): quem, para quê, para quem, por que meio, onde, quando, porquê e com que função, sendo que as respostas às primeiras sete perguntas provavelmente responderão à oitava. Assim, estes fatores são:

- O **emissor**, que se deve distinguir do produtor do texto. Frequentemente, em certos géneros textuais como a literatura e comentário, estas duas identidades são a mesma; no género jurídico, porém, é mais comum isto não acontecer, sendo o emissor do texto um corpo governamental e o produtor a pessoa que escreve o texto de acordo com as instruções que lhe deram, podendo ou não ser mencionada como o autor.

Para descobrir o emissor e o produtor do texto, devemos perguntar: *o emissor é o mesmo que o produtor do texto? Se não, o produtor do texto recebe instruções do emissor? O produtor do texto é um especialista em produção textual ou no assunto do qual o texto trata?* (Nord, 2005, p. 47-52)

- A **intenção**, definida pelo emissor do texto, que deseja que este provoque um certo efeito no recetor. Intenção, efeito e função textual podem ser vistos como três faces distintas da comunicação através do texto entre emissor e recetor – a intenção do emissor, o efeito que o texto tem no recetor, e a função do texto, que é independente de ambos.

Algumas perguntas a colocar sobre a intenção: *por convenção, quais as intenções associadas ao género textual em questão? O emissor faz alguma declaração, externa ou interna, acerca das suas intenções?* (Nord, 2005, p. 53-57)

- O **público-alvo**, ou seja, o recetor, aquele sob o qual o texto deve produzir os seus efeitos. No entanto, há mais um tipo de público-alvo distinto do recetor: o público-alvo casual, que não se espera, ao emitir ou produzir o texto, que o seja – pessoas que são alvos do texto por acaso. Como tal, é praticamente impossível preparar o texto para este público, e só depois de este efetivamente existir se podem avaliar os efeitos do texto e como diferem dos pretendidos.

Para descobrir informação relevante sobre o público-alvo, pergunta-se: *que informação sobre o público-alvo pode ser inferida a partir do ambiente textual? O que se pode descobrir sobre o público-alvo tendo em conta a informação disponível sobre o emissor e as suas intenções?* (Nord, 2005, p. 57-62)

- O **meio** pelo qual o texto é transferido do emissor para o recetor, e o **local**, do qual depende o idioma. Este último fator divide-se em duas vertentes: o local do emissor e/ou produtor do texto, e o local do recetor, sendo que, por “local” se entende “situação discursiva em que se encontram” além da localização física. Estes fatores são especialmente importantes no que toca à estrutura do texto (depende do meio) e à sua interpretação e compreensão (que pode mudar radicalmente de lugar para lugar).

Para descobrir o meio deve-se perguntar: *qual o meio usado para apresentar o texto à ao público-alvo?* Enquanto para descobrir o local, pergunta-se: *onde foi o texto produzido e/ou transmitido?* (Nord, 2005, p. 62-70)

- O **momento** em que o texto é produzido e no qual o recetor se insere (e também o momento em que a tradução é realizada). A maioria dos textos jurídicos com funções reais e atuais – ao contrário do textos jurídicos com funções reais mas que foram produzidos no passado e continuam a ter efeitos no futuro, como certos contratos (exemplo: vários tratados da União Europeia) e dos textos jurídicos produzidos no passado cujos efeitos cessaram (exemplo: testamentos) – tem de estar a par, e seguir as leis em vigência às quais o próprio recetor deve obedecer.

Algumas perguntas sobre o momento: *quando foi o texto escrito, publicado e/ou transmitido? O ambiente textual contém alguma informação sobre isto? Pressupõe-se que a informação necessária sobre a dimensão temporal faz parte do conhecimento do público-alvo?* (Nord, 2005, p. 70-74)

- O **motivo** pelo qual o texto foi escrito e por que é que será rececionado. No género textual do divórcio, o motivo está ligado a uma convenção: tal como é necessário assinar documentos aquando o casamento, é necessária documentação para realizar o divórcio.

O que se deve perguntar para descobrir o motivo: *porque é que o texto foi escrito e/ou transmitido? Foi escrito para uma ocasião especial? É suposto ser lido ou ouvido mais de uma vez ou regularmente?* (Nord, 2005, p. 74-77)

- A **função**, que depende das configurações dos outros fatores externos. Certas configurações são tão frequentes que formam géneros, adquirindo estruturas

convencionais. A função textual relaciona-se aos aspetos situacionais da comunicação (fatores extratextuais) enquanto o género se relaciona ao aspeto estrutural do texto funcional.

Para descobrir a função, pergunta-se: *qual a função textual designada pelo emissor? É possível que o recetor utilize o texto para outra função que não a pretendida? O que se pode concluir sobre a função textual a partir de outros fatores externos?* (Nord, 2005, p. 77-82)

Os fatores externos estão mutuamente conectados, criando várias ligações de interdependência entre eles que, por sua vez, dão origem aos fatores intratextuais (Nord, 2005, p. 84). Estes focam-se na análise aprofundada do assunto do texto e das suas características frásicas e sintáticas, fazendo perguntas relacionadas com o texto em si e não com a sua situação: qual o assunto, que informação está presente, qual a informação que não está presente, em que ordem, quais os elementos não-verbais, em que palavras, em que tipo de frases, em que tom. Assim, a maior diferença entre fatores externos e internos é que os fatores externos podem ser analisados antes da leitura do texto ao contrário dos fatores internos, que estão no texto e são igualmente interdependentes uns dos outros.

- O **assunto** do texto. Para alguns tipos textuais, este tem de estar presente no título ou numa parte do texto. O assunto é o que forma a coerência textual (as várias frases que formam o texto estão assim relacionadas).

Perguntas para descobrir o assunto: *o texto é apenas um, tematicamente coerente, ou uma combinação textual? Existe uma hierarquia de assuntos compatíveis? O assunto é verbalizado no texto ou no ambiente textual (título, subtítulo, etc.)?* (Nord, 2005, p. 93-98)

- O seu **conteúdo**, que pode ser alcançado através de resumo ou paráfrases do texto. O conteúdo relaciona-se à coesão textual (os elementos de ligação), à conotação textual (o que é implícito devido aos elementos linguísticos escolhidos) e à situação interna do texto em comparação com a sua situação externa (a realidade).

Algumas perguntas a fazer para descobrir o conteúdo do texto: *quais são as unidades de informação textuais? Como é que os fatores são verbalizados no texto?* (Nord, 2005, p. 98-105)

- As **pressuposições**, ou seja, o conhecimento que o emissor assume que o recetor tem e que, sem ele, a compreensão do texto não será a pretendida. Para qualquer forma de comunicação ter sucesso, tanto o emissor como o recetor devem partilhar um mínimo aceitável das mesmas pressuposições; se tal não ocorrer, o entendimento entre eles, naquele assunto, será impossível.

Perguntas a colocar sobre as pressuposições: *a informação refere-se a que modelo da realidade? Esta é verbalizada explicitamente no texto? Ou refere-se implicitamente a um determinado modelo da realidade?* (Nord, 2005, p. 105-110)

- A **composição** do texto, a qual se divide em macroestrutura (composição e ordem das unidades; certos tipos textuais têm uma macroestrutura convencional, tais como cartas) e microestrutura (palavras, locuções, cláusulas, frases e conexões entre as frases) (Van Dijk, 1980, p. 29).

Acerca da composição textual, deve-se perguntar: *o texto é independente ou parte de uma unidade superior? A macroestrutura é marcada por sinais óticos ou outros? Existe uma composição convencional para este tipo de texto?* (Nord, 2005, p. 110-118)

- Os seus **elementos não-verbais**, entre os quais se distinguem quatro formas: elementos não-verbais que acompanham o texto (exemplo: *layout*); elementos não-verbais que suplementam o texto (exemplo: tabelas); elementos não-verbais que são um texto independente (exemplo: imagens); e elementos não-verbais que substituem partes do texto (exemplo: referências numéricas a decretos-leis em substituição do texto dos mesmos).

O que se deve perguntar para interpretar os elementos não-verbais: *quais os elementos não-verbais incluídos no texto? Qual a sua função no que toca ao texto verbal? São convencionalmente parte do tipo de texto? São determinadas pelo meio? Ou especificamente conectadas à cultura?* (Nord, 2005, p. 118-122)

- O **léxico** usado no texto, que é refletido tanto nos fatores intratextuais – a escolha de léxico depende do assunto e do conteúdo do texto – como nos fatores extratextuais – a escolha do léxico depende do conhecimento do emissor e do momento em que o texto é produzido, motivos pelos quais certos tipos de textos jurídicos têm um léxico mais arcaico.

Na análise do léxico, pergunta-se: *como é que os fatores extratextuais se refletem no léxico (dialetos regionais e sociais, variedades linguísticas históricas, escolha de registo, léxico específico do meio, fórmulas convencionais determinadas pelo momento*

e função, etc.)? Quais os campos lexicais (terminologias, metalinguagem) presentes no texto? Qual o estilo textual? (Nord, 2005, p. 122-129)

- A **estrutura frásica**, como o tamanho das frases, a sua complexidade, a distribuição entre cláusulas coordenadas e subordinadas no texto e os elementos de ligação coesivos. Perguntas sobre a estrutura frásica: *as frases são longas ou curtas, coordenadas ou subordinadas? Como estão conectadas? Quais os tipos de frases que ocorrem no texto?* (Nord, 2005, p. 129-131)

- Os **suprasegmentos**, ou “tom” específico do texto. Em textos escritos, é indicado pelo uso de negrito, itálico, travessões, parênteses, etc. Relaciona-se com a “entoação” dada a um texto, que não precisa de ser verbal: por exemplo, certas palavras, com significados positivos, dão uma entoação positiva ao texto, enquanto o contrário também ocorre. A entoação também pode ser definida pelo contexto textual.

Acerca dos suprasegmentos: *o género textual tem características suprasegmentais específicas? Como é que essas características são representadas graficamente?* (Nord, 2005, p. 131-139)

A conexão entre fatores externos e internos é demarcada pela relação que uns mantêm com os demais. Por exemplo, o emissor tem de sentir certo interesse pelo assunto para redigir sobre ele, assim como estar familiarizado com ele; o conteúdo de um texto depende sempre da intenção do mesmo – as intenções de “informar” e “divertir” vão sempre levar a conteúdos diferentes acerca do mesmo assunto; por seu lado, as pressuposições dependem daquilo que se supõe que o pretendido público-alvo conhece ou desconhece. Vemos então como, da mesma forma que os fatores externos e os fatores internos mantêm relações de interdependência entre si, estão também interligados uns aos outros (Nord, 2003, p. 151).

Fora dos grupos de fatores externos e internos encontramos o **efeito**, um fator ligado especialmente ao recetor, determinado tanto por fatores extratextuais como por intratextuais, que também pode ser visto como a sua reação (Nord, 2005, p. 143). Existem várias relações importantes que demarcam o efeito: intenção/texto – a intenção do emissor antecipa o efeito que este deseja no seu público-alvo, sendo o efeito o seu propósito; recetor/texto-mundo – o recetor compara as suas expectativas com o mundo (ou realidade) apresentado no texto, cujo efeito está de acordo com o assunto, conteúdo,

etc.; e recetor/estilo – a retórica intratextual influencia o efeito que o texto tem no recetor. A partir daqui, descrevemos três tipos de efeito: intencional ou não intencional, dependendo se o efeito obtido é aquele que o emissor desejava; de distância cultural ou de zero distância cultural, dependendo se o mundo apresentado no texto corresponde às expectativas do recetor; e convencional ou original, dependendo se as características textuais são previsíveis para o recetor ou não.

Tendo visto quais as características de análise, passamos à comparação dos *corpora*.

Fatores	Textos ingleses	Textos portugueses	Considerações
1. Fatores extratextuais			
Emissor/ Produtor do texto	E: HM Courts & Tribunals Service PT: desconhecido	E: casal que deseja o divórcio PT: Conservatória E: parceiro que deseja o divórcio PT: o seu advogado	Os primeiros dados referem-se ao divórcio por mútuo consentimento e os segundos ao divórcio sem consentimento de um dos cônjuges
Intenção	Realizar o divórcio	Realizar o divórcio Realizar acordo acerca de: morada de família; responsabilidades parentais; manutenção de apelidos; e pensão de alimentos Iniciar o divórcio	Os dados que vêm em segundo lugar no que toca aos textos portugueses referem- se aos documentos- modelos que podem fazer parte do divórcio por mútuo consentimento
Público- alvo	Tribunal para onde os documentos serão enviados Outro parceiro	O casal que deseja o divórcio (também emissor); Conservatória (também produtor do texto) Tribunal para onde os documentos serão enviados	Apesar de os documentos serem parte do mesmo processo, os textos ingleses podem ter públicos-alvo diferentes consoante o momento do processo
Meio	Formulários em formato PDF que podem ser preenchidos com a informação	Documentos a ser preenchidos com os dados pessoais (papel impresso)	A petição inicial do divórcio sem consentimento de um dos cônjuges segue o

	necessária ou imprimidos	Petição inicial preenchida com os dados pessoais e carta expondo a situação formalmente	mesmo modelo para todos os casos
Local	Inglaterra ou o País de Gales	A definir pelo casal Comarca de Aveiro	Os textos ingleses e o texto português do divórcio por mútuo consentimento podem ser usados em qualquer parte da sua jurisdição: o que muda é somente a informação pessoal
Momento	Última atualização: 2014	A definir pelo momento do divórcio Peça processual (petição): agosto 2013 Carta: novembro 2014	Os textos ingleses, o texto português do divórcio por mútuo consentimento e a peça processual do divórcio sem consentimento de um dos cônjuges podem ser usados em qualquer altura com modificações na informação pessoal
Motivo	Um dos membros deseja o divórcio e crê que o outro não contestará	O casal deseja o divórcio Um dos membros deseja o divórcio e o outro não	
Função	Igual à intenção		Em textos jurídicos, é frequente que a sua intenção ao realizá-los e a sua função são comuns

Tabela 3 - Comparação entre os textos: fatores externos (adaptação do modelo: Nord, 2005, p. 160)

Fatores	Textos ingleses	Textos portugueses	Considerações
2. Fatores extratextuais			
Assunto	O divórcio (ou dissolução/separação (judicial))	O divórcio Acordo sobre: pensão de alimentos; responsabilidades parentais; manutenção de apelidos; ou morada de família	
Conteúdo	Detalhes sobre o processo de divórcio e os arranjos necessários para a sua concretização; motivo do divórcio	Detalhes sobre o processo de divórcio e factos acerca da relação do casal (incluindo motivo do divórcio no processo sem consentimento de um dos cônjuges)	Por “detalhes” entende-se: jurisdição do processo, advogados, se têm ou não crianças ou bens partilhados, se têm ou não morada de família, entre outros
Pressuposições	Nenhuma		Sendo um texto jurídico com dados pessoais privados, tem o cuidado de expor a informação o mais claramente possível sem dar espaço para o público-alvo pressupor
Composição	5 formulários num total de 17/18/23 páginas	10 parágrafos 2 páginas formam a petição inicial e 4 formam a carta formal Acordos: manutenção de apelidos – 1 página; prestação de alimentos – 2 páginas; morada de família – 4 páginas; responsabilidades parentais – 10 páginas	O diferente número de páginas nos textos ingleses depende do motivo do divórcio e se o parceiro que termina o processo é o mesmo que o iniciou ou o outro

Elementos não-verbais	Tabelas/zonas de preenchimento; texto espaçado de forma a ser fácil de distinguir as secções; alguns formulários têm “botões” de impressão ou restauro	A petição inicial está dividida em secções; a carta contém o brasão da firma de advogados que representa o cônjuge a requerer o divórcio	
Léxico	Vocabulário jurídico	Vocabulário fortemente jurídico	
Estrutura frásica	Vários segmentos frásicos curtos com exceção das longas notas explicativas; frases maioritariamente coordenadas e na ativa (ordens imperativas); na primeira ou segunda pessoas	Frases longas com uma abundância de subordinação, geralmente na terceira pessoa do singular	
Características supras-segmentais	Nenhuma		O “tom” destes textos jurídicos pende para o neutro, tendo em conta o assunto e os momentos dos processos
3. Efeito			
Efeito	No fim do processo, o casal estará efetivamente divorciado (ou possivelmente separado, no que toca aos textos ingleses)		Os efeitos dos textos jurídicos têm consequências reais que vão para além das reações do público-alvo/recetor; este tipo de efeito é intencional, convencional e não tem distância cultural

Tabela 4 - Comparação entre os textos: fatores internos e efeito (adaptação do modelo: Nord, 2005, p. 160)

4.2. Nível discursivo

Existem muitos tipos de análises possíveis a nível discursivo: há quem considere o mesmo que uma análise à estrutural textual, outros pensam que é uma análise do conteúdo do documento. Esta análise e comparação a nível discursivo vai focar-se na maneira como os textos estão escritos: o estilo de linguagem utilizado, a sua formalidade, o seu tom, o seu vocabulário, entre outras características.

Os documentos portugueses são altamente formais, com uma linguagem cuidada. Como mencionado anteriormente, a estrutura frásica é constituída por frases longas, que, como tal, contêm orações subordinadas. Outras frases estão também frequentemente inacabadas, apresentando várias opções para o seu fim. Estão redigidas na terceira pessoa, e fazem o melhor para se dirigirem ao seu público-alvo da forma mais neutra possível; por exemplo, ao contrário da maior parte dos outros textos, em vez de usar o masculino coletivo, prefere apresentar ambos os géneros feminino e masculino, assim como o plural e o singular quando tal se mostra necessário (por “outros textos” entende-se qualquer outro texto independentemente do seu género, tipo ou propósito; o masculino coletivo é considerado o mais próximo que a língua portuguesa tem da neutralidade).

Nos documentos modelo, o vocabulário

Por seu lado, os textos ingleses interagem diretamente com o seu recetor e – como supramencionado, a maior parte das frases está na ativa, tempo Presente do Indicativo, na primeira ou segunda pessoas. Como tal, estão redigidos numa linguagem cuidada mas simples, muito explícita e frequentemente explicativa (várias vezes remetem o público-alvo para outros documentos de apoio, por exemplo). As frases são curtas e, tal como os textos em português, devem ser terminadas pelo cônjuge que está a preencher os formulários; porém, enquanto os documentos portugueses contêm cláusulas de informação onde não há escolhas a realizar, todas as partes dos textos ingleses requerem a ação do recetor. De facto, determinadas partes apresentam um espaço próprio a ser preenchido unicamente com as palavras do recetor da maneira que lhe convier.

O vocabulário é de índole geral, pontuado

utilizado é fortemente jurídico mas geral o suficiente para casais de quaisquer habilitações literárias serem capazes de entender o que cada cláusula quer dizer sem o apoio de um advogado; estes documentos modelo referem-se ao divórcio por mútuo consentimento, que pode ser realizado na Conservatória com grande facilidade.

Os textos do divórcio sem consentimento de um dos cônjuges já detêm de uma formalidade muito mais assinalada, sendo, para todos os efeitos, uma carta entre o advogado de um dos cônjuges (emissor) e um juiz (recetor). Em termos de vocabulário, mantém-se a um nível jurídico, apresentando mesmo certas expressões formais que não se utilizam no dia a dia.

por determinados termos jurídicos relacionados ao tema do divórcio que são facilmente entendidos, como, por exemplo, “respondent” e “co-respondent”. O mais complicado não são termos separados, mas o conjunto de vários termos em certas frases obviamente jurídicas: o primeiro documento, na parte “Jurisdição”, apresenta frases longas e vários nomes/expressões jurídicos; cada unidade é simples de compreender, o todo é que pode causar alguma dificuldade.

Todos os documentos seguem as mesmas regras discursivas, dado pertencerem ao mesmo processo.

4.3. Nível de conteúdo

Esta análise de conteúdo tem como objetivo comparar exatamente o que cada *corpus* diz em relação ao outro. Não a forma como diz, mas a informação que dá ou pede e a conexão que uns textos detêm para com os outros. Como textos jurídicos com a mesma função e emissores e recetores semelhantes, este é o nível de comparação onde creio que os *corpora* são mais idênticos. Devido ao número de documentos de cada *corpus*, a análise será com base nas características gerais em vez de tratar de cada texto singularmente.

Os textos portugueses têm como objetivo, | Pelo contrário, os textos ingleses têm

maioritariamente, dar informação. No que toca aos documentos do divórcio por mútuo consentimento, todas as cláusulas que não necessitam da intervenção dos cônjuges servem para informá-los de como determinados aspetos das suas vidas, agora separadas, vão mudar – sejam esses aspetos relativos à guarda dos filhos ou à morada da família. As cláusulas que, por sua vez, necessitam das escolhas dos cônjuges também oferecem informação, mas desta vez para o Estado. Estes textos jurídicos são de aplicação do direito, pelo que, além de terem consequências visíveis, elucidam sobre como determinadas coisas devem ser feitas. Os textos do divórcio litigioso, pelo contrário, são maioritariamente informativos – do advogado para o juiz – e uma solicitação; não tanto de aplicação do direito como um prelúdio para esta; note-se que esta petição não é somente para o divórcio, pelo que apresenta a neutralidade comum a documentos com vários propósitos.

O encadeamento textual dos documentos portugueses praticamente inexistente. O divórcio sem consentimento de um dos cônjuges tem apenas dois textos, se considerarmos a petição e a carta formal que são, em si, documentos separados, e, de facto, um segue o outro, mas não é a

como principal objetivo pedir informação. Este tipo de divórcio, apesar de ser a modalidade “mais simples”, necessita de um grande volume de dados acerca de ambos os cônjuges, do motivo do divórcio e de todas as outras pessoas envolvidas. Os documentos, na forma de formulários, nunca dão apenas informação – de facto, até mesmo em situações onde receber informação seria mais lógico, ocorre o contrário (por exemplo, no último documento perguntam quanto tempo é que o/a Requerente acha que uma audiência em tribunal durará). De certa forma, a nível de conteúdo, estes documentos têm mais a ver com o divórcio sem consentimento de um dos cônjuges, numa troca de informação praticamente uniforme entre os cônjuges e o tribunal.

Porém, estes documentos estão fortemente encadeados, seguindo uma sequência clara e móvel. Clara, pois os documentos seguem-se logicamente – depois da petição de divórcio, o outro cônjuge pode responder; se tal ocorrer, o/a Peticionário/a preenche um formulário em suporte da sua solicitação de divórcio; se tal não ocorrer, o/a Peticionário/a pode imediatamente pedir ao tribunal que o divórcio seja finalizado. Existe aqui um prosseguimento, uns documentos

sua sequência. Os textos do divórcio por mútuo consentimento apresentam uma encadeação subtil e extremamente implícita: as cláusulas do primeiro documento a ser assinado na Conservatória referem assuntos que os alguns acordos tratam, nomeadamente, as responsabilidades parentais, o destino da morada de família e pensões de alimentos. No entanto, não há qualquer menção aos acordos em si, e os acordos também não referem este documento principal.

seguindo-se aos outros. Móvel porque o número de documento do processo muda consoante as circunstâncias – se o/a Respondente não contestar, apenas três formulários devem ser preenchidos e enviados para tribunal. Pode-se dizer que o número elevado de documentos neste *corpus* é em preparação para todas as possíveis situações que possa encontrar.

Esta ligação entre os documentos não é apenas implícita, dado que uns referem frequentemente os outros, seja a questionar se foram lidos (mostrando que é necessário estar a par da informação anterior), seja a remeter o recetor para eles. Na verdade, se levássemos em conta todos os documentos de apoio ao divórcio na Inglaterra e no País de Gales mencionados nos documentos principais, este *corpus* teria o dobro do tamanho. Na sua qualidade de documentos jurídicos extremamente explicativos, formam uma rede de textos expressamente interligados.

4.4. Nível formal

Depois de uma análise sobre como as coisas estão ditas e o que é que, exatamente, é dito, a nível formal veremos a estrutura que os textos tomam. Mais uma vez, será uma análise geral ao conjunto de textos de cada língua, o que não é uma questão problemática dado que a formatação dos documentos é idêntica de uns para os outros.

Os textos portugueses do divórcio por mútuo consentimento seguem a formatação familiar de um contrato: uma introdução (dados básicos das partes, nomeadamente os cônjuges) seguida de cláusulas, que podem ou não estar divididas em números. A única coisa que difere dos contratos normais, além da função – se pensássemos nestes documentos como contratos, o seu propósito seria verificar a quebra de outro contrato dentro da Lei – é o facto de os cônjuges terem a liberdade de escolha em múltiplos assuntos, incluindo a criação de outras cláusulas caso as existentes se mostrem insuficientes.

Os textos do divórcio sem consentimento de um dos cônjuges já detêm de uma formatação pouco usual no dia a dia. A petição inicial é o mais minimalista possível, assemelhando-se a um formulário preenchido; a carta formal parece uma carta, mas rapidamente se torna numa numeração de factos idêntica à apresentação de cláusulas. A forma como o texto está estruturado faz com que a sua leitura, e consequente, a procura de informação, seja muito mais fácil em comparação com texto seguido, simplesmente dividido por parágrafos.

Já os textos ingleses assemelham-se mais a questionários. Têm uma estrutura muito interessante e raramente encontrada em textos jurídicos. É um formato necessário, tendo em conta a larga quantidade de informação pedida e tornando todo o processo mais prático. Em comparação com os textos em português, estes documentos dão, ao mesmo tempo, mais e menos liberdade de escrita e escolha: várias perguntas têm uma série respostas previamente formuladas, sendo necessário optar somente por uma delas; outras, no entanto, apresentam caixas de textos onde a pessoa a preencher pode apresentar a sua versão da história como bem entender.

Estes textos estão muito mais divididos que os portugueses, o que, mais uma vez, tem lógica se recordarmos a quantidade de informação que eles pedem. O motivo disto é o seguinte: o divórcio *Do-It-Yourself* é uma mistura das modalidades de divórcio portuguesas: existe a possibilidade de o outro cônjuge concordar com o divórcio, caso em que o número de “questionários” a preencher decresce de forma significativa; o outro cônjuge pode, pelo contrário, não concordar, caso em que é bastante possível que o casal e outros membros envolvidos no processo tenham de ir a

Esta é, na realidade, uma característica de todos os documentos do divórcio, incluindo os ingleses; diria mesmo que é uma característica de todos os documentos de aplicação do direito: interessa que sejam o mais simples de ler possível tendo em conta que a sua informação pode ser delicada e extremamente importante para o recetor, e quanto mais fácil for a leitura, melhor é o processamento da informação.

tribunal. Na primeira opção, o que há a preencher são os passos comparativos ao divórcio por mútuo consentimento; na segunda, os procedimentos são idênticos ao divórcio sem consentimento de um dos cônjuges. Assim, a estrutura dos textos tem de estar adaptada para diversas hipóteses, não apenas referentes à possível dificuldade do divórcio, mas também a outros fatores que não se põem em questão em Portugal: as diferentes áreas de Inglaterra e do País de Gales, as várias leis que regem as várias relações possíveis, entre outros.

4.5. Nível institucional

Tal como o nome indica, a comparação a nível institucional vai analisar as principais instituições relacionadas, de alguma forma, com os processos de divórcio que são objeto de estudo deste projeto. Este é, possivelmente, o nível em que ditos processos se cruzam mais.

A principal organização envolvida no processo de divórcio por mútuo consentimento é a Conservatória. O casal que pretende divorciar-se encontra tudo o que precisa lá: o documento principal que, depois de devidamente assinado, é enviado para o/a Conservador/a, que, juntamente com os acordos, analisa o caso e pronuncia os cônjuges ex-cônjuges. Por sua vez, a principal organização envolvida

A instituição a cargo do divórcio em Inglaterra e no País de Gales é o tribunal. Várias partes nos documentos do processo referem-se ao tribunal e, na probabilidade de terem de se descolar até ele, oferecem assistência – indicando que é uma probabilidade maior do que no divórcio por mútuo consentimento mas menor do que no divórcio sem consentimento de um dos cônjuges. Não há um tribunal

no processo de divórcio sem consentimento de um dos cônjuges é o tribunal – mais concretamente, o Tribunal de Família e de Menores da área de residência dos cônjuges. Dado que o cônjuge que não deseja o divórcio é automaticamente chamado de “réu” nestes procedimentos, está claro que o sistema de justiça deve, de alguma forma, intervir. Conclui-se então que o governo, de alguma maneira, participa em ambos os processos; tendo em conta que o casamento (e, no caso português, estamos apenas a considerar o casamento e não outras formas de relações conjuntas, como a união de facto), tem de ser reconhecido pelo Registo Civil, outra instituição governamental, para estar legalizado, tal não é uma surpresa.

No caso do divórcio litigioso, é sempre necessário a presença de um advogado, o que inclui uma quarta parte a este processo – vendo cada cônjuge como uma parte e a instituição governamental como a terceira participante. Um advogado é prescindível no divórcio por mútuo consentimento de ambos os cônjuges, mas frequentemente os cônjuges contratam um para lidar com a “papelada”. Geralmente, estando os cônjuges em termos colaborantes e não tendo questões acerca

específico, e se o divórcio ocorrer sem problemas, ou seja, se as condições financeiras e a situação familiar (filhos) não forem complicadas, o certo é não haver audiência. Independentemente disto, a duração mínimo deste processo de divórcio é seis semanas, mas geralmente pode levar de quatro a seis meses a ser completado. O preço do divórcio/dissolução é cerca de 648€, enquanto o de uma separação (judicial) é de 340€; outras solicitações, realizadas juntamente com a petição, como por exemplo, uma declaração financeira (quando os cônjuges não chegam a acordo e determinam que o tribunal é quem deve decidir como dividir as finanças), têm outro preço.

Devido à complexidade do divórcio, e apesar das explicações que os documentos oferecem, é aconselhável que os cônjuges tenham o conselho de um advogado. Esta é a maior semelhança entre todas as modalidades de divórcio, dado que a presença de apoio judicial é sempre aconselhável. Porém, o papel do advogado na modalidade *Do-It-Yourself* é comparável em primeiro lugar ao papel de um advogado na modalidade de divórcio sem consentimento de um dos cônjuges, considerando principalmente que todos os

<p>da partilha de bens ou das responsabilidades parentais, o advogado é o mesmo para ambos; se ocorrerem desavenças, e forem precisos dois advogados, é provável que, apesar da mútua consensualidade, o caso passe pelo tribunal – mas isto raramente acontece pois, como já mencionado, o divórcio por mútuo consentimento é mais vantajoso por ser mais rápido e barato (precisamente, 280€, em comparação com o preço do divórcio litigioso, que pode ir dos 300€ aos 600€) e a última coisa que os cônjuges querem é complica-lo; é mais simples resolverem o assunto entre si, com ou sem o conselho de advogados.</p>	<p>documentos redigidos/preenchidos vão ser analisados por juízes – neste caso, a correspondência ocorreria entre advogado e juiz, e não cônjuges e juiz. De certa forma, a relação com o tribunal é mais íntima que no caso português, especialmente pensando nos detalhes necessários para preencher os formulários ingleses.</p>
--	---

4.6. Nível relacional

Finalmente, a nível relacional analisaremos brevemente as várias relações existentes em volta dos textos. As principais são, sempre, as relações entre texto-emissor e texto-recetor. No caso de textos jurídicos, notam-se ainda as relações entre os recetores e os sistemas de justiça em questão, partindo do princípio que os emissores estão inseridos neste e, portanto, a relação entre emissores-sistemas de justiça é bastante próxima. E, no caso do processo de divórcio, consideram-se também, a partir dos documentos, as relações entre os futuros ex-cônjuges.

<p>No caso das duas modalidades do divórcio português, existem uma série de relações que em nada se relacionam umas com as outras. No divórcio por mútuo consentimento, os textos interagem com</p>	<p>Na modalidade <i>Do-It-Yourself</i>, o facto de os textos pedirem tanta informação pode demonstrar uma certa falta de preocupação quanto à possível frágil mentalidade dos cônjuges (pensando, por</p>
---	---

os cônjuges (ou com os seus advogados) de forma neutra e, digamos, “tranquila”: a existência dos próprios textos no processo de divórcio indica que o que há para resolver foi/está resolvido, por exemplo, ao preencher o acordo acerca das responsabilidades parentais, os cônjuges demonstram ao sistema de justiça que concordam no que fazer sobre a guarda dos filhos, possivelmente um dos mais delicados assuntos neste processo; o mesmo ocorre com os acordos pela morada de família e pela pensão e alimentos – ao existirem no processo, provam que os cônjuges/seu(s) advogado(s) têm a situação sob controlo. À face disto, não é uma surpresa que a relação dos cônjuges com o sistema seja praticamente inexistente, os procedimentos sendo simples, rápidos e realizados na Conservatória do registo civil; só em casos extremos os cônjuges terão de interagir diretamente com a Lei; a exceção será, possivelmente, o Código Civil, onde o regulamento do processo de divórcio se encontra (a relação dos advogados com o sistema de justiça não se põe, dado que eles estão inseridos nele, tal como os emissores, neste caso, o Estado).

É exatamente o oposto com o divórcio sem consentimento de um dos cônjuges. A

exemplo, em casos justificados por comportamentos irrazoáveis como a violência doméstica). A interação entre os documentos e os cônjuges/advogados é comparável a uma audiência em tribunal, onde todos os detalhes contam. De facto, apesar de existir a possibilidade de nenhum dos cônjuges comparecer perante um juiz, a relação entre estes e o sistema de justiça é muito mais estreita do que no caso português. “Estreita” é uma palavra decente para definir a miríade de relações pertinentes a este processo de divórcio: os textos imiscuem-se na vida dos cônjuges; o cônjuge que não pediu pelo divórcio, mesmo que não responda à petição no seu papel de Respondente, tem de ler o seu conteúdo; se o motivo do divórcio for adultério, é possível que se tenha de dar conhecimento dos procedimentos a outra pessoa que pode ou não estar interessada neles. De certa forma, os sentimentos dos envolvidos não tomam parte deste processo: é suposto que cada um seja capaz de apresentar o seu lado da história o mais objetivamente possível, dando o maior volume de informação relevante capaz de ser partilhado.

O curioso é que todas as relações são mais “estreitas”, incluindo a relação entre os emissores e os recetores. Esta relação mal

petição inicial é o mais neutra possível, obviamente, mas a carta formal seguinte, comunicação entre o advogado e o juiz, apresenta a relação da Autora com o Réu sem pudor. Os cônjuges terão certamente de comparecer em tribunal – ou, pelo menos, a Autora terá, pondo-se a possibilidade de o Réu não aparecer, caso em que o processo procede sem ele e o divórcio é emitido. A relação entre os cônjuges não pode ser uma de entendimento, pelo simples facto de um ter optado por esta modalidade. A relação entre cônjuges e advogados é mais proeminente, tal como a relação entre os advogados e o texto. Basicamente, todas as conclusões tiradas sobre as relações no divórcio por mútuo consentimento são o contrário das do divórcio litigioso.

se põe no divórcio por mútuo consentimento, sendo os emissores a Conservatória (totalmente neutra); e o emissor do principal texto no divórcio litigioso, o texto onde se suporta o divórcio, é redigido por um dos membros fortemente envolvidos no processo, nomeadamente, um advogado. No processo *Do-It-Yourself* supõe-se que o emissor dos textos seja o próprio governo. Claro, alguém os escreveu, mas não existe qualquer marca da sua presença, da sua individualidade.

Independentemente disto, o que significa é que é o emissor que aconselha os recetores a quais formulários se dirigirem, é o emissor que explica como responder às últimas perguntas. Existe aqui uma comunicação unilateral, pois não vai ser respondida, mas existe comunicação.

5. Análise tradutológica

A tradução dos documentos do processo de divórcio inglês foi realizada com o apoio do *software* de tradução memoQ. O memoQ é o programa de tradução com que estou mais familiarizada e, mais importante, aquele que tenho pessoalmente, conferindo-me segurança e tempo para traduzir e rever com cuidado. O grande motivo para ver o uso do memoQ como imprescindível é a alta repetição dentro e entre os documentos. Apesar de o volume de termos ser reduzido (não o suficiente para a criação de uma base terminológica), as várias repetições tornam o uso das memórias de tradução indispensável.

A análise da tradução consistirá na discussão dos problemas mais complexos encontrados ao longo dos documentos. Como supramencionado no capítulo 2, “problemas de tradução” não têm nada a ver com as capacidades individuais de cada um. Para este estudo, segue-se a tipologia de Nord (2005), que os divide em quatro grupos: pragmáticos, linguísticos, relacionados com convenções ou específicos ao texto. Frequentemente, as soluções para os problemas encontram-se nas estratégias de tradução segundo Pym (2003) de forma implícita ou explícita: paráfrase, empréstimo, explicitação e inversão.

Termo: *Respondent*

Problema: semântico-pragmático

Solução: *Respondente*

O termo “respondent” aparece ao longo dos vários textos na língua de partida; o termo “respondente”⁵, embora exista na língua de chegada, é de baixo uso e raramente utilizado nesta área de especialidade. Antes de o eleger como a tradução para “respondent”, é necessário descobrir o significado de cada conceito.

⁵ *respondente* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/respondente>.

“Respondent” tem como definição, na área de Direito, “a defendant, especially in appellate and divorce proceedings”. O mais frequente equivalente de “defendant” na língua de chegada é “arguido”, cuja definição jurídica não se encaixa nesta situação: “que ou aquele que se submeteu a uma arguição”; uma definição mais ampla e igualmente relacionada a Direito é “que foi repreendido; censurado, condenado”; ora, o “respondent” é o cônjuge que responde ao processo de divórcio, aquele que não o pediu, mas não está a ser, de forma alguma, acusado de alguma coisa, dado que o processo *Do-It-Yourself* está planeado para casos de divórcio geralmente amigáveis. É por este mesmo motivo que o termo “réu”, utilizado para se referir ao cônjuge que não pediu o divórcio num processo litigioso, não pode usado devido às suas associações semânticas geralmente percecionadas como negativas (definições jurídicas de “réu”: “aquele que é chamado em juízo para responder por ação cível ou por crime; sujeito em face de quem é ajuizada uma ação”; e “autor ou coautor de crime ou delito; culpado, criminoso”).

Vejamos então o termo “respondente”. É um termo jurídico, com a definição de “inquirido”, que por sua vez tem como significado “que foi interrogado judicialmente”. Outro dicionário⁶ diz-nos que, na área de Direito, tem como definição “pessoa que responde aos quesitos de um libelo judicial”. Tendo em conta que um “libelo” é uma “exposição escrita e articulada daquilo que o autor intenta provar contra o réu”, poderíamos concluir que “respondente” também não é uma boa opção de tradução. No entanto, a aceção geral de “respondente” é “pessoa que responde”, o que é exatamente o papel do “respondent”. De facto, na área de Direito, os conceitos de “respondent” e “respondente” não se cruzam, meramente porque no processo inglês o “respondent” não está a ser acusado de nada; por outro lado, “pessoa que responde” é uma definição perfeita do que o “respondent” faz no divórcio inglês. Mais, o público-alvo do texto de chegada muito provavelmente associará “respondente” com o seu significado geral e não com as suas definições jurídicas. Assim, visto as outras opções, “respondente” é o melhor equivalente para “respondent”.

⁶ *respondente* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/respondente>

Termo: *Co-Respondent*

Problema: semântico-pragmático

Solução: Interveniente

“Co-Respondent”, apesar das semelhanças com “respondent” não pode ser traduzido por “co-respondente”. Esta palavra surge pela primeira vez no segundo documento do divórcio inglês e significa “a joint defendant, charged along with the respondent, especially a person charged with adultery in a divorce proceeding”. Nos processos de divórcio portugueses, a pessoa com quem um cônjuge cometeu adultério pode ser chamada a testemunhar, pelo que é uma “testemunha”. No entanto, o papel do “co-respondent” é responder à petição de divórcio, defendendo-se, se quiser, das alegações feitas contra si ou corrigindo factos que crê estarem errados. Assim, concluímos que é um termo jurídico para o qual o português não tem uma equivalência direta.

Este é com certeza o termo que deu mais que pensar. A verdade é que, apesar da sua proeminência nos documentos, o “co-respondent” tem geralmente um papel muito pequeno nos processos de divórcio: ora não é nomeado devido ao facto de a sua presença atrasar os procedimentos, ora é nomeado mas, pessoalmente, não quer intervir – não é o seu divórcio, afinal. Mais do que o termo, esta figura não existe no sistema jurídico português. Existe, no entanto, “interveniente”.

A definição de “interveniente” enquanto termo jurídico no dicionário da língua portuguesa Houaiss é a seguinte: “diz-se de ou terceiro que participa de processo judicial, quer voluntariamente, por ter interesse na causa, quer por obrigação legal, não sendo nem a parte autora nem a ré”. Esta definição é a ideal, apesar da sua falta de conexão com o termo “respondente”: não aponta o “co-respondent” como uma das partes essenciais (nestes termos, a parte autora seria o/a Peticionário/a e a parte ré seria o/a Respondente) e, mais importante, indica que a sua presença não é estritamente necessária (neste caso, o “co-respondent” participaria no processo ou voluntariamente, por ser nomeado, ou por ter determinado interesse no divórcio).

Termo: *DX no.*

Problema: específico ao texto

Solução: *Delivery Exchange number*

Menciona-se “DX no.” no primeiro documento do processo de divórcio inglês, parte nove. Significa “delivery exchange number” e, no Reino Unido, refere-se ao número de uma empresa/companhia/firma no que toca ao negócio de envio de documentos, *DX Exchange* (<https://www.dxdelivery.com/corporate/services/dx-exchange/>). Em Portugal não existe uma prestação de serviço semelhante, pelo que manter o termo na língua de partida é a melhor solução, empregando paráfrase na medida em que optamos pelo termo por extenso e não por abreviaturas. Caso o/a Peticionário/a tenha um advogado e a firma desse advogado esteja afiliada com esta companhia, a partir do termo inteiro é simples perguntar e preencher o necessário.

Termo: *Remission ID*

Problema: linguístico

Solução: *Remição de custas*

“Remission ID” encontra-se de imediato no primeiro documento, na caixa no topo direito, ao lado de “Fee charged”. Este último termo não constituiu um problema: o montante a pagar ao tribunal por um processo de divórcio em Portugal é denominado de “custas”, termo equivalente a “Fee charged”. Por outro lado, “Remission ID” apresentou um problema. O termo não pode ser analisado em separado: “Remission ID” encontra-se somente nos processos de divórcio, e está pensado para as pessoas que não podem pagar o montante necessário pelos procedimentos (caso em que devem preencher outro formulário, maioritariamente acerca da sua situação financeira). Em Portugal, tal situação não existe nos processos de divórcio – mas existe a chamada “remição”, cujo significado pode ser “salvação, resgate”. Geralmente, “remição” é usado como termo em Direito quando se fala de pensões, mas neste caso o termo é aplicável. “Remição de custas” implica, então, que o montante será pago por outro que não o/a Peticionário/a. “Remir”, termo com base no mesmo formante de “remição”, foi também uma opção para a tradução de “Remission ID”, mas rejeitado devido ao baixo uso que a palavra detém.

Termo: *To serve*

Problema: linguístico

Solução: *Remeter*

O verbo “to serve” aparece frequentemente em textos jurídicos ingleses. Significa “to make a legal delivery”; entende-se pela entrega de um documento jurídico pessoalmente a alguém. A minha primeira opção de tradução era simplesmente “enviar”, que não possui as mesmas conotações; pelo contrário “enviar” implica fortemente que não haverá contacto. “Remeter”⁷, por seu lado, apesar de ser um sinónimo de “enviar”, tem como um dos seus significados “entregar” (ato que implica frequentemente um encontro) e é usado geralmente como a tradução para este verbo.

Termo: *Civil partnership*

Problema: relacionado com convenções culturais

Solução: *Parceria civil/união de facto*

Uma “civil partnership” é “uma relação legalmente reconhecida entre duas pessoas do mesmo sexo”. Este termo foi formalmente cunhado em 2004, nove anos antes de o casamento homossexual ser reconhecido no Reino Unido, e neste momento pouca diferença há entre um e outro: tanto o casamento como uma “civil partnership” têm benefícios e obrigações semelhantes, exceto vagamente em termos da lei – uma “civil partnership” não necessita de qualquer cerimónia para ser legal, apenas de ser registada, mas precisa de ir a tribunal para ser desfeita. E, claro, a maior diferença é que apenas casais do mesmo sexo podem formar “civil partnerships”.⁸

Em Portugal, a chamada “união de facto” é “(...) uma comunhão de leito, de habitação e de mesa, tal como entre pessoas casadas, mas sem o vínculo formal do casamento. Este tipo de relação é possível entre pessoas de sexo diferente ou do mesmo sexo.”⁹

⁷ *remeter* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/remeter>.

⁸ Informação retirada de *Citizen Advice (UK)*.

⁹ Informação retirada de *Deveres e Direitos dos Cidadãos*.

Parecendo arecer o termo perfeito para tradução, dois detalhes imediatamente o impedem: primeiro, o facto de a união de facto ser possível independentemente do sexo do casal; segundo, a união de facto não está sujeita a registo civil, ao contrário da “civil partnership”, que não é reconhecida sem registo. Apesar de as normas da Assembleia da República reconhecerem “união de facto” como um equivalente eficaz para “civil partnership”, estas diferenças impossibilitam-me de acordar. Optei, portanto, pela tradução literal “parceria civil”. Embora conste como um dos sinónimos de “união de facto”, raramente é utilizado em Portugal, pelo que o uso do termo diferente demonstra logo que são situações diferentes (também sendo reconhecido como equivalente de “civil partnership” na jurisprudência brasileira).

Finalmente, um problema não relacionado ao texto escrito foi a estrutura dos documentos, um problema específico à formatação destes textos. O *software* de tradução memoQ copia a estrutura dos textos de partida para os textos de chegada, mas sendo a estrutura altamente complexa, como é o caso, é necessário uma forte edição para os textos de chegada acabarem iguais. O maior problema, contudo, é a diferença de espaço utilizado nas línguas em questão: o inglês tem palavras mais curtas, precisa de menos explicitação e, principalmente, não tem flexão de género gramatical. A falta de espaço foi uma das maiores considerações a ter em conta na revisão e edição das traduções.

Notas conclusivas

Nos primórdios deste trabalho, existiam uma série de perguntas que eu esperava ver respondidas ao longo do projeto. Estas questões podem ser divididas em dois grandes grupos – perguntas relacionadas com a tradução e perguntas relacionadas com a comparação:

Como é que as minhas capacidades tradutológicas se comparam face a um tema completamente desconhecido? Quais as minhas maiores dificuldades? Qual o melhor método de tradução para estes textos? Qual o impacto que o domínio de um tema tem na tradução? Igualmente, como é que o domínio de um género textual impacta a tradução?

Como é que o divórcio português se compara com o inglês? Qual é o mais acessível em termos textuais? Qual é o mais simples em termos processuais? Qual é o mais amigável para todos os envolvidos? O que é que esta comparação nos pode dizer sobre os sistemas jurídicos e a cultura de cada país?

Tendo isto em conta, começemos pela tradução.

Nenhum tradutor vai cegamente fazer o seu trabalho. No mínimo, haverá sempre uma leitura *a priori* dos textos a traduzir, e essa leitura, muitas vezes, leva a pesquisar termos desconhecidos para melhor contextualizar. Neste caso, a pesquisa realizada deteve-se mais com os processos de divórcio em si do que com os documentos que formam os textos de partida. Admito que tive de ser lembrada que o meu grande objetivo tem a ver, necessariamente, com a tradução e não com o processo de divórcio por si só; este tem tantas facetas e é, de um ponto de vista humano, tão interessante, que ameaçou consumir-me.

Será, então, incomum dizer que as maiores dificuldades que tive ao longo das traduções estão relacionadas com a pesquisa. Como podemos ver no segundo capítulo deste trabalho e segundo Nord (2005), dificuldades tradutológicas são individuais, abrangendo quatro grupos: pragmáticas, específicas ao texto, dependentes do tradutor e

técnicas. Por seu lado, as dificuldades pragmáticas, foram praticamente inexistentes. As traduções são direcionadas a um público-alvo que vive no mesmo local que o público de partida, e, como textos jurídicos, adaptação para leis portuguesas é simplesmente impossível. Da mesma forma, pouco sofri com dificuldades adstritas ao processo de traduzir por si só, dado que o inglês dos textos de partida é praticamente o inglês do dia a dia, e a linguagem geral tem um nível intermédio de linguagem jurídica.

Acredito que as dificuldades específicas ao texto estão espelhadas nos vários problemas de tradução de especialidade, maioritariamente problemas terminológicos. O divórcio inglês processa-se e ocorre num ambiente completamente distinto do português, pelo que foi necessária pesquisa para perceber exatamente determinadas coisas – por exemplo, as diferenças entre uma parceria civil e uma união de facto, ou o papel de um “co-respondent”.

A terminologia é uma área muitíssimo interessante, onde o mesmo termo na língua de partida pode ter várias aceções conceptuais na língua de chegada – ou vice-versa. Isto deve-se, geralmente, ao contexto em que cada termo se encontra, dado que termos de diferentes áreas de especialização, independentemente de serem homógrafos, terão significados diferentes. Porém, os problemas terminológicos que estes textos abrangeram focam-se não em distintos campos de especialização, mas nas diferentes culturas em que os textos se inserem; mesmo que residam no mesmo local que os textos de chegada, o público-alvo detém um contexto cultural jurídico diferente, sendo português.

A complexidade terminológica no que toca ao contexto pode ser examinada com o termo “DX no.”, que se refere a algo que simplesmente não existe em Portugal, não fazendo parte do contexto cultural português. Assim, não existe tradução possível, nem um termo que possa ser adaptado. No entanto, à segunda vista, é um termo que faz parte do contexto cultural britânico – e é aí que o público-alvo está, agora, inserido. Temos então de ter em conta, quando se trata de traduzir e, principalmente, de terminologia específica, o contexto cultural que supomos que o público-alvo teve no passado e o contexto cultural onde cremos que estão inseridos agora.

Podemos concluir que os problemas terminológicos estão diretamente relacionado com as dificuldades técnicas, essencialmente dificuldades de pesquisa e documentação. Este trabalho demonstrou-me que, enquanto tradutora, falta-me experiência de pesquisa – por exemplo, as minhas fontes não são muitas. Sei que este trabalho me deu uma nova apreciação por textos paralelos e especialistas em campos que não o meu – especialmente, profissionais de Direito e de Terminologia. Espero levar esta estima pelo poder de uma pesquisa aprofundada para todos os meus futuros trabalhos.

As dificuldades de documentação são totalmente diferentes: encontrei os textos ingleses *online*, mas os portugueses envolveram diversas entidades (às quais estou muito grata) e, devido à natureza particular de cada processo de divórcio português, acabei com uma amostra pequena demais para tirar verdadeiras conclusões acerca dos documentos portugueses. Igualmente, os textos ingleses foram atualizados pela última vez em 2013, tanto quanto consegui discernir. É muito possível que estejam agora mesmo a ser modificados para incluir as mais recentes mudanças no sistema jurídico britânico.

No entanto, apesar da pequena amostra, sinto-me capaz de tirar conclusões acerca das traduções, e uma das mais importantes é que o conhecimento do tema do género textual (jurídico) tem um forte impacto na tradução. O maior sendo as diferenças de registo e a falta de neutralidade na flexão de género. Os textos jurídicos portugueses são altamente formais mas, ao mesmo tempo, carregam uma ordem imperativa: muitos dos “please” dos textos ingleses foram eliminados na tradução, por exemplo, e tive o cuidado de utilizar um registo mais cuidado do que o do texto de partida, por força da adaptação cultural necessária. E, obviamente, a neutralidade na flexão de género não existe em português; falou-se em usar o “masculino coletivo”, mas a falta de fontes fidedignas e o facto de, enquanto nação, estarmos lentamente a caminhar em direção à igualdade de género gramatical, tornou isso impossível. A verdade é que incluir ambos os géneros aumentou significativamente o texto e, graças à sua estrutura complicada, necessitou de edição severa, mas foi definitivamente a opção correta.

Acredito que traduzir estes documentos, mesmo com todos os problemas que a tradução acarretou, me forneceu uma preciosa experiência em traduzir fora de um ambiente escolar, sem as sugestões e prontas opiniões dos meus colegas e professores.

Finalmente, o segundo grupo de perguntas: a comparação.

Comecei este projeto com a ideia de que o divórcio inglês era mais simples que o português. Isto deve-se ao seu formato: os textos portugueses apresentam-se em parágrafos compridos, enquanto os textos ingleses são construídos por frases curtas, perguntas com várias opções e caixas onde um pode escrever como entender. Mais, os textos ingleses remetem frequentemente para materiais de apoio e, em certos casos, exibem mesmo notas explicativas, demonstrando que a presença de um advogado não é obrigatória. Tudo apontava para que fossem mais intuitivos que os portugueses.

Não podia estar mais errada.

Os textos portugueses são curtos e diretos. A petição para o divórcio e os vários acordos são os únicos documentos necessários para realizar o divórcio por mútuo consentimento entre ambos os cônjuges. O divórcio sem consentimento de um dos cônjuges é ainda mais simples em termos documentais: apenas a petição e a carta do advogado para o juiz. Depois disto, ambos os divórcios processam-se na Conservatória e no tribunal, onde os cônjuges devem estar presentes.

Os textos ingleses são longos, pedem imensa informação e, apesar disto, o divórcio pode acabar por ter de ir a tribunal de qualquer maneira. Isto é compreensível. Estes documentos cobrem uma miríade de situações, de tal modo que o divórcio *Do-It-Yourself* pode ser visto tanto como o divórcio por mútuo consentimento de ambos os cônjuges como o divórcio sem consentimento de um dos cônjuges. O facto de ser compreensível não altera o outro facto de que o número de documentos torna o processo altamente cansativo. Mesmo no que toca à presença de um advogado – não é necessário, mas é sempre melhor ter o conselho de um.

Os textos ingleses não são mais acessíveis ou amigáveis que os portugueses. Para além de pedirem imensa informação, fiquei com a impressão que a relação que detinham para com os cônjuges era quase cruel. Um cônjuge que pede o divórcio baseado em violência doméstica deve fazê-lo sob a justificação de “comportamento irrazoável” e até

especificar a última vez que este comportamento irrazoável ocorreu; o/a Interveniente, apesar de surgir com frequência, é uma figura que está a desaparecer deste processo – afinal, não é o seu divórcio; parcerias civis não podem ser dissolvidas com base em adultério, sendo que adultério é apenas realizado com uma pessoa de sexo diferente.

Estes textos são de 2013. Estou certa que, num futuro próximo, sofrerão várias alterações que os deixarão a par das mudanças que têm ocorrido. No entanto, acerca da complicada sequencialidade dos documentos, duvido que seja alterada. Por mais oximoro que pareça, é uma prova da praticidade inglesa, precisando de conhecer o mais ínfimo pormenor antes de tomar uma decisão ao mesmo tempo que encaixa vários atos – divórcio, dissolução, separação (judicial) e até anulação – nos mesmos textos.

Era meu desejo que as traduções realizadas pudessem vir a auxiliar portugueses no Reino Unido que, se estiverem habituados aos modos de divórcio em Portugal, imagino que se sentirão algo perdidos em meio a tantos documentos com objetivos diferentes mas rumo ao mesmo propósito. À parte disto, este trabalho ensinou-me muito: sobre mim enquanto tradutora, sobre como ajo sob pressão, sobre textos jurídicos, sobre a pesquisa a realizar pré- e pós-tradução, e, claro, sobre o divórcio.

Referências bibliográficas

- A. Van Dijk, T. (1980). *Macrostructures: An Interdisciplinary Study of Global Structures in Discourse, Interaction and Cognition*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Albir, A. H. (2007). *Traducción y Traductología: Introducción a la Traductología*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Alfaro, M. (1996). *Intertextuality: Origins and Development of the Concept*. Retirado de: <http://www.jstor.org/stable/41054827>.
- Berger, M. (1997). *A criança e o sofrimento da separação*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Brodies LLP. (2016, setembro). Legal resource area: Does it matter whether you divorce under Scots law or English law? Retirado de: <http://www.brodies.com/blog/matter-whether-divorce-scots-law-english-law/>.
- Civil online. (2016, fevereiro). Registo civil online: Divórcio e Separação de Pessoa e Bens. Retirado de: <https://www.civilonline.mj.pt/CivilOnline/Divorcio/avisoCertificado.jsp>.
- Dicionário Houaiss. (2017, março e abril.) Dicionário Houaiss: Dicionário da Língua Portuguesa. Retirado de: <http://houaiss.web.ua.pt/>.
- Dicionário Michaelis (1994). *Michaelis Volume 1: Inglês-Português*. São Paulo: Melhoramentos.
- Dicionário Michaelis (2017, maio). Retirado de: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-ingles/>.
- Dictionary.com (2017, março e abril). Retirado de: <http://www.dictionary.com/>.
- Divorce.co.uk. (2016, outubro). Divorce resources: Divorce procedure guide. Retirado de: <http://www.divorce.co.uk/divorce-resources/divorce-procedure-guide>.

- Emery, R. E. (1998). *Marriage, Divorce and Children's Adjustment*. London: Sage Publications.
- GOV.UK. (2016, fevereiro). Portal do governo do Reino Unido: Get a divorce. Retirado de: <https://www.gov.uk/divorce/overview>.
- Hickley, L. (Ed.) (1998). *Pragmatics of Translation: Edited by Leo Hickey*. Clevedon: Multilingual Matters Ltd.
- Holstein, C. (1996). *O Divórcio*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Instituto Nacional de Estatística. (2017, abril). Portal do Instituto Nacional de Estatística: Statistics Portugal. Retirado de: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008285&contexto=bd&selTab=tab2.
- Morais Gil, I. T. (2003). Algumas Considerações sobre línguas de especialidade e seus processos lexicógenos. *Máthesis*(12), 113-130. Retirado de: http://www4.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mat12/Mathesis12_113.pdf.
- Molina, L. & Albir, A. H. (2002). Translation Techniques Revisited: A Dynamic and Functionalist Approach. *Meta: Translator's Journal*, 47(4), 498-512.
- Munday, J. (2001). *Introducing Translation Studies: Theories and Applications*. London: Routledge.
- Nidirect. (2016, outubro). Government services: Getting a divorce/Dissolution of Civil Partnership. Retirado de: <https://www.nidirect.gov.uk/articles/getting-divorcedissolution-civil-partnership>.
- Nord, C. (2005). *Text Analysis in Translation: Theory, Methodology, and Didactic Application of a Model for Translation-oriented Text-analysis*. Amsterdão: Rodopi.
- Pinto, M. (2001). Quality factors in documentary translation. *Meta: Translator's Journal*, 46(2), 288-300. doi: 10.7202/003840ar
- Phillips, R. (1991). *Desfazer o Nó: Breve história do divórcio*. Lisboa: Terramar.

- Portal do Cidadão. (2016, outubro). Divórcio: processo de divórcio por mútuo consentimento. Retirado de: <https://www.portaldocidadao.pt/web/instituto-dos-registos-e-do-notariado/divorcio-processo-de-divorcio-por-mutuo-consentimento>.
- Priberam. (2017, março e abril). Dicionário Priberam. Retirado de: <https://www.priberam.pt/dlpo/Default.aspx>.
- Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa. (2017, fevereiro). Código de Processo Civil (Novo). Retirado de: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=1959A0995&nid=1959&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=#artigo.
- Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa. (2017, fevereiro). DL n.º 324/2007, de 28 de setembro. Retirado de: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=962A0022&nid=962&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=#artigo.
- Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa. (2017, fevereiro). Regulamento das Custas Processuais. Retirado de: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=967A0015&nid=967&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=#artigo.
- Pym, A. (2003, outubro 25). Intercultural Studies Material. Retirado de: <http://isg.urv.es/publicity/masters/sample/techniques.html>.
- Roberto, M. T. (2011). Material de curso, disponível na plataforma de aprendizagem *online* da Universidade de Aveiro. Retirado de: <http://elearning.ua.pt/my/>.
- Rocha, I. (2015/2016). *Código Civil: 8ª edição*. Porto: Porto Editora.
- Šarčević, S. (1997). *New Approach to Legal Translation*. Retirado de: https://books.google.pt/books?id=i8nZjjo_9ikC&printsec=frontcover&dq=new+approach+to+legal+translation&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwiTnJ7W95fVAhVEbhQKHV9DAQQ6AEIKTAA#v=onepage&q=new%20approach%20to%20legal%20translation&f=false
- Terry & Co Solicitors (2016, maio). Terry and Co Solicitors: Divorce Specialists. Retirado de: <http://www.terry.co.uk/>.

Anexos

I. Modelo de petição inicial do divórcio por mútuo consentimento (pág.1)

Ex.ma Senhora Conservadora
da Conservatória do Registo Civil de

F, casado, residente, freguesia de, concelho de,
portador do cartão de cidadão, emitido em pelos, com
o NIF.....

E

F, casado, residente, freguesia de, concelho de,
portador do cartão de cidadão, emitido em pelos, com
o NIF.....

Vêm requerer, nos termos previstos do n.º 1 do art.º 14.º do DL 272/2001 de 13 de Outubro, a ins-
tauração do processo de divórcio por mútuo consentimento, declarando para o efeito que que
tomaram conhecimento da existência e objetivos do serviço de mediação familiar e que:

1.º

Que contraíram casamento civil/católico/ em, com/sem convenção antenupcial,
assento de casamento n.º..... da Conservatória de

2.º

Desse casamento existemfilhos, ainda menores,, tendo chega-
do a acordo quanto ao exercício das responsabilidades parentais, que juntam.

3.º

Que existem bens comuns a partilhar, cuja relação anexam;

4.º

Que existe casa de morada de família, cujo acordo quanto ao seu destino juntam;

5.º

Que prescindem mútua e reciprocamente de alimentos, por deles não carecerem.

II. Modelo de petição inicial do divórcio por mútuo consentimento (pág. 2)

Termos em que, requerem a Ex.^a se digne receber o presente requerimento e em consequência marcar a conferência a que alude o art.º1776 n.º1 do Código Civil, seguindo os ulteriores termos do processo e, a final decretar o divórcio por mútuo consentimento entre os requerentes, declarando desde já que (sim/não) prescindem do prazo de recurso e/ou reclamação.

local....., data

III. Acordo quanto à morada da família (pág. 1)

ACORDO QUANTO AO DESTINO DA CASA DE MORADA DE FAMÍLIA

F (nome completo), estado civil, natural de
(freguesia e concelho), (indicar a nacionalidade, se estrangeiro),
residente em (morada completa), portador do cartão de cidadão
número válido até, contribuinte fiscal número

E

F (nome completo), estado civil, natural de
(freguesia e concelho), (indicar a nacionalidade, se estrangeiro),
residente em (morada completa), portador do cartão de cidadão
número válido até, contribuinte fiscal número

Acordam quanto ao destino da casa de morada de família sita na
rua, freguesia de, concelho de, descrita na
Conservatória do Registo Predial de, sob o número, e
inscrita na respectiva matriz predial sob o artigo, o seguinte:

SELECIONAR A(S) OPÇÃO(ÕES) ADEQUADA(S)

- A) A casa de morada de família, bem comum dos cônjuges,
fica atribuída ao cônjuge (nome completo).
- B) A casa de morada de família, bem comum dos cônjuges,
fica atribuída ao cônjuge (nome completo) e
filho(s) menor(es) F..... (nome completo) (e F.....
(nome completo)).

IV. Acordo quanto à morada da família (pág. 2)

- C) A casa de morada de família, que constitui bem próprio do cônjuge (nome completo), destina-se à sua habitação.
- D) A casa de morada de família, que constitui bem próprio do cônjuge (nome completo), destina-se à habitação do cônjuge (nome completo).
- E) O cônjuge (nome completo) assume o pagamento das prestações em dívida ao Banco, pelo empréstimo concedido para a aquisição da casa, actualmente no montante de (montante) Euros, até à partilha ou venda do imóvel.

**SE A CASA DE MORADA DE FAMÍLIA FOR ARRENDADA,
SELECCIONE OBRIGATORIAMENTE F) e G)**

- F) A casa de morada de família encontra-se arrendada ao cônjuge (nome completo), por contrato por (este /esta) celebrado em (data), em que é senhorio F (nome completo), residente em (morada completa), ao qual actualmente é paga a renda de (montante) Euros.
- G) A identificada casa fica destinada à habitação do cônjuge (nome completo) [(e do(s) menor(es) F (nome completo) e F (nome completo), filho(s) do casal], pelo que nos termos dos artigos 1105º, nº 1 e 1793º do Código Civil, é acordada a transmissão, a favor deste cônjuge, da posição contratual presentemente

V. Acordo quanto à morada da família (pág. 3)

detida pelo cônjuge (nome completo) no arrendamento referido na cláusula anterior.

Outra opção

- H) A responsabilidade pelo pagamento das rendas passará a ser do cônjuge (nome completo).

OUTRAS CLÁUSULAS

Seleccionar a(s) opção(ões) adequada(s)

- I) O cônjuge (nome completo) deixará a casa no prazo de (período temporal) após ser decretado (o divórcio/a separação de pessoas e bens).
- J) As despesas resultantes da utilização do imóvel, designadamente despesas de condomínio, imposto municipal sobre imóveis, água, luz, gás, reparações eventuais, serão suportadas exclusivamente pelo cônjuge (nome completo) enquanto habitar a casa.

OUTRAS (texto livre)

Data

Assinaturas

VI. Acordo quanto à prestação de alimentos (pág. 1)

ACORDO SOBRE A PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS

F (nome completo), estado civil, natural de
(freguesia e concelho), (indicar a nacionalidade, se estrangeiro),
residente em (morada completa), portador do cartão de cidadão
número válido até, contribuinte fiscal número

E

F (nome completo), estado civil, natural de
(freguesia e concelho), (indicar a nacionalidade, se estrangeiro),
residente em (morada completa), portador do cartão de cidadão
número válido até, contribuinte fiscal número

Acordam quanto à prestação de alimentos devida ao cônjuge
..... (nome completo) nos termos seguintes:

1 - O cônjuge (nome completo) pagará ao cônjuge
(nome completo) a quantia mensal de (montante) Euros, a título
de alimentos, quantia que lhe entregará até ao dia do mês a que
respeita, por (depósito na conta bancária número, do
Banco/cheque/numerário).

OUTRAS CLÁUSULAS

Seleccionar a(s) opção(ões) adequada(s)

A) A quantia referida será anualmente actualizada em
(data), em função do aumento do vencimento do cônjuge
..... (nome completo) e na mesma proporção.

VII. Acordo quanto à prestação de alimentos (pág. 2)

B) A quantia referida no nº 1 será anualmente actualizada, em (mês), em função da variação da taxa de inflação divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística.

OUTRAS (texto livre)

Data

Assinaturas

VIII. Acordo quanto às responsabilidades parentais (pág. 1)

ACORDO SOBRE O EXERCÍCIO DAS RESPONSABILIDADES PARENTAIS

F (nome completo), estado civil, natural de
(freguesia e concelho), (indicar a nacionalidade, se estrangeiro),
residente em (morada completa), portador do cartão de cidadão
número válido até, contribuinte fiscal número

E

F (nome completo), estado civil, natural de
(freguesia e concelho), (indicar a nacionalidade, se estrangeiro),
residente em (morada completa), portador do cartão de cidadão
número válido até, contribuinte fiscal número

Acordam em regular o exercício das responsabilidades parentais
do(s) seu(s) filho(s) menor(es):

F (nome completo), nascido em ... de ... de (data de
nascimento), natural de (freguesia e concelho), (indicar
a nacionalidade, se estrangeiro) e;

F (nome completo), nascido em ... de ... de (data de
nascimento), natural de (freguesia e concelho), (indicar
a nacionalidade, se estrangeiro);

Nos seguintes termos e condições:

Cláusula 1ª

Exercício das responsabilidades parentais

1 - As responsabilidades parentais relativas às questões de
particular importância para a vida do(s) menor(es) são exercidas em
comum por ambos os progenitores salvo nos casos de manifesta

IX. Acordo quanto às responsabilidades parentais (pág. 2)

urgência, em que qualquer dos progenitores pode agir sozinho, devendo prestar informações ao outro logo que possível.

2 - O(s) menor(es) residirá(ão) habitualmente com (o/a) (pai/mãe), que exercerá as responsabilidades parentais relativas aos actos da vida corrente daquele(s).

3 - As responsabilidades parentais a que se refere o número anterior serão exercidas (pelo/pela) (pai/mãe) quando o(s) menor(es) com (ele/ela) se encontre(m) temporariamente.

4 - (O/A) (pai/mãe), quando o(s) menor(es) com (ele/ela) se encontrar(em) temporariamente, ao exercer as suas responsabilidades parentais, não deve contrariar as orientações educativas mais relevantes, tais como definidas pelo progenitor com quem o(s) menor(es) reside(m) habitualmente.

Cláusula 2ª

Alimentos

1 - (O/A) (pai/mãe) pagará, a título de alimentos, a quantia de (montante) Euros, valor que

Seleccionar a opção adequada

A) creditará numa conta aberta em nome (do/da) (pai/mãe), na agência do Banco, com o número, até ao dia do mês a que respeita.

X. Acordo quanto às responsabilidades parentais (pág. 3)

B) enviará (ao/à) (pai/mãe), até ao dia do mês a que respeita, por (cheque/vale de correio).

C) entregará (ao/à) (pai/mãe) pessoalmente até ao dia do mês a que respeita.

- E -

D) A quantia referida no nº 1 será anualmente actualizada, em (mês), em função da variação da taxa de inflação divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística.

E) A quantia referida no nº1 será actualizada anualmente, em (mês), em função do aumento do vencimento (do/da) (pai/mãe) e na mesma proporção.

OUTRAS OPÇÕES

Seleccionar a(s) adequada(s)

F) (O/A) (pai/mãe) suportará ainda metade das despesas médicas e medicamentosas, na parte não participada pelos serviços competentes, mediante a apresentação dos respectivos documentos comprovativos.

G) Todas as despesas que os pais entendam necessárias ou convenientes para a formação e bem-estar do(s) menor(es) serão divididas por ambos em partes iguais.

XI. Acordo quanto às responsabilidades parentais (pág. 4)

- H) As despesas de educação, vestuário e actividades lúdicas serão suportadas, de forma equitativa, pelos pais.

OUTRAS (texto livre)

Cláusula 3ª

Fins-de-semana e visitas

1 - O(s) menor(es) passará(ão) os fins-de-semana de forma alternada com (o/a) (pai/mãe), devendo (este/esta) ir buscá-lo(s) e levá-lo(s) à casa (do/da) (pai/mãe), respectivamente, à (dia da semana), pelas horas e até às horas de (dia da semana).

OUTRAS OPÇÕES

Seleccionar a(s) adequada(s)

- A) Sem prejuízo das horas de descanso do(s) menor(es) e dos respectivos afazeres escolares, (o/a) (pai/mãe) poderá estar com o(s) menor(es) sempre que lhe aprouver, bastando para o efeito avisar (o/a) (pai/mãe) no (período temporal) e ir buscá-lo(s) à escola, entregando-o(s) na casa (do/da) (pai/mãe) até às horas.
- B) (O/A) (pai/mãe) tomará uma refeição com o(s) menor(es) num dia útil por semana, a combinar entre os progenitores.

XII. Acordo quanto às responsabilidades parentais (pág. 5)

C) O(s) menor(es) passa(m) com o pai o dia de aniversário deste e o “dia do pai”, e com a mãe o dia de aniversário desta e o “dia da mãe”.

D) No dia de aniversário do(s) menor(es), este(s) toma(m) uma refeição com cada um dos progenitores, mediante acordo entre ambos.

OUTRAS (texto livre)

Cláusula 4ª

Férias

SELECIONAR A(S) OPÇÃO(ÕES) ADEQUADA(S)

A) O(s) menor(es) passará(ão) com (o/a) (pai/mãe) um período de dias, nas férias de Verão.

B) (O/A) (pai/mãe) passará com o(s) menor(es) o mês das suas férias, em (mês).

C) Caso o período de férias dos pais seja coincidente, o(s) menor(es) passará(ão) um período de dias com cada um deles, devendo (o/a) (pai/mãe) informar (o/a) (pai/mãe) com, pelo menos, dias de antecedência.

D) Durante o período de férias podem os pais ausentar-se com o(s) menor(es) para o estrangeiro, comprometendo-se o outro progenitor a autorizar expressamente tal

XIII. Acordo quanto às responsabilidades parentais (pág. 6)

deslocação e a emitir a documentação necessária para o efeito.

E) O(s) menor(es) poderá(ão) acompanhar qualquer um dos progenitores em viagens ao estrangeiro, mediante o consentimento escrito do outro e a subscrição de todos os documentos que forem necessários para o efeito.

OUTRAS (texto livre)

OUTRAS CLÁUSULAS

Seleccionar a(s) opção(ões) adequada(s)

Cláusula (número)
Carnaval, Páscoa, Natal, Ano Novo

O(s) menor(es) passará(ão), de forma alternada, com cada um dos progenitores, mediante acordo destes, as seguintes ocasiões:

- a) No dia de Carnaval e no domingo de Páscoa, quando o(s) menor(es) almoce(m) com a mãe jantarão com o pai, e vice-versa.
- b) No Natal, quando o(s) menor(es) passe(m) o dia 24 de Dezembro na companhia da mãe, passará(ão) o dia de Natal com o pai, e vice-versa.
- c) Quando o(s) menor(es) passe(m) o dia 31 de Dezembro na companhia da mãe, passará(ão) o dia 1 de Janeiro subsequente na companhia do pai, e vice-versa.

XIV. Acordo quanto às responsabilidades parentais (pág. 7)

OUTRAS (texto livre)

Cláusula (número)

Comunicações

1 - As comunicações a serem efectuadas entre os pais, para os fins do presente acordo, deverão ser feitas por

Seleccionar a opção adequada

- carta registada para as respectivas moradas,
- carta registada, com aviso de recepção, para as respectivas moradas,
- telefone/telemóvel nº,
- correio electrónico, com o seguinte endereço

2 - Qualquer alteração do contacto indicado, por qualquer dos progenitores, apenas poderá ser considerada depois de comunicada nos termos atrás previstos.

3 - Os progenitores comprometem-se a comunicar entre si as situações de doença do(s) menor(es).

OUTRAS (texto livre)

Cláusula (número)

Consenso

1 - Qualquer alteração dos períodos, datas e horários previstos neste acordo será decidida por consenso dos pais.

XV. Acordo quanto às responsabilidades parentais (pág. 8)

2 - Os pais comprometem-se a resolver, por mútuo consenso, todas as questões pontuais e as demais não previstas no presente acordo.

OUTRAS (texto livre)

Data

Assinaturas

NOTAS FINAIS

Ao ser apresentado acordo sobre o exercício das responsabilidades parentais, apresentação obrigatória caso estas não se mostrem reguladas judicialmente, o processo é enviado, pelo conservador, ao Ministério Público, entidade com incumbência legal de tutela e defesa dos interesses dos menores, para que este se pronuncie, no prazo de 30 dias, sobre o acordo.

Se o Ministério Público considerar que o acordo acautela devidamente os interesses dos menores é o processo devolvido ao conservador que, só então, convoca os cônjuges para a conferência acima referida.

XVI. Acordo quanto às responsabilidades parentais (pág. 9)

Se o Ministério Público considerar que o acordo não acautela os interesses dos menores, o processo é devolvido ao conservador que deve notificar os requerentes para apresentarem novo acordo ou para alterarem o acordo inicial em conformidade com o parecer do Ministério Público.

Caso os requerentes não se conformem com as alterações indicadas pelo Ministério Público, mas mantenham o propósito de se separarem ou divorciarem, o processo é remetido ao tribunal.

XVII. Acordo quanto à manutenção dos apelidos

AUTORIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE APELIDOS

F (nome completo), estado civil, natural de
(freguesia e concelho), (indicar a nacionalidade, se estrangeiro),
residente em (morada completa) portador do cartão de cidadão
número, válido até

Autoriza o seu cônjuge

F (nome completo), estado civil, natural de
(freguesia e concelho), (indicar a nacionalidade, se estrangeiro),
residente em (morada completa) portador do cartão de cidadão
número, válido até

A manter na composição do nome, o(s) apelido(s) “.....”,
adoptado(s) pelo casamento, após a decisão de divórcio.

Data

Assinatura

XVIII. Petição pelo divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (pág. 1)

Peça Processual entregue por via electrónica na data e hora indicadas junto da assinatura electrónica do subscritor (cfr. última página), aposta nos termos previstos na Portaria n.º 280/2013, de 26 de Agosto

PETIÇÃO INICIAL

REFª: 23711594

CARACTERIZAÇÃO

Finalidade: Iniciar Novo Processo Ref. de autoliquidação:
Tribunal Competente: Comarca de Aveiro - Aveiro - Unidade Central
Forma de Processo / Classificação: Acção de Divórcio Litigioso
Espécie: Divórcio Sem Consentimento do Outro Cônjuge
Objecto de Acção: Divórcio sem consentimento do outro cônjuge [Família e OTM]
Valor da Causa: 30 000,01 € (Trinta Mil Euros e Um Centimo)

AUTOR

Nome/Designação: [REDACTED]
Profissão/Actividade:
Morada: [REDACTED]
Localidade: Aveiro
Código Postal: [REDACTED]
Telefone: [REDACTED] Fax: [REDACTED] NIF: [REDACTED]
Email: [REDACTED] IBAN: [REDACTED]
Apoio Judiciário:

INTERVENIENTES ASSOCIADOS

Testemunha

[REDACTED]
Profissão/Actividade: Hotelaria
Morada: [REDACTED]
Localidade: [REDACTED]
Código Postal: [REDACTED]
Telefone: [REDACTED] Fax: [REDACTED] NIF: [REDACTED]
Email: [REDACTED] IBAN: [REDACTED]

RÉU

Nome/Designação: [REDACTED]
Profissão/Actividade:
Morada: [REDACTED]
Localidade: [REDACTED]
Código Postal: [REDACTED]
Telefone: [REDACTED] Fax: [REDACTED] NIF: [REDACTED]
Email: [REDACTED] IBAN: [REDACTED]

XIX. Petição pelo divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (pág. 2)

Peça Processual entregue por via electrónica na data e hora indicadas junto da assinatura electrónica do
subscritor (cfr. última página), aposta nos termos previstos na Portaria n.º 280/2013, de 26 de Agosto

MANDATÁRIO SUBSCRITOR

Nome: [REDACTED]

Cédula: [REDACTED]

Morada: [REDACTED]

NIF: [REDACTED]

Localidade:

Código Postal: [REDACTED]

Telefone: [REDACTED] Fax: [REDACTED] Email: [REDACTED]

Subscrição Múltipla

O Mandatário subscritor declara nos termos do Art.º 12.º n.º 1 da Portaria n.º 280/2013, de 26 de Agosto, que esta Peça Processual será também subscrita por:

[REDACTED] Advogado(a), com a cédula profissional n.º [REDACTED]

XX. Petição pelo divórcio sem consentimento de um dos cônjuges
(pág. 3)



Aduogado

Advogado

COMARCA DE AVEIRO

INSTÂNCIA CENTRAL – 1.ª SECÇÃO DE FAMÍLIA E MENORES DE AVEIRO

--- Acção de Divórcio Sem Consentimento de um dos Cônjuges ---

Exmo.(a) Senhor(a) Dr.(a) Juiz de Direito

AUTORA

[REDACTED] casada, nascida a [REDACTED]
[REDACTED] do Cartão de Cidadão n.º [REDACTED] válido
até [REDACTED] contribuinte fiscal n.º [REDACTED] com residência
[REDACTED]
Aveiro,

vem intentar

***** ACÇÃO DE DIVÓRCIO SEM O CONSENTIMENTO DE UM DOS CÔNJUGES *****

contra

RÉU

[REDACTED] casado, contribuinte fiscal n.º [REDACTED]
residente na [REDACTED]

o que faz com os seguintes termos e fundamentos:

A. DOS FACTOS

1.º

A Autora e o Réu celebraram casamento civil a 10 de Março de 1990 no Registo Civil de Genebra – Suíça – sem convenção antenupcial – ao qual corresponde o assento de casamento n.º [REDACTED] do ano de 1996 do Consulado Geral de Portugal em Genebra. – CFR. DOC 1 que aqui se junta e se dá por integralmente reproduzido para os devidos efeitos legais.

Email:
gui-47550c@adv.oa.pt
costadias-50482c@adv.oa.pt

Morada Profissional:
Travessa Dr. Abílio Pereira Pinto, n.º 3 B
3770-201 Oliveira do Bairro

Telefone | Fax:
(+351) 234 745 318
Telemóvel:
(+351) 912 359 818
(+351) 919 247 976

XXI. Petição pelo divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (pág. 4)



Advogado

Advogado

2.º

O Casamento foi celebrado sem precedência do processo preliminar de casamento, pelo que o regime de casamento de ambos é o do regime imperativo da separação de bens, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 1720.º do Código Civil. – CFR. CIT. DOC. 1.

3.º

A Autora e o Réu não têm filhos menores.

4.º

A Autora e o Réu não têm casa morada-de-família cujo direito de habitar deva ser atribuído, e, dado o regime de casamento imperativo, não têm em Portugal activo ou passivo para partilhar.

5.º

A Autora vive separada, independente do Réu e sem qualquer propósito de ambas as partes em restabelecer a vida em comum, desde o dia **16 de Novembro de 2014**, data em que a Autora foi vítima de maus-tratos pelo Réu e teve de abandonar a sua habitação.

6.º

Com efeito, desde essa altura que a Autora e o Réu deixaram de coabitar, passando a residir em casas separadas, não partilhando leito, mesa e habitação, ou vida socialmente conjunta, nomeadamente, em ocasiões festivas, sociais ou reuniões familiares.

7.º

A Autora e o Réu vivem, desde a separação, como se de estranhos se tratassem, não tendo relacionamento físico ou amoroso de qualquer espécie, levando vidas pessoais e sociais completamente distintas e autónomas.

8.º

A Autora e o Réu não partilham as despesas domésticas, alimentação ou saúde de ambos, desde a altura da separação de facto.

Email:
gui-47550c@adv.oa.pt
costadias-50482c@adv.oa.pt

Morada Profissional:
Travessa Dr. Abílio Pereira Pinto, n.º 3 B
3770-201 Oliveira do Bairro

Telefone | Fax:
(+351) 234 745 318
Telemóvel:
(+351) 912 359 818
(+351) 919 247 976

XXII. Petição pelo divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (pág. 5)



Hduogado

Advogado

9.º

A vida conjugal da Autora e do Réu está numa condição de ruptura definitiva, não havendo qualquer possibilidade de restabelecerem a vida em comum.

B. DO DIREITO

10.º

A factualidade descrita constitui fundamento de divórcio nos termos das alíneas a) e d) do artigo 1781.º do Código Civil.

11.º

A Autora propõe a presente acção de divórcio sem o consentimento do outro cônjuge, faculdade que lhe dada – ex vi do n.º 3 do artigo 1773.º e primeira parte do n.º 1 do artigo 1785.º ambos do Código Civil.

NESTES TERMOS E NOS MELHORES DE DIREITO que V. Exa. doutamente suprirá deve a presente acção ser julgada procedente, por provada, e consequentemente ser decretado o divórcio entre a Autora e o Réu;

Mais se requer a V.Exa., na sequência do divórcio decretado, seja determinada a perda do apelido da Autora adoptado aquando do casamento "Cardoso", nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 1677.º-B do Código Civil;




Ainda se requer a V. Exa. se digne, ao abrigo do n.º 2 do artigo 1789.º do Código Civil, decretar que os efeitos do divórcio retroajam a **16 de Novembro de 2014**, fixando, para o efeito, tal data como a do início da separação de facto, conforme o alegado.

Email:
gui-47550c@adv.oa.pt
costadias-50482c@adv.oa.pt

Morada Profissional:
Travessa Dr. Abílio Pereira Pinto, n.º 3 B
3770-201 Oliveira do Bairro

Telefone | Fax:
(+351) 234 745 318
Telemóvel:
(+351) 912 359 818
(+351) 919 247 976

XXIII. Petição pelo divórcio sem consentimento de um dos cônjuges
(pág. 6)



Advogado

Advogado

PARA TANTO,

Requer-se a V.Exa. que ordene a citação do Réu a fim de ser marcada a tentativa de conciliação a que alude o artigo 995.º n.º 1 do Código Processo Civil, seguindo-se os ulteriores termos até final.

Termos em que se requer a V.Exa.

PROVA

a) Documental 1 (um) documento.

b) Testemunhal a NOTIFICAR

1.  com domicilio profissional no 

VALOR € 30.000,01 (trinta mil euros e um cêntimo).

JUNTA Procuração Forense e 1 (um) documento (atento o disposto no artigo 15.º n.º 1 da alínea e) do Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008 de 26 de Fevereiro, a presente acção dispensa de pagamento prévio da taxa de justiça).

OS ADVOGADOS





Email:
gui-47550c@adv.oa.pt
costadias-50482c@adv.oa.pt

Morada Profissional:
Travessa Dr. Abílio Pereira Pinto, n.º 3 B
3770-201 Oliveira do Bairro

Telefone | Fax:
(+351) 234 745 318
Telemóvel:
(+351) 912 359 818
(+351) 919 247 976

XXIV. ST 1 – Divorce, dissolution and (judicial) separation petition (page 1)

Divorce/dissolution/ (judicial) separation petition

To be completed by the Court	
Name of court	
Case No.	
Date received by the court	
Date issued	
Time issued	
Fee charged/ Remission ID	

Notes to Petitioners

- This form should be used if you are making an application to the court for divorce/dissolution to end your marriage or civil partnership or (judicial) separation from your spouse or civil partner.
- Before completing this form, please read the supporting notes (D8Notes) for guidance on how to complete this form.
- Please answer all questions. If you are unsure of the answer to any question, or you do not think that it applies to you, please indicate this on the form.
- If there is not enough room on this form, you may continue on a separate sheet. Please put your name, the Respondent's (your spouse/civil partner) name, and the number of the Part the information relates to, at the top of your continuation sheet.
- If completing this form by hand, please use **black ink and BLOCK CAPITAL LETTERS** and tick the boxes that apply.

See the supporting notes for guidance on how to complete this section

I, (please state your full name)

apply for a ☐ divorce

☐ dissolution

☐ (judicial) separation

in respect of my ☐ marriage

☐ civil partnership

and give the following details in support of my application.

continued over the page 

XXV. TC 1 – Petição de divórcio, dissolução ou separação (judicial)
(pág. 1)

**Petição de divórcio/
dissolução/separação
(judicial)**

A ser completado pelo Tribunal	
Nome do tribunal	
N.º de processo	
Recebido pelo tribunal a	
Data de emissão	
Hora de emissão	
Custas/Remir custas	

Informações para o/a Peticionário/a

- Este formulário deve ser preenchido se está a pedir ao tribunal pelo divórcio/dissolução que terminará o seu casamento, parceria civil, ou separação (judicial) com o seu cônjuge ou parceiro/a.
- Antes de preencher, leia por favor o material de apoio (D8Notes) sobre como completar este formulário.
- Responda a todas as questões. Indique neste formulário se não tem a certeza sobre como responder a qualquer questão, ou se acha que não se aplica a si.
- Se não tiver espaço suficiente no formulário, continue numa folha à parte. No topo dessa folha, ponha o seu nome, o do/a Respondente (o seu ou sua cônjuge ou parceiro/a), e o número da Parte a que a informação diz respeito.
- Se preencher este formulário à mão, use **caneta preta e LETRA DE IMPRENSA EM MAIÚSCULAS** e assinale com um visto quando se aplicar.

Antes de preencher, leia por favor o material de apoio (D8Notes) sobre como completar este formulário.

Eu (nome completo)

peço pelo ☐ divórcio
☐ dissolução
☐ separação (judicial)

do meu/minha ☐ casamento
☐ parceria civil

e indico as seguintes informações em suporte deste pedido.

continua na página seguinte ➡

XXVI. ST 1 – Divorce, dissolution and (judicial) separation petition (page 2)

Part 1 About you (the Petitioner) and the Respondent (your spouse/civil partner)

See the supporting notes for guidance on how to complete this section

Petitioner

My current name is

First name(s) (in full)

Last name

My address is (including postcode)

Postcode

My date of birth is

/ /

My occupation is

I am

☐ male

☐ female

Respondent

The Respondent's current name is

First name(s) (in full)

Last name

The Respondent's address is (including postcode)

Postcode

The Respondent's date of birth is

/ /

The Respondent's occupation is

The Respondent is

☐ male

☐ female

Part 2 Details of marriage or civil partnership

See the supporting notes for guidance on how to complete this section

On the day of [19][20]

(insert your name exactly as it appears on your marriage/civil partnership certificate)

☐ married ☐ formed a civil partnership with

(insert the name of the Respondent exactly as it appears on your marriage/civil partnership certificate)

at

(insert the place where the marriage/civil partnership was formed, exactly as it appears on your marriage/civil partnership certificate)

A certified copy of your marriage/civil partnership certificate must be sent to the court with this completed petition (see supporting notes for guidance).

XXVII. TC 1 – Petição de divórcio, dissolução ou separação (judicial)
(pág. 2)

Parte 1 Sobre o Peticionário/a e o/a Respondente (cônjuge/parceiro/a civil)

Leia o material de apoio sobre como completar esta secção.

Peticionário/a

O meu nome é

Primeiro(s) nome(s) (completos)

Último

A minha morada é (Incluir código postal)

C.P.

A minha data de nascimento é

A minha profissão é

Sou

☐ homem ☐ mulher

Respondente

O nome do/a Respondente é

Primeiro(s) nome(s) (completos)

Último

A morada do/a Responde é (Incluir código postal)

C.P.

A data de nascimento do/a Respondente é

A profissão do/a Respondente é

O/a Respondente é

☐ homem ☐ mulher

Parte 2 Informação sobre o casamento ou a parceria civil

Leia o material de apoio sobre como completar esta secção.

No dia de [19] [20]

(escreva o seu nome exatamente como aparece no certificado de casamento/parceria civil)

☐ casou com ☐ formou parceria civil com

(escreva o nome do/a Respondente exatamente como aparece no certificado de casamento/parceria civil)

em

(escreva o local onde foi realizado o casamento/parceria civil exatamente como aparece no certificado de casamento/parceria civil)

Deve enviar para o tribunal uma cópia autenticada do seu certificado de casamento/parceria civil com esta petição completa (leia o material de apoio).

XXVIII. ST 1 – Divorce, dissolution and (judicial) separation petition
(page 3)

Part 3 Jurisdiction

See the supporting notes for guidance on how to complete this section

The Respondent and I last lived together as ☐ spouses ☐ civil partners
at

Address

The court has jurisdiction to hear this case under

☐ Article 3(1) of the Council Regulation (EC) No 2201/2003 of 27 November 2003

or

☐ the Civil Partnership (Jurisdiction and Recognition of Judgments) Regulations 2005

or

☐ The Marriage (Same Sex Couples)(Jurisdiction and Recognition of Judgments) Regulations 2014

on the following grounds

☐ The Petitioner and Respondent are both habitually resident in England and Wales and/or

☐ Other (please state any other connection(s) on which you wish to rely)

or

☐ The court has jurisdiction other than under the Council Regulation on the basis that no court of a Contracting State has jurisdiction under the Council Regulation and the ☐ Petitioner ☐ Respondent is domiciled in England and Wales on the date when this application is issued

or

☐ The court has jurisdiction other than under the Marriage (Same Sex Couples) (Jurisdiction and Recognition of Judgments) Regulations 2014 or under the Civil Partnership (Jurisdiction and Recognition of Judgments) Regulations 2005 on the basis that no court has, or is recognised as having jurisdiction as set out in these regulations, and

either:

☐ the ☐ Petitioner ☐ or the Respondent is domiciled in England or Wales

or

☐ the Petitioner and Respondent registered as civil partners of each other in England or Wales or in, the case of a same sex couple, married each other under the law of England and Wales and it would be in the interests of justice for the court to assume jurisdiction in this case.

continued over the page ⇨

XXIX. TC 1 – Petição de divórcio, dissolução ou separação (judicial) (pág. 3)

Parte 3 Jurisdição

Leia o material de apoio sobre como completar esta secção.

Vivi com o/a Respondente como ☐ cônjuges ☐ parceiros civis
em

Morada

O tribunal tem jurisdição para ouvir este processos segundo o

☐ Artigo 3(1) do Regulamento (CE) nº 2201/2003 de 27 novembro de 2003 (*Article 3(1) of the Council Regulation (EC) No 2201/2003 of 27 November 2003*)

ou

☐ Regulamento de Parcerias Cívis (Jurisdição e Reconhecimento de Julgamentos) de 2005 (*Civil Partnership (Jurisdiction and Recognition of Judgments) Regulations 2005*)

ou

☐ Regulamento de Casamento (Mesmo Sexo) (Jurisdição e Reconhecimento de Julgamentos) de 2014 (*Marriage (Same Sex Couples) (Jurisdiction and Recognition of Judgments) Regulations 2014*)

devido às circunstâncias seguintes

☐ O/a Peticionário/a e o/a Respondente residem habitualmente em Inglaterra ou no País de Gales e/ou

☐ Outro (declare todas as outras conexões que considera pertinentes)

ou

☐ O tribunal tem outra jurisdição que não a do Regulamento da União Europeia dado que nenhum outro tribunal de um Estado Contratante tem jurisdição sob o mesmo, e o/a ☐ Peticionário/a ☐ Respondente tem domicílio em Inglaterra ou no País de Gales no momento em que esta solicitação foi submetida

ou

☐ O tribunal tem outra jurisdição que não a do Regulamento do Casamento (Mesmo Sexo) (Jurisdição e Reconhecimento de Julgamentos) de 2014 ou a do Regulamento de Parcerias Cívis (Jurisdição e Reconhecimento de Julgamentos) de 2005 dado que nenhum tribunal tem, ou é reconhecido como tendo, jurisdição como a estabelecida nesses regulamentos, e

ou:

☐ o/a ☐ Peticionário/a ☐ Respondente tem domicílio em Inglaterra ou no País de Gales

ou

☐ o/a Peticionário/a e o/a Respondente estão registados como parceiros civis um do outro em Inglaterra ou no País de Gales ou, no caso de casais do mesmo sexo, casaram um com o outro segundo a lei de Inglaterra ou do País de Gales e portanto, no interesse da justiça, o tribunal deve assumir jurisdição deste caso.

continua na página seguinte ➡

XXX. ST 1 – Divorce, dissolution and (judicial) separation petition
(page 4)

Part 4 Other proceedings or arrangements

See the supporting notes for guidance on how to complete this section

- ☐ There are and/or have been
- ☐ proceedings in any court in England and Wales or elsewhere with reference to the
- ☐ marriage
- ☐ civil partnership
- ☐ or to any child of the family
- ☐ or between the Petitioner and Respondent with reference to any property of either or both of them
- (please enter details below)

or

- ☐ no other proceedings in any court in England and Wales or elsewhere.

- ☐ This is an application based on five years' separation and
- ☐ agreement has been made or is proposed to be made between the parties for the support of
- ☐ the Petitioner ☐ the Respondent ☐ and any child of the family
- (please enter details below)

or

- ☐ no agreement has been made or is proposed to be made.

Part 5 The fact(s)

See the supporting notes for guidance on how to complete this section

I apply for a

- ☐ divorce on the ground that the marriage has broken down irretrievably, or
- ☐ dissolution on the ground that the civil partnership has broken down irretrievably, or
- ☐ (judicial) separation

and

I rely on the following fact(s) in support of my application:

- ☐ The Respondent has committed adultery and the Petitioner finds it intolerable to live with the Respondent (this fact is not applicable in relation to a civil partnership) (only conduct between the respondent and a person of the opposite sex may constitute adultery for this purpose)
- ☐ The Respondent has behaved in such a way that the Petitioner cannot reasonably be expected to live with the Respondent
- ☐ The Respondent has deserted the Petitioner for a continuous period of at least two years immediately preceding the presentation of this petition
- ☐ The parties to the marriage/civil partnership have lived apart for a continuous period of at least two years immediately preceding the presentation of the petition and the Respondent consents to a decree/order being granted
- ☐ The parties to the marriage/civil partnership have lived apart for a continuous period of at least five years immediately preceding the presentation of the petition.

XXXI. TC 1 – Petição de divórcio, dissolução ou separação (judicial) (pág. 4)

Parte 4 Outros processos ou disposições

Leia o material de apoio sobre como completar esta secção.

- ☐ Estão a decorrer e/ou decorreram
- ☐ procedimentos num tribunal de Inglaterra ou do País de Gales relacionados com
- ☐ o casamento
 - ☐ a parceria civil
 - ☐ um filho/a da família
 - ☐ uma propriedade de ambos ou de um, entre o/a Peticionário/a e o/a Respondente
- (introduza detalhes abaixo)

ou

- ☐ não estão a decorrer procedimentos em nenhum tribunal de Inglaterra, País de Gales ou de outro local
- ☐ Este é um pedido baseado na separação por cinco anos e
- ☐ as partes chegaram a acordo ou existe uma proposta de acordo entre as partes para o suporte
- ☐ da/o Peticionário ☐ do/a Respondente ☐ de qualquer filho/a da família
- (introduza detalhes abaixo)

ou

- ☐ as partes não chegaram a acordo e não existe uma proposta de acordo entre as mesmas.

Parte 5 O(s) Facto(s)

Leia o material de apoio sobre como completar esta secção.

Submeto o pedido para

- ☐ o divórcio com base no facto de a vida conjugal estar numa condição de rutura definitiva,
- ☐ a dissolução com base no facto de a vida conjugal estar numa condição de rutura definitiva, ou
- ☐ a separação (judicial)

e

Indico as seguintes informações em suporte deste pedido:

- ☐ O/a Respondente cometeu adultério e o/a Peticionário/a considera insuportável viver com o/a Respondente (facto não aplicável no que diz respeito a uma parceria civil) (para este propósito, constituem adultério apenas condutas entre o respondente e uma pessoa do sexo oposto)
- ☐ Tendo em conta o comportamento do/a Respondente, não é razoável que o/a Peticionário viva com o/a Respondente
- ☐ O/a Respondente desertou o/a Peticionário/a por um período contínuo de pelo menos dois anos imediatamente antes da submissão deste pedido
- ☐ As partes viveram separadamente por um período contínuo de pelo menos dois anos imediatamente antes da submissão deste pedido e o/a Respondente consente ao decreto/ordem que está a ser concedido
- ☐ As partes viveram separadamente por um período contínuo de pelo menos cinco anos imediatamente antes da submissão deste pedido.

XXXII. ST 1 – Divorce, dissolution and (judicial) separation petition
(page 5)

Part 6 Statement of case

See the supporting notes for guidance on how to complete this section

(in all cases, please state briefly any relevant details about the fact(s) on which you rely)

Part 7 Details of the children

See the supporting notes for guidance on how to complete this section

If you cannot agree arrangements for your children, you can make an application under the Children Act 1989. Please see leaflets CB1 Children and the family courts and CB7 Guidance for separated parents: Children and the family courts.

Children of the family		Over 16 but under 18 and in education, training or working full time	(a) Child of both parties	(b) Other child of the family
	Date of birth (or state if over 18)			
Child 1	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> <div></div>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Child 2	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> <div></div>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Child 3	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> <div></div>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Child 4	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> <div></div>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Child 5	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> <div></div>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Child 6	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> <div></div>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

XXXIII. TC 1 – Petição de divórcio, dissolução ou separação (judicial)
(pág. 5)

Parte 6 Declaração do caso

Leia o material de apoio sobre como completar esta secção.

(em todos os casos, exponha brevemente todos os detalhes relevantes sobre o(s) facto(s) que suportam a sua declaração)

Parte 7 Informação sobre os filhos

Leia o material de apoio sobre como completar esta secção.

Se não chegarem a acordo acerca das responsabilidades parentais, pode submeter uma solicitação sob o Decreto dos Filhos de 1989. Leia os folhetos CB1 "Filhos e os tribunais de família" e o Guia CB7 para pais separados: Filhos e os tribunais de família.

Filho/as da família		Maiores de 16 mas menores de 18, a estudar, receber formação ou a trabalhar	(a) Filho/a de ambas partes	(b) Outro/a filho/a da família
	Data de nascimento (ou declare se é maior de idade)			
Filho/a 1	<div></div>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Filho/a 2	<div></div>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Filho/a 3	<div></div>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Filho/a 4	<div></div>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Filho/a 5	<div></div>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Filho/a 6	<div></div>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

XXXIV. ST 1 – Divorce, dissolution and (judicial) separation petition (page 6)

Part 8 Special assistance or facilities if you attend court

See the supporting notes for guidance on how to complete this section

If you are required to attend court during these proceedings will you need any special assistance or facilities?

☐ Yes (please supply details below) ☐ No

--

Part 9 Service details

See the supporting notes for guidance on how to complete this section

- ☐ I am not represented by a solicitor in these proceedings
- ☐ I am not represented by a solicitor in these proceedings but am receiving advice from a solicitor
- ☐ I am represented by a solicitor in these proceedings, who has signed Part 10, and all documents for my attention should be sent to my solicitor whose details are as follows:

Box 1 Solicitor's details

Name of solicitor									
Name of firm									
Address to which all documents should be sent for service: Postcode <table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>								Telephone no.	
		Fax no.							
		DX no.							
		Your ref.							
Fee account no.									
E-mail									

Box 2 Petitioner's address for service

Address (including postcode)							
Postcode <table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>							

continued over the page ➞

XXXV. TC 1 – Petição de divórcio, dissolução ou separação (judicial) (pág. 6)

Parte 8 Assistência especial ou alojamento se comparecer ao tribunal

Leia o material de apoio sobre como completar esta secção.

Se for necessário comparecer ao tribunal durante este processo precisará de assistência especial ou alojamento?

- ☐ Sim (forneça informações abaixo)
- ☐ Não

--

Parte 9 Informações sobre o serviço

Leia o material de apoio sobre como completar esta secção.

- ☐ Não sou representado/a por um advogado nestes procedimentos
- ☐ Não sou representado/a por um advogado nestes procedimentos mas está a ser aconselhado por um
- ☐ Sou representado/a por um advogado nestes procedimentos, que assinou a Parte 10, e todos os documentos para meu apreço devem ser enviados para o advogado, cuja informação é a seguinte:

Caixa 1 Informações do advogado

Nome do advogado							
Nome da firma							
Endereço para onde todos os documentos devem ser enviados:	N.º de telefone						
	N.º de fax						
	N.º de <i>Delivery eXchange</i>						
	Sua ref.						
	IBAN						
C.P. <table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>							
E-mail							

Caixa 2 Endereço de serviço do/a Peticionário/a

Endereço (incluir código postal)							
C.P. <table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>							

continua na página seguinte ➡

XXXVI. ST 1 – Divorce, dissolution and (judicial) separation petition
(page 7)

Box 3 Respondent's address for service

Address (including postcode)									
Postcode	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>								

Box 4 Co-Respondent's details, if any

(please see the Guidance Notes for this form on the need to name the correspondent)

- ☐ There is no Co-Respondent
- ☐ There is a Co-Respondent whose details are as follows:

First Name									
Last Name									
Address (including postcode)									
Postcode	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>								

continued over the page ➞

XXXVII. TC 1 – Petição de divórcio, dissolução ou separação (judicial)
(pág. 7)

Caixa 3 Endereço de serviço do/a Respondente

Endereço (incluir código postal)							
	C.P. <table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>						

Caixa 4 Informações do/a Interviente, se for o caso

(leia o material de apoio deste formulário acerca da necessidade de nomear um correspondente)

- ☐ Não existe um/a Interviente
- ☐ Existe um/a Interviente cuja informação é a seguinte:

Primeiro nome							
Último nome							
Endereço (incluir código postal)							
	C.P. <table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>						

continua na página seguinte ➡

XXXVIII. ST 1 – Divorce, dissolution and (judicial) separation petition
(page 8)

Part 10

See the supporting notes for guidance on how to complete this section

Prayer

The Petitioner therefore prays

(1) The application

- ☐ That the ☐ marriage ☐ civil partnership be dissolved
or
☐ That the Petitioner be (judicially) separated from the Respondent.

(2) Costs (if you wish to claim costs from the Respondent or Co-Respondent)

- ☐ That the ☐ Respondent ☐ Co-Respondent shall be ordered to pay the costs of this application

(3) Financial Order (if you wish to make an application for a Financial Order)

- ☐ (a) That the Petitioner may be granted the following Financial Order(s):
- ☐ an order for maintenance pending suit/outcome
 - ☐ periodical payments order
 - ☐ secured provision order
 - ☐ lump sum order
 - ☐ property adjustment order
 - ☐ order under section 24B, 25B or 25C of the Matrimonial Causes Act of 1973/paragraph 15, 25 or 26 of Schedule 5 to the Civil Partnership Act of 2004 (Pension Sharing/Attachment Order) or section 25F or section 21B of the 1973 Act or paragraph 19B or paragraph 34A of the 2004 Act (Pension Compensation Sharing/Attachment Orders)
- ☐ (b) For the children
- ☐ a periodical payments order
 - ☐ a secured provision order
 - ☐ a lump sum order
 - ☐ a property adjustment order

Signed

Petitioner [s Solicitor]

Dated

XXXIX. TC 1 – Petição de divórcio, dissolução ou separação (judicial)
(pág. 8)

Parte 10

Leia o material de apoio sobre como completar esta secção

Solicitação

O/a Peticionário/a solicita por este meio

(1) O pedido

- ☐ Que ☐ o casamento ☐ a parceria civil seja dissolvida
ou
☐ Que o/a Peticionário/a seja (judicialmente) separado do/a Respondente.

(2) Custas (se desejar que o/a Respondente ou o/a Interviente pague as custas)

- ☐ Que ☐ o/a Respondente ☐ o/a Interviente seja solicitado/a a pagar as custas desta
petição

(3) Declarações Financeiras (se deseja formar um pedido para uma declaração Financeira)

- ☐ (a) Que seja concedida ao/à Peticionário/a a(s) seguinte(s) Declarações(ões) Financeira(s):
- ☐ declaração para pensão de alimentos
 - ☐ declaração de pagamentos periódicos
 - ☐ declaração de provisão mútua assegurada em pagamento único
 - ☐ declaração do destino da propriedade
 - ☐ declaração segundo a secção 24B, 25B ou 25C do Decreto de Causas Matrimoniais de 1973/parágrafo 15, 25 ou 26 do Anexo 5 do Decreto de Parcerias Cíveis de 2004 (Partilha de Pensões/Declaração de Não Venda) ou secções 25F ou 21B do Decreto de 1973 ou parágrafos 19B ou 34A do Decreto de 2004 (Partilha Compensada de Pensões/ Declarações de Não venda)
- ☐ (b) Para os filhos
- ☐ declaração de pagamentos periódicos
 - ☐ declaração de provisão assegurada
 - ☐ declaração de pagamento único
 - ☐ declaração do destino da propriedade

Assinado

A

Peticionário/a [ou seu Advogado]

XL. ST 2 – Answer to a divorce, dissolution, (judicial) separation or nullity petition (page 1)

**Answer to a
divorce/dissolution/
(judicial) separation or
nullity petition**

To be completed by the Respondent	
Name of court	
Case No.	
To be completed by the court	
Date received by the court	
Date issued	

Notes to Respondents

- This form should be completed if you wish to defend the divorce/dissolution/(judicial) separation or nullity petition issued by your spouse/civil partner. This could be because you do not agree that your marriage/civil partnership has irretrievably broken down, or you wish to defend allegations made against you by your spouse/civil partner.
- If you wish to apply for a divorce/dissolution/(judicial) separation or an annulment against your spouse or civil partner you should complete your own petition. This will be issued within the existing case, and the judge will determine the outcome.
- If there is not enough room on the form, you may continue on a separate sheet. Please put the Petitioner's name, your name and the number of the Part to which the information relates, at the head of any continuation sheet.
- References to supporting notes for guidance relate to the relevant sections in the **Supporting notes for guidance on completing a divorce/dissolution/(judicial) separation or nullity petition**. If you require any further assistance with this form please seek legal advice.
- If completing this form by hand, please use **black ink and BLOCK CAPITAL LETTERS** and tick the boxes that apply.

Notes to Co-Respondents

- If you have been named in a divorce/judicial separation application as a Co-Respondent and you wish to defend the application, you should complete Parts 3-8 of this form.
- You should amend any references to 'my spouse/civil partner' to 'the Petitioner' and references to 'Respondent' to 'Co-Respondent'.

I, (please state your full name)

wish to defend the application made by my ☐ spouse ☐ civil partner

(please state their full name)

for ☐ divorce ☐ dissolution ☐ (judicial) separation ☐ nullity which was issued at

(please state the name of the court)

under case number (please state the case number)

Please treat this as my answer to the petition.

XLI. TC 2 – Resposta a petição de divórcio, dissolução, separação (judicial) ou anulação (pág. 1)

Resposta a petição de divórcio/dissolução/separação (judicial) ou anulação

A ser completado pelo Respondente	
Nome do tribunal	
N.º de processo	
A ser completado pelo Tribunal	
Recebido pelo tribunal a	
Data de emissão	

Informações para os/as Respondentes

- Este formulário deve ser preenchido se deseja defender a petição de divórcio/dissolução/separação (judicial) ou anulação iniciada pelo/a seu/sua cônjuge/parceiro/a civil. Pode fazê-lo por não concordar que o seu casamento/parceria civil chegou a um ponto de ruptura irreparável, ou por desejar defender-se de alegações feitas contra si pelo seu esposo/parceiro civil.
- Se deseja pedir o divórcio/dissolução/separação (judicial) ou uma anulação contra o/a seu/sua cônjuge/parceiro/a civil deve preencher a sua própria petição, que será emitida dentro do caso existente. O juiz determinará o resultado.
- Se não tiver espaço suficiente no formulário, continue numa folha à parte. No topo dessa folha, ponha o nome do/a Peticionário/a, o seu nome, e o número da Parte a que a informação diz respeito.
- As referências ao material de apoio remetem para as secções relevantes no **Material de apoio sobre como completar uma petição de divórcio/dissolução/separação (judicial) ou anulação**. Se continuar a necessitar de assistência, aconselhe-se com um advogado.
- Se preencher este formulário à mão, use **caneta preta e LETRA DE IMPRENSA EM MAIÚSCULAS** e assinale com um visto quando se aplicar.

Informações para os/as Intervenientes

- Se foi nomeado como Interveniente numa solicitação de divórcio/separação judicial, e deseja defender a solicitação, deve completar as Partes 3 - 8 deste formulário.
- Deve alterar qualquer menção de "cônjuge/parceiro/a civil" para "o/a Peticionário/a" e qualquer menção de "Respondente" para "Interveniente".

Eu (nome completo)

quero defender a solicitação realizada pelo meu/minha ☐ cônjuge ☐ parceiro/a civil

(nome completo)

a pedir ☐ o divórcio ☐ a dissolução ☐ a separação (judicial) ☐ a anulação que solicitou no

(nome do tribunal)

sob o n.º de processo (nº de processo)

Que isto seja reconhecido como a resposta à solicitação.

XLII. ST 2 – Answer to a divorce, dissolution, (judicial) separation or nullity petition (page 2)

Part 1

In the case of divorce/dissolution only –

Do you agree that the marriage/civil partnership has irretrievably broken down?

☐ Yes ☐ No

If No, please explain why:

Part 2

In divorce/dissolution cases based on five years' separation only –

Do you oppose the granting of a decree/an order on the ground that the divorce/dissolution will result in grave financial or other hardship?

☐ Yes ☐ No

If Yes, please provide details:

Part 3 Statement of case

See the supporting notes for guidance

(In all cases, please give details of your reasons for defending the application or the allegations made against you.)

continued over the page ➡

XLIII. TC 2 – Resposta a petição de divórcio, dissolução, separação (judicial) ou anulação (pág. 2)

Parte 1

Apenas em caso de divórcio/dissolução -

Concorda que o casamento/parceria civil chegou a um ponto de rutura irreparável?

☐ Sim ☐ Não

Se não, explique porquê:

Parte 2

Apenas em casos de divórcio/dissolução baseados na separação por cinco anos -

Opõe-se à concessão de um decreto/uma ordem por motivos de que o divórcio/dissolução vai resultar em graves dificuldades financeiras ou de outro género?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, forneça detalhes:

Parte 3 Declaração do caso

Leia o material de apoio para se orientar

(Em todos os casos, descreva as suas razões para defender a petição ou as alegações feitas contra si.)

continua na página seguinte ➡

XLIV. ST 2 – Answer to a divorce, dissolution, (judicial) separation or nullity petition (page 3)

Part 4 Orders requested

- ☐ For the reasons above I ask the court to dismiss the Petitioner's application
- ☐ Other

If Other, please specify any other order requested, apart from a costs order (see Part 5).

Part 5 Costs

Please select the statement which applies:

- ☐ I wish the court to order that my spouse/civil partner pay the costs of these proceedings
- or
- ☐ I do not wish to claim costs.

Part 6 Special assistance or facilities if you attend court

See the supporting notes for guidance

If you are required to attend court during these proceedings will you need any special assistance or facilities?

- ☐ Yes ☐ No

If Yes, please provide details:

continued over the page 

XLV. TC 2 – Resposta a petição de divórcio, dissolução, separação (judicial) ou anulação (pág. 3)

Parte 4 Ordem solicitada

- ☐ Pelas razões supramencionadas, peço ao tribunal que recuse a solicitação do/a Peticionário/a
☐ Outro

Se Outro, especifique qualquer declaração solicitada com exceção da declaração de custas (ver Parte 5).

Parte 5 Custas

Selecione a declaração que se aplica:

- ☐ Solicito que o tribunal encargue o/a cônjuge/parceiro civil das custas destes procedimentos
ou
☐ Não desejo reclamar custas.

Parte 6 Assistência especial ou alojamento se comparecer ao tribunal

Leia o material de apoio para se orientar

Se for necessário comparecer ao tribunal durante este processo precisará de assistência especial ou alojamento?

- ☐ Sim ☐ Não

Se sim, forneça detalhes:

continua na página seguinte ➡

XLVI. ST 2 – Answer to a divorce, dissolution, (judicial) separation or nullity petition (page 4)

Part 7 Service details

See the supporting notes for guidance

- ☐ I am not represented by a solicitor in these proceedings
- ☐ I am not represented by a solicitor in these proceedings but am receiving advice from a solicitor
- ☐ I am represented by a solicitor in these proceedings and all documents for my attention should be sent to my solicitor whose details are as follows:

My/Solicitor's details

Name (of solicitor if applicable)			
Name of firm (if applicable)			
Address to which all documents should be sent for service Postcode <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	Telephone no.		
	Fax no.		
	DX no.		
	Your ref.		
E-mail			

Part 8

		*delete as appropriate	
Print full name	<input type="text"/>		
Name of Respondent's solicitor's firm	<input type="text"/>		
Signed	<input type="text"/>	Dated	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
*(Respondent) (Respondent's solicitor)			
Position or office held (if signing on behalf of firm or company)	<input type="text"/>		

XLVII. TC 2 – Resposta a petição de divórcio, dissolução, separação (judicial) ou anulação (pág. 4)

Parte 7 Informações sobre o serviço

Leia o material de apoio para se orientar

- ☐ Não sou representado/a por um advogado nestes procedimentos
- ☐ Não sou representado/a por um advogado nestes procedimentos mas estou a ser aconselhado por um
- ☐ Sou representado/a por um advogado nestes procedimentos e todos os documentos para meu apreço devem ser enviados para o advogado cuja informação é a seguinte:

Informações do advogado

Nome do advogado (se aplicável)			
Nome da firma (se aplicável)			
Endereço para onde todos os documentos devem ser enviados:	N.º de telefone		
	N.º de fax		
	N.º de <i>Delivery eXchange</i>		
	Sua ref.		
C.P.	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
E-mail			

Parte 8

*elimine como apropriado

Escreva o nome completa em letra de imprensa

Nome da firma do advogado do Respondente

Assinado

A

*(Respondente) (Advogado do Respondente)

Posição ou função (se a assinar pela companhia ou firma)

XLVIII. ST 3 – Statement in support of divorce and (judicial) separation
– adultery (page 1)

**Statement in support of
divorce/(judicial) separation –
adultery**

Section 1(2)(a) Matrimonial Causes Act 1973

To be completed by the Petitioner	
Name of court	Case No.
Name of Petitioner	
Name of Respondent	
Name of Co-Respondent (if applicable)	

If completing this form by hand, please use **black ink and BLOCK CAPITAL LETTERS** and tick the boxes that apply.

Note: Adultery will apply only to conduct between the respondent and a person of the opposite sex.

About the petition

1. Have you read the petition for ☐ divorce ☐ (judicial) separation in this case?

☐ Yes ☐ No

2. Do you wish to alter or add to any statement in the divorce/(judicial) separation petition?

☐ Yes ☐ No

If Yes, please state the alterations or additions to be made.

--

3. Subject to these alterations or additions (if any) is everything stated in your divorce/(judicial) separation petition true?

☐ Yes ☐ No

If any statement is not within your own knowledge, please indicate this and state whether it is true to the best of your information and belief.

--

XLIX. TC 3 – Declaração em suporte do divórcio ou separação (judicial) – adultério (pág. 1)

Declaração em suporte do divórcio/separação (judicial) - adultério

Secção 1(2)(a) Decreto de Causas Matrimoniais de 1973
(Section 1(2)(a) Matrimonial Causes Act 1973)

A ser completado pelo/a Peticionário/a	
Nome do tribunal	N.º de processo
Nome do/a Peticionário/a	
Nome do/a Respondente	
Nome do/a Interviente (se aplicável)	

Se preencher este formulário à mão, use **caneta preta e LETRA DE IMPRENSA EM MAIÚSCULAS** e assinale com um visto quando se aplicar.

Informação: Adultério aplicar-se-á apenas à conduta entre o/a Respondente e uma pessoa do sexo oposto.

Sobre a petição

1. Leu a petição a pedir ☐ o divórcio ☐ a separação (judicial) deste caso?

☐ Sim ☐ Não

2. Deseja alterar ou adicionar qualquer declaração na petição pelo divórcio/separação (judicial)?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, descreva as alterações ou adições a realizar.

--

3. Em relação a estas alterações ou adições (se existirem), são verdadeiras todas as declarações feitas na petição de divórcio/separação (judicial)?

☐ Sim ☐ Não

Se alguma declaração não estiver de acordo com o seu conhecimento, indique-o e declare se é verdadeira consoante a informação de que dispõe e a sua convicção.

--

L. ST 3 – Statement in support of divorce and (judicial) separation – adultery (page 2)

4. State briefly your reasons for saying that the Respondent has committed the adultery alleged.

5. On what date did it first become known to you that the Respondent had committed the adultery alleged?

DD/MM/YYYY

6. Do you find it intolerable to live with the Respondent?

☐ Yes ☐ No

7. Since the date given in the answer to Question 5, have you ever lived with the Respondent in the same household (there can be more than one household at the same address)?

☐ Yes ☐ No

If Yes, state the address and the period giving dates and explain the domestic circumstances when you separated.

Address(es)	Dates	
	From	To
	DD/MM/YYYY	DD/MM/YYYY
	DD/MM/YYYY	DD/MM/YYYY
	DD/MM/YYYY	DD/MM/YYYY

LI. TC 3 – Declaração em suporte do divórcio ou separação (judicial) – adultério (pág. 2)

4. Declare brevemente as suas razões para afirmar que o/a Respondente cometeu o alegado adultério.

5. Em que data tomou conhecimento que o/a Respondente cometera o alegado adultério?

DD

MM

AAAAA

6. É-lhe intolerável viver com o/a Respondente?

☐ Sim ☐ Não

7. Viveu com o/a Respondente no mesmo ambiente familiar desde a data mencionada na Pergunta 5 (pode haver mais do que um ambiente familiar no mesmo endereço)?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, quando e onde e explique as circunstâncias domésticas aquando a separação.

Endereço(s)	Datas	
	Desde	Até
	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px;">DD/MM/AAAAA</div>	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px;">DD/MM/AAAAA</div>
	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px;">DD/MM/AAAAA</div>	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px;">DD/MM/AAAAA</div>
	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px;">DD/MM/AAAAA</div>	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px;">DD/MM/AAAAA</div>

LII. ST 3 – Statement in support of divorce and (judicial) separation – adultery (page 3)

If the Respondent has personally signed the acknowledgment of service, or any other document on which you rely as evidence of adultery, you must attach a copy of this statement and tick the relevant box(es).

☐ I identify the signature appearing in paragraph 9(a) of the acknowledgement of service, a copy of which I have attached to this statement and marked 'A', as the signature of my ☐ spouse, who is the Respondent in these proceedings.

☐ I identify the signature appearing at the foot of the document which I have attached to this statement and marked 'C' as the signature of my ☐ spouse, who is the Respondent in these proceedings.

I ask the court to grant a decree dissolving my ☐ marriage, or ☐ for (judicial) separation from the Respondent on the fact(s) stated in my petition

☐ and (provided you have applied for costs in your petition for divorce/(judicial) separation) to order the Respondent to pay the costs of this application.

Statement of Truth – the Petitioner must complete and sign this section

I believe that the facts stated in this statement in support of the petition for divorce/(judicial) separation are true

Print full name

Signed

Dated / /

Proceedings for contempt of court may be brought against a person who makes or causes to be made, a false statement in a document verified by a statement of truth.

LIII. TC 3 – Declaração em suporte do divórcio ou separação (judicial) – adultério (pág. 3)

Se o/a Respondente assinou pessoalmente o reconhecimento de serviço, ou qualquer outro documento que sirva de suporte como prova do adultério, deve anexar uma cópia desta declaração e assinalar com um visto quando for relevante,

☐ Identifico a assinatura que aparece no parágrafo 9(a) do reconhecimento de serviço, cuja cópia anexei a esta declaração e marquei com "A", como a assinatura do/a meu/minha ☐ cônjuge, o/a Respondente nestes procedimentos.

☐ Identifico a assinatura que aparece no rodapé do documento, que anexei a esta declaração e marquei com "C", como a assinatura do meu/minha ☐ cônjuge, o/a Respondente nestes procedimentos.

Peço ao tribunal para conceder um decreto a dissolver ☐ o casamento, ou ☐ a separação (judicial) do/a Respondente devido aos factos declarados na solicitação

☐ e para demandar ao/a Respondente que pague as custas desta petição (desde que tenha pedido pelo pagamento das custas na sua petição pelo/a divórcio/separação (judicial)).

Declaração de Verdade – o/a Peticionário/a deve completar e assinar esta secção

Acredito que os factos aqui declarados em suporte da minha solicitação para o divórcio/separação (judicial) são verdadeiros.

Escreva o nome completo em letra de empresa

Assinado

A / /

Podem iniciar-se procedimentos por desobediência ao tribunal contra quem faça ou seja responsável por uma declaração falsa num documento comprovado por uma Declaração de Verdade.

LIV. ST 4 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – desertion (page 1)

**Statement in support of
divorce/dissolution/
(judicial) separation –
desertion**

Section 1(2)(c) Matrimonial Causes Act 1973
Section 44(5)(d) Civil Partnership Act 2004

To be completed by the Petitioner	
Name of court	Case No.
Name of Petitioner	
Name of Respondent	

If completing this form by hand, please use **black ink and BLOCK CAPITAL LETTERS** and tick the boxes that apply.

About the petition

1. Have you read the petition for ☐ divorce ☐ dissolution ☐ (judicial) separation in this case?
☐ Yes ☐ No

2. Do you wish to alter or add to any statement in the divorce/dissolution/(judicial) separation petition?
☐ Yes ☐ No

If yes, please state the alterations or additions to be made.

--

3. Subject to these alterations or additions (if any) is everything stated in your divorce/dissolution/(judicial) separation petition true?
☐ Yes ☐ No

If any statement is not within your own knowledge, please indicate this and state whether it is true to the best of your information and belief.

--

4. State the date on which you and the Respondent separated, and, if different the date on which the alleged desertion began.

DD	MM	YY	YY
----	----	----	----

LV. TC 4 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – deserção (pág. 1)

Declaração em suporte do divórcio/dissolução/separação (judicial) - deserção

Secção 1(2)(c) do Decreto de Causas Matrimoniais de 1973

Secção 44(5)(d) do Decreto de Parcerias Cíveis de 2004

(Section 1(2)(c) Matrimonial Causes Act 1973

Section 44(5)(d) Civil Partnership Act 2004)

A ser completado pelo/a Peticionário/a	
Nome do tribunal	N.º de processo
Nome do/a Peticionário/a	
Nome do/a Respondente	

Se preencher este formulário à mão, use **caneta preta e LETRA DE IMPRENSA EM MAIÚSCULAS** e assinale com um visto quando se aplicar.

Sobre a petição

1. Leu a petição para ☐ o divórcio ☐ a dissolução ☐ a separação (judicial) deste caso?

☐ Sim ☐ Não

2. Deseja alterar ou adicionar qualquer declaração na petição pelo divórcio/dissolução/separação (judicial)?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, descreva as alterações ou adições a realizar.

--

3. Em relação a estas alterações ou adições (se existirem), são verdadeiras todas as declarações feitas na petição de divórcio/dissolução/separação (judicial)?

☐ Sim ☐ Não

Se alguma declaração não estiver de acordo com o seu conhecimento, indique-o e declare se é verdadeira consoante a informação de que dispõe e a sua convicção.

--

4. Declare a data em que se separou do/a Respondente e, se diferente, a data em que a alegada deserção começou.

DD	MM	AAAA
----	----	------

LVI. ST 4 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – desertion (page 2)

5. Did you agree to the separation?

☐ Yes ☐ No

6. State briefly the facts you rely on in support of the allegation that the Respondent deserted you, and your reason for saying that the desertion continued up to the presentation of the divorce /dissolution / (judicial) separation petition.

--

7. Did the Respondent ever offer to resume cohabitation?

☐ Yes ☐ No

If Yes, please explain the circumstances and why the offer was refused.

8. State, as far as you know, the various addresses at which you and the Respondent have respectively lived since the date that the Respondent deserted you and the periods of residence at each address.

From/to (dd/mm/yy)	Petitioner's address	From/to (dd/mm/yy)	Respondent's address

continued over the page »

LVII. TC 4 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – deserção (pág. 2)

5. Concordou com a separação?

☐ Sim ☐ Não

6. Declare brevemente os factos em que suporta a alegação de que o/a Respondente o/a desertou, e a sua razão para afirmar que a deserção continuou até à apresentação da petição de divórcio/dissolução/separação (judicial).

7. O/a Respondente alguma vez sugeriu que voltassem a viver juntos?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, explique as circunstâncias e o porquê de ter recusado.

8. No seu melhor conhecimento, declare os vários endereços onde viveu, e onde o/a Respondente viveu, e os períodos de residência em cada um desde o momento de deserção.

De/até (dd/mm/aa)	Endereço do/a Peticionário/a	De/até (dd/mm/aa)	Endereço do/a Respondente

continua na página seguinte ➞

LVIII. ST 4 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – desertion (page 3)

9. Since the date that the Respondent deserted you, have you ever lived with the Respondent in the same household (there can be more than one household at the same address)?

☐ Yes ☐ No

If Yes, state the address and the period giving dates to the best of your knowledge or belief. Please also explain the domestic circumstances when you separated.

Address(es)	Dates	
	From	To
	DD/MM/YYYY	DD/MM/YYYY
	DD/MM/YYYY	DD/MM/YYYY
	DD/MM/YYYY	DD/MM/YYYY

If the Respondent has personally signed the acknowledgement of service you must attach a copy to this statement and tick the relevant box(es), except that if the acknowledgement of service has been signed by a solicitor acting on behalf of the Respondent you do not need to refer to it or attach to this statement.

- ☐ I identify the signature appearing in paragraph 9(a) of the acknowledgement of service, a copy of which I have attached to this statement and marked 'A', as the signature of my ☐ spouse ☐ civil partner, who is the Respondent in these proceedings.

- ☐ I exhibit marked 'C'

(describe any other document attached).

LIX. TC 4 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – deserção (pág. 3)

9. Viveu com o/a Respondente no mesmo ambiente familiar desde que foi desertado/a (pode haver mais do que um ambiente familiar no mesmo endereço)?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, declare onde e quando o melhor que consiga. Explique também as circunstâncias domésticas aquando da separação.

Endereço(s)	Desde	Datas	Até
	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Se o/a Respondente assinou pessoalmente o reconhecimento de serviço deve anexar uma cópia a esta declaração e assinalar com um visto quando for relevante, exceto se o reconhecimento de serviço tenha sido assinado por um advogado em lugar do/a Respondente, caso em que não precisa de referir-lo ou de anexá-lo a esta declaração.

- ☐ Identifico a assinatura que aparece no parágrafo 9(a) do reconhecimento de serviço, cuja cópia anexe a esta declaração e marqueei com "A", como a assinatura do meu/minha ☐ cônjuge ☐ parceiro/a civil, o/a Respondente nestes procedimentos.

- ☐ Apresento o documento marcado com "C"

(descreva todos os outros documentos anexados).

LX. ST 4 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – desertion (page 4)

I ask the court to grant a decree /an order dissolving my ☐ marriage ☐ civil partnership, or ☐ for (judicial) separation from the Respondent on the fact(s) stated in my petition
☐ and (provided you have applied for costs in your petition for divorce/dissolution/(judicial) separation) to order the Respondent to pay the costs of this application.

Statement of Truth – the Petitioner must complete and sign this section

I believe that the facts stated in this statement in support of the petition for divorce/dissolution/(judicial) separation are true

Print full name

Signed

Dated / /

Proceedings for contempt of court may be brought against a person who makes or causes to be made, a false statement in a document verified by a statement of truth.

LXI. TC 4 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – deserção (pág. 4)

Peço ao tribunal para conceder um decreto/uma ordem a dissolver ☐ o casamento, ☐ a parceria civil ou ☐ a pedir pela separação (judicial) do/a Respondente devido aos factos declarados na solicitação ☐ e para demandar ao/à Respondente que pague as custas desta petição (desde que tenha pedido pelo pagamento das custas na sua petição pelo/a divórcio/dissolução/separação (judicial)).

Declaração de Verdade – o/a Peticionário/a deve completar e assinar esta secção

Acredito que os factos aqui declarados em suporte da minha solicitação para o divórcio/dissolução/separação (judicial) são verdadeiros.

Escreva o nome completo em letra de imprensa

Assinado

A

Podem iniciar-se procedimentos por desobediência ao tribunal contra quem faça ou seja responsável por uma declaração falsa num documento comprovado por uma Declaração de Verdade.

LXII. ST 5 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – 2 years' consent (page 1)

**Statement in support of
divorce/dissolution/
(judicial) separation –
2 years' consent**

Section 1(2)(d) Matrimonial Causes Act 1973
Section 44(5)(b) Civil Partnership Act 2004

To be completed by the Petitioner	
Name of court	Case No.
Name of Petitioner	
Name of Respondent	

If completing this form by hand, please use **black ink and BLOCK CAPITAL LETTERS** and tick the boxes that apply.

About the petition

1. Have you read the petition for ☐ divorce ☐ dissolution ☐ (judicial) separation in this case?
☐ Yes ☐ No
2. Do you wish to alter or add to any statement in the divorce/dissolution/(judicial) separation petition?
☐ Yes ☐ No

If Yes, please state the alterations or additions to be made.

--

3. Subject to these alterations or additions (if any) is everything stated in your divorce/dissolution/(judicial) separation petition true?
☐ Yes ☐ No

If any statement is not within your own knowledge, please indicate this and state whether it is true to the best of your information and belief.

--

4. State the date on which you and the Respondent separated.

DD	/	MM	/	YY	YY
----	---	----	---	----	----

5. State the date on which you came to the decision that the marriage/civil partnership was at an end.

DD	/	MM	/	YY	YY
----	---	----	---	----	----

LXIII. TC 5 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – 2 anos com consentimento (pág. 1.1)

**Declaração em suporte
do divórcio/dissolução/
separação (judicial) -
separação por dois
anos com
consentimento**

Secção 1(2)(d) do Decreto de Causas
Matrimoniais de 1973

Secção 44(5)(b) do Decreto de Parcerias
Civis de 2004

(Section 1(2)(d) Matrimonial Causes Act 1973

Section 44(5)(b) Civil Partnership Act 2004)

A ser completado pelo/a Peticionário/a	
Nome do tribunal	N.º de processo
Nome do/a Peticionário/a	
Nome do/a Respondente	

Se preencher este formulário à mão, use **caneta preta e LETRA DE IMPRENSA EM MAIÚSCULAS** e assinale com um visto quando se aplicar.

Sobre a petição

1. Leu a petição para ☐ o divórcio ☐ a dissolução ☐ a separação (judicial) deste caso?

☐ Sim ☐ Não

2. Deseja alterar ou adicionar qualquer declaração na petição pelo divórcio/dissolução/separação (judicial)?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, descreva as alterações ou adições a realizar.

--

3. Em relação a estas alterações ou adições (se existirem), são verdadeiras todas as declarações feitas na petição de divórcio/dissolução/separação (judicial)?

☐ Sim ☐ Não

Se alguma declaração não estiver de acordo com o seu conhecimento, indique-o e declare se é verdadeira consoante a informação de que dispõe e a sua convicção.

--

LXIV. TC 5 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – 2 anos com consentimento (pág. 1.2)

4. Declare a data em que se separou do/a Respondente.

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

5. Declare a data em que decidiram que o casamento/a parceria civil chegara ao ponto de rutura.

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

LXV. ST 5 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – 2 years’ consent (page 2)

6. State, as far as you know, the various addresses at which you and the Respondent have respectively lived since the date that you separated, and the periods of residence at each address.

From/to (dd/mm/yy)	Petitioner's address	From/to (dd/mm/yy)	Respondent's address

7. Since the date that you separated, have you ever lived with the Respondent in the same household (there can be more than one household at the same address)?

☐ Yes ☐ No

If Yes, state the address and the period giving dates to the best of your knowledge or belief. Please also explain the domestic circumstances when you separated.

Address(es)	Dates	
	From	To
	DD/MM/YYYY	DD/MM/YYYY
	DD/MM/YYYY	DD/MM/YYYY
	DD/MM/YYYY	DD/MM/YYYY

continued over the page ➞

LXVI. TC 5 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – 2 anos com consentimento (pág. 2)

6. No seu melhor conhecimento, declare os vários endereços onde viveu, e onde o/a Respondente viveu, e os períodos de residência em cada um desde a data em que se separaram.

De/até (dd/mm/aa)	Endereço do/a Peticionário/a	De/até (dd/mm/aa)	Endereço do/a Respondente

7. Viveu com o/a Respondente no mesmo ambiente familiar desde que se separaram (pode haver mais do que um ambiente familiar no mesmo endereço)?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, declare onde e quando o melhor que consiga. Explique também as circunstâncias domésticas aquando da separação.

Endereço(s)	Datas	
	Desde	Até
	DD/MM/AAAA	DD/MM/AAAA
	DD/MM/AAAA	DD/MM/AAAA
	DD/MM/AAAA	DD/MM/AAAA

continua na página seguinte ➡

LXVII. ST 5 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – 2 years’ consent (page 3)

If the Respondent has personally signed the acknowledgment of service, or any other document on which you rely as evidence of the Respondent's consent, you must attach a copy to this statement and tick the relevant box(es).

- ☐ I identify the signature appearing in paragraph 10(a) of the acknowledgement of service, a copy of which I have attached to this statement and marked 'A', as the signature of my ☐ spouse ☐ civil partner, who is the Respondent in these proceedings.
- ☐ I identify the signature appearing at the foot of the document which I have attached to this statement and marked 'C' as the signature of my ☐ spouse ☐ civil partner, who is the Respondent in these proceedings.

I ask the court to grant a decree/an order dissolving my ☐ marriage ☐ civil partnership, or ☐ for (judicial) separation from the Respondent on the fact(s) stated in my petition

☐ and (provided you have applied for costs in your petition for divorce/dissolution/(judicial) separation) to order the Respondent to pay the costs of this application.

Statement of Truth – the Petitioner must complete and sign this section

I believe that the facts stated in this statement in support of the petition for divorce/dissolution/(judicial) separation are true

Print full name

Signed

Dated / /

Proceedings for contempt of court may be brought against a person who makes or causes to be made, a false statement in a document verified by a statement of truth.

LXVIII. TC 5 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – 2 anos com consentimento (pág. 3)

Se o/a Respondente assinou pessoalmente o reconhecimento de serviço, ou qualquer outro documento que sirva de suporte como prova do consentimento do/a Respondente, deve anexar uma cópia a esta declaração e assinalar com um visto quando for relevante.

- ☐ Identifico a assinatura que aparece no parágrafo 10(a) do reconhecimento de serviço, cuja cópia anexe a esta declaração e marqueei com "A", como a assinatura do meu/minha ☐ cônjuge ☐ parceiro/a civil, o/a Respondente nestes procedimentos.
- ☐ Identifico a assinatura que aparece no rodapé do documento, que anexe a esta declaração e marqueei com "C", como a assinatura do meu/minha ☐ cônjuge ☐ parceiro/a civil, o/a Respondente nestes procedimentos.

Peço ao tribunal para conceder um decreto/uma ordem a dissolver ☐ o casamento, ☐ a parceria civil ou ☐ a separação (judicial) do/a Respondente devido aos factos declarados na solicitação ☐ e para demandar ao/à Respondente que pague as custas desta petição (desde que tenha pedido pelo pagamento das custas na sua petição pelo/a divórcio/dissolução/separação (judicial)).

Declaração de Verdade – o/a Peticionário/a deve completar e assinar esta secção

Acredito que os factos aqui declarados em suporte da minha solicitação para o divórcio/dissolução/separação (judicial) são verdadeiros.

Escreva o nome completo em letra de empresa

Assinado

A / /

Podem iniciar-se procedimentos por desobediência ao tribunal contra quem faça ou seja responsável por uma declaração falsa num documento comprovado por uma Declaração de Verdade.

LXIX. ST 6 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – 5 years' separation (page 1)

**Statement in support of
divorce/dissolution/
(judicial) separation –
5 years' separation**

Section 1(2)(e) Matrimonial Causes Act 1973
Section 44(5)(c) Civil Partnership Act 2004

To be completed by the Petitioner	
Name of court	Case No.
Name of Petitioner	
Name of Respondent	

If completing this form by hand, please use **black ink and BLOCK CAPITAL LETTERS** and tick the boxes that apply.

About the petition

1. Have you read the petition for ☐ divorce ☐ dissolution ☐ (judicial) separation in this case?
☐ Yes ☐ No
2. Do you wish to alter or add to any statement in the divorce/dissolution/(judicial) separation petition?
☐ Yes ☐ No

If Yes, please state the alterations or additions to be made.

--

3. Subject to these alterations or additions (if any) is everything stated in your divorce/dissolution/(judicial) separation petition true?
☐ Yes ☐ No

If any statement is not within your own knowledge, please indicate this and state whether it is true to the best of your information and belief.

--

4. State the date on which you and the Respondent separated.

DD			MM		YYYY				
5. State the date on which you came to the decision that the marriage/civil partnership was at an end.

DD			MM		YYYY				

LXX. TC 6 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – separação por 5 anos (pág. 1)

**Declaração em suporte
do divórcio/dissolução/
separação (judicial) -
separação por 5 anos**

Secção 1(2)(e) do Decreto de Causas
Matrimoniais de 1973
Secção 44(5)(c) do Decreto de Parcerias Cívicas
de 2004
(Section 1(2)(e) Matrimonial Causes Act 1973
Section 44(5)(c) Civil Partnership Act 2004)

A ser completado pelo/a Peticionário/a	
Nome do tribunal	N.º de processo
Nome do/a Peticionário/a	
Nome do/a Respondente	

Se preencher este formulário à mão, use **caneta preta e LETRA DE IMPRENSA EM MAIÚSCULAS** e assinale com um visto quando se aplicar.

Sobre a petição

1. Leu a petição a pedir ☐ o divórcio ☐ a dissolução ☐ a separação (judicial) deste caso?
☐ Sim ☐ Não
2. Deseja alterar ou adicionar qualquer declaração na petição pelo divórcio/dissolução/separação (judicial)?
☐ Sim ☐ Não

Se sim, descreva as alterações ou adições a realizar.

--

3. Em relação a estas alterações ou adições (se existirem), são verdadeiras todas as declarações feitas na petição de divórcio/dissolução/separação (judicial)?
☐ Sim ☐ Não

Se alguma declaração não estiver de acordo com o seu conhecimento, indique-o e declare se é verdadeira consoante a informação de que dispõe e a sua convicção.

--

4. Declare a data em que se separou do/a Respondente.

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
5. Declare a data em que decidiram que o casamento/parceria civil chegara ao ponto de rutura.

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

LXXI. ST 6 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – 5 years’ separation (page 2)

6. State, as far as you know, the various addresses at which you and the Respondent have respectively lived since the date that you separated, and the periods of residence at each address.

From/to (dd/mm/yy)	Petitioner's address	From/to (dd/mm/yy)	Respondent's address

7. Since the date that you separated, have you ever lived with the Respondent in the same household?

☐ Yes ☐ No

If Yes, state the address and the period giving dates to the best of your knowledge or belief. Please also explain the domestic circumstances when you separated.

Address(es)	Dates	
	From	To
	DD/MM/YYYY	DD/MM/YYYY
	DD/MM/YYYY	DD/MM/YYYY
	DD/MM/YYYY	DD/MM/YYYY

continued over the page to ➞

LXXII. TC – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – separação por 5 anos (pág. 2)

6. No seu melhor conhecimento, declare os vários endereços onde viveu, e onde o/a Respondente viveu, e os períodos de residência em cada um desde a data em que se separaram.

De/até (dd/mm/aa)	Endereço do/a Peticionário/a	De/até (dd/mm/aa)	Endereço do/a Respondente

7. Viveu com o/a Respondente no mesmo ambiente familiar desde que se separaram?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, declare onde e quando o melhor que consiga. Explique também as circunstâncias domésticas aquando da separação.

Endereço(s)	Datas	
	Desde	Até
	<input type="text" value="dd/mm/aaaa"/>	<input type="text" value="dd/mm/aaaa"/>
	<input type="text" value="dd/mm/aaaa"/>	<input type="text" value="dd/mm/aaaa"/>
	<input type="text" value="dd/mm/aaaa"/>	<input type="text" value="dd/mm/aaaa"/>

continua na página seguinte ➡

LXXIII. ST 6 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – 5 years’ separation (page 3)

If the Respondent has personally signed the acknowledgement of service, you must attach a copy to this statement and tick the relevant box(es), except that if the acknowledgement of service has been signed by a solicitor acting on behalf of the Respondent you do not need to refer to it or attach to this statement.

☐ I identify the signature appearing in paragraph 10(a) of the acknowledgement of service, a copy of which I have attached to this statement and marked 'A', as the signature of my ☐ spouse ☐ civil partner, who is the Respondent in these proceedings.

☐ I identify the signature appearing in the attached statement dated / / , and marked 'B' as the signature of the Respondent.

I ask the court to grant a decree /an order dissolving my ☐ marriage ☐ civil partnership, or ☐ for (judicial) separation from the Respondent on the fact(s) stated in my petition

☐ and (provided you have applied for costs in your petition for divorce/dissolution/(judicial) separation) to order the Respondent to pay the costs of this application.

Statement of Truth – the Petitioner must complete and sign this section

I believe that the facts stated in this statement in support of the petition for divorce/dissolution/(judicial) separation are true

Print full name

Signed Dated / /

Proceedings for contempt of court may be brought against a person who makes or causes to be made, a false statement in a document verified by a statement of truth.

LXXIV. TC 6 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – separação por 5 anos (pág. 3)

Se o/a Respondente assinou pessoalmente o reconhecimento de serviço deve anexar uma cópia a esta declaração e assinalar com um visto quando for relevante, exceto se o reconhecimento de serviço tenha sido assinado por um advogado em lugar do/a Respondente, caso em que não precisa de referir-lo ou de anexá-lo a esta declaração.

☐ Identifico a assinatura que aparece no parágrafo 10(a) do reconhecimento de serviço, cuja cópia anexe à esta declaração e marquei com "A", como a assinatura do meu/minha ☐ cônjuge ☐ parceiro/a civil, o/a Respondente nestes procedimentos.

☐ Identifico a assinatura que aparece na declaração anexada com a data, / / e marcada com "B" como a assinatura do/a Respondente.

Peço ao tribunal para conceder um decreto/uma ordem a dissolver ☐ o casamento ☐ a parceria civil ou ☐ a pedir a separação (judicial) do/a Respondente devido aos factos declarados na solicitação ☐ e para demandar ao/à Respondente que pague as custas desta petição (desde que tenha pedido pelo pagamento das custas na sua petição pelo/a divórcio/dissolução/separação (judicial)).

Declaração de Verdade – o/a Peticionário/a deve completar e assinar esta secção

Acredito que os factos aqui declarados em suporte da minha solicitação para o divórcio/dissolução/separação (judicial) são verdadeiros

Escreva o nome completo em letra de imprensa

Assinado

A

/ /

Podem iniciar-se procedimentos por desobediência ao tribunal contra quem faça ou seja responsável por uma declaração falsa num documento comprovado por uma Declaração de Verdade.

LXXV. ST 7 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – unreasonable behaviour (page 1)

**Statement in support of
divorce/dissolution/
(judicial) separation –
unreasonable behaviour**

Section 1(2)(b) Matrimonial Causes Act 1973
Section 44(5)(a) Civil Partnership Act 2004

To be completed by the Petitioner	
Name of court	Case No.
Name of Petitioner	
Name of Respondent	

If completing this form by hand, please use **black ink and BLOCK CAPITAL LETTERS** and tick the boxes that apply.

About the petition

1. Have you read the petition for ☐ divorce ☐ dissolution ☐ (judicial) separation in this case?
☐ Yes ☐ No
2. Do you wish to alter or add to any statement in the divorce/dissolution/(judicial) separation petition?
☐ Yes ☐ No

If Yes, please state the alterations or additions to be made.

--

3. Subject to these alterations or additions (if any) is everything stated in your divorce/dissolution/(judicial) separation petition true?
☐ Yes ☐ No

If any statement is not within your own knowledge, please indicate this and state whether it is true to the best of your information and belief.

--

4. If you consider that the Respondent's behaviour has affected your health, state the effect it has had.

--

LXXVI. TC 7 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – comportamento irrazoável (pág. 1.1)

Declaração em suporte do divórcio/dissolução/separação (judicial) - comportamento irracional

Secção 1(2)(b) do Decreto de Causas Matrimoniais de 1973
Secção 44(5)(a) do Decreto de Parcerias Cíveis de 2004
(Section 1(2)(b) Matrimonial Causes Act 1973
Section 44(5)(a) Civil Partnership Act 2004)

A ser completado pelo/a Peticionário/a	
Nome do tribunal	N.º de processo
Nome do/a Peticionário/a	
Nome do/a Respondente	

Se preencher este formulário à mão, use **caneta preta e LETRA DE IMPRENSA EM MAIÚSCULAS** e assinale com um visto quando se aplicar.

Sobre a petição

1. Leu a petição para ☐ o divórcio ☐ a dissolução ☐ a separação (judicial) deste caso?
☐ Sim ☐ Não
2. Deseja alterar ou adicionar qualquer declaração na petição pelo divórcio/dissolução/separação (judicial)?
☐ Sim ☐ Não

Se sim, descreva as alterações ou adições a realizar.

--

3. Em relação a estas alterações ou adições (se existirem), são verdadeiras todas as declarações feitas na petição de divórcio/dissolução/separação (judicial)?
☐ Sim ☐ Não

Se alguma declaração não estiver de acordo com o seu conhecimento, indique-o e declare se é verdadeira consoante a informação de que dispõe e a sua convicção.

--

4. Se alguma vez considerou que o comportamento do/a Respondeu afetou a sua saúde, declare o efeito que teve.

LXXVII. TC 7 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – comportamento irrazoável (pág. 1.2)



LXXVIII. ST 7 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – unreasonable behaviour (page 2)

5. Is the Respondent's behaviour as set out in your petition continuing?

☐ Yes ☐ No

If the Respondent's behaviour is not continuing, what was the date of the final incident relied upon by you in your petition?

DD

MM

YY

YY

6. Since the date given in answer to question 5 (or if no date was given to that question, since the date of your divorce/dissolution/(judicial) separation petition), have you lived at the same address as the Respondent for a period of more than 6 months?

☐ Yes ☐ No

If Yes, state the address and the period giving dates, and describe the arrangements for sharing the accommodation. Please explain the domestic circumstances when you separated.

Address(es)	Dates	
	From	To
	<div><div>DD</div><div>MM</div><div>YY</div><div>YY</div></div>	<div><div>DD</div><div>MM</div><div>YY</div><div>YY</div></div>
	<div><div>DD</div><div>MM</div><div>YY</div><div>YY</div></div>	<div><div>DD</div><div>MM</div><div>YY</div><div>YY</div></div>
	<div><div>DD</div><div>MM</div><div>YY</div><div>YY</div></div>	<div><div>DD</div><div>MM</div><div>YY</div><div>YY</div></div>
Arrangements for sharing the accommodation		

LXXIX. TC 7 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – comportamento irrazoável (pág. 2)

5. O comportamento do/a Respondente como o descreveu na sua petição prossegue?

☐ Sim ☐ Não

Se o comportamento do/a Respondente cessou, qual a data do último incidente em que se suporta na sua petição?

DD/MM/AAAA

6. Viveu com o/a Respondente no mesmo endereço durante um período superior a 6 meses desde a data declarada na pergunta 5 (ou se não indicou qualquer data, desde que solicitou o divórcio/dissolução/separação (judicial))?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, quando e onde e explique os preparativos realizados para partilharem a habitação. Explique as circunstâncias domésticas aquando da separação.

Endereço(s)	Datas	
	Desde	Até
	DD/MM/AAAA	DD/MM/AAAA
	DD/MM/AAAA	DD/MM/AAAA
	DD/MM/AAAA	DD/MM/AAAA
Preparações para partilharem a habitação		

LXXX. ST 7 – Statement in support of divorce, dissolution and (judicial) separation – unreasonable behaviour (page 3)

If the Respondent has personally signed the acknowledgement of service, you must attach a copy to this statement and tick the relevant box(es), except that if the acknowledgement of service has been signed by a solicitor acting on behalf of the Respondent you do not need to refer to it or attach to this statement.

☐ I identify the signature appearing in paragraph 9(a) of the acknowledgement of service, a copy of which I have attached to this statement and marked 'A', as the signature of my ☐ spouse ☐ civil partner, who is the Respondent in these proceedings.

I ask the court to grant a decree /an order dissolving my ☐ marriage ☐ civil partnership, or ☐ for (judicial) separation from the Respondent on the fact(s) stated in my petition

☐ and (provided you have applied for costs in your petition for divorce/dissolution/(judicial) separation) to order the Respondent to pay the costs of this application.

Statement of Truth – the Petitioner must complete and sign this section

I believe that the facts stated in this statement in support of the petition for divorce/dissolution/(judicial) separation are true

Print full name

Signed

Dated / /

Proceedings for contempt of court may be brought against a person who makes or causes to be made, a false statement in a document verified by a statement of truth.

LXXXI. TC 7 – Declaração em suporte do divórcio, dissolução ou separação (judicial) – comportamento irrazoável (pág. 3)

Se o/a Respondente assinou pessoalmente o reconhecimento de serviço deve anexar uma cópia a esta declaração e assinalar com um visto quando for relevante, exceto se o reconhecimento de serviço tenha sido assinado por um advogado em lugar do/a Respondente, caso em que não precisa de referi-lo ou de anexá-lo a esta declaração.

☐ Identifico a assinatura que aparece no parágrafo 9(a) do reconhecimento de serviço, cuja cópia anexe a esta declaração e marquei com "A", como a assinatura do meu/minha ☐ cônjuge ☐ parceiro/a civil, o/a Respondente nestes procedimentos.

Pego ao tribunal para conceder um decreto/uma ordem a dissolver ☐ o casamento, ☐ a parceria civil ou ☐ a pedir pela separação (judicial) do/a Respondente devido aos factos declarados na solicitação ☐ e para demandar ao/à Respondente que pague as custas desta petição (desde que tenha pedido pelo pagamento das custas na sua petição pelo/a divórcio/dissolução/separação (judicial)).

Declaração de Verdade – o/a Peticionário/a deve completar e assinar esta secção

Acredito que os factos aqui declarados em suporte da minha solicitação para o divórcio/dissolução/separação (judicial) são verdadeiros

Escreva o nome completo em letra de imprensa

Assinado

A

Podem iniciar-se procedimentos por desobediência ao tribunal contra quem faça ou seja responsável por uma declaração falsa num documento comprovado por uma Declaração de Verdade.

LXXXII. ST 8 – Application for a decree nisi/conditional order or (judicial) separation decree/order

**Application for a decree nisi/
conditional order or
(judicial) separation
decree/order**

To be completed by the Petitioner	
Name of court	Case No.
Name of Petitioner	
Name of Respondent	
Name of Co-Respondent (if applicable)	
Fee charged/Remission ID	

If completing this form by hand, please use **black ink and BLOCK CAPITAL LETTERS**.

Please complete section A or B

(please tick boxes as appropriate)

Section A – undefended case

The Petitioner (insert full name)

applies to the Judge for a ☐ decree nisi/conditional order of ☐ divorce ☐ dissolution ☐ nullity in this case.
☐ (judicial) separation decree/order in this case.

The Petitioner's statement in support of the divorce/dissolution/nullity/(judicial) separation is lodged with this application.

Section B – defended case

The Petitioner (insert full name)

☐ applies for a Case Management hearing before the (district) judge.

Signed

Petitioner/Solicitors for Petitioner

(delete as appropriate)

Dated / /

LXXXIII. TC 8 – Solicitação para uma ordem/decreto condicional ou ordem/decreto de separação (judicial)

Solicitação para um decreto/ordem condicional ou decreto/ordem de separação judicial)

A ser completado pelo/a Peticionário/a	
Nome do tribunal	N.º de processo
Nome do/a Peticionário	
Nome do/a Respondente	
Nome do/a Interviente (se aplicável)	
Custas/Remição de custas	

Se preencher este formulário à mão, use **caneta preta e LETRA DE IMPRENSA EM MAIÚSCULAS**.

Complete a secção A ou B

(selecione com um visto quando apropriado)

Secção A - caso não defendido

O/a Peticionário/a (nome completo)

solicita ao Juiz um/uma ☐ decreto/ordem condicional de ☐ divórcio ☐ de dissolução ☐ de anulação neste caso.

☐ um/uma decreto/ordem de separação (judicial)

A declaração em suporte do/a divórcio/dissolução/nulidade/separação (judicial) do/a Peticionário/a apresenta-se junto desta solicitação.

Secção B – caso defendido

O/a Peticionário/a (nome completo)

☐ solicita uma audiência perante o juiz (distrital) para Discussão do Caso.

Assinado

Peticionário/a/seus Advogados

(elimine como apropriado)

A

LXXXIV. ST 9 – Notice of application for decree nisi to be made absolute or conditional order to be made final

**Notice of application for
decree nisi to be made
absolute or conditional
order to be made final**

To be completed by the Petitioner or Respondent	
Name of court	Case No.
Name of Petitioner	
Name of Respondent	
Name of Co-Respondent (if applicable)	

(please tick appropriate boxes)

The ☐ Petitioner ☐ Respondent applies for the decree nisi/conditional order made in their favour
on / / to be made absolute/final.

Signed

Petitioner/Solicitors for Petitioner (delete as appropriate)
Respondent/Solicitors for Respondent

Solicitor's fee account no.

Dated

/ /

LXXXV. TC 9 – Aviso de aplicação para tornar o decreto condicional absoluto ou a ordem condicional final

**Aviso de solicitação
para tornar o decreto
condicional absoluto ou
a ordem condicional
final**

A ser completado pelo/a Peticionário/a ou pelo/a Respondente	
Nome do tribunal	N.º de processo
Nome do/a Peticionário/a	
Nome do/a Respondente	
Nome do/a Interviente (se aplicável)	

(marque com um visto como apropriado)

O/a ☐ Peticionário/a ☐ Respondente solicita que o decreto condicional/a ordem condicional realizado/a em seu favor na data / / se torne absoluto/final.

Assinado

Peticionário/a/seus Advogados
Respondente/seus Advogados

(elimine como apropriado)

IBAN advogado

A

 / /

LXXXVI. ST 10 – Application notice (page 1)

Application notice

If completing this form by hand, please use **black ink and BLOCK CAPITAL LETTERS** and tick the boxes that apply.

To be completed by the relevant party	
Name of court	Case no.
Name of Petitioner/Applicant	
Name of Respondent	
Name of Co-Respondent (if applicable)	
Fees charged/Remission ID	
Solicitor's fee account no.	

1. Please state your name or, if you are a solicitor, the name of your firm.

2. Are you the ☐ Petitioner ☐ Applicant ☐ Respondent ☐ Co-Respondent ☐ Solicitor in the main proceedings, or

☐ Other?
(If Other, please specify)

If you are a solicitor, whom do you represent?

3. What order are you asking the court to make and why?

Please attach a draft copy of the order you are applying for.

4. This application may be considered by a judge on the information you have set out in your application notice. The judge may make an order on that information, without a hearing. However, any party who objects to an order made in this way may apply to the court within 7 days of it being made, for a hearing, at which all parties can attend, when the application will be reconsidered.

Are there any reasons why this application should not be dealt with on paper by a judge?

☐ Yes ☐ No

If Yes, please provide details.

Aviso de aplicação

Se preencher este formulário à mão, use **caneta preta e LETRA DE IMPRENSA EM MAIÚSCULAS** e assinale com um visto quando se aplicar.

A ser completado pela parte relevante	
Nome do tribunal	N.º de processo
Nome do/a Peticionário/a/Requerente	
Nome do/a Respondente	
Nome do/a Interviente (se aplicável)	
Custas/Remição de custas	
IBAN honorários	

1. Declare o seu nome ou, se é um advogado, o nome da sua firma.

2. É o/a ☐ Peticionário/a ☐ Requerente ☐ Respondente ☐ Interviente ☐ Advogado nos procedimentos principais, ou

☐ Outro?
(se Outro, especifique)

Se é um advogado, é o representante de quem?

3. Qual o pedido que está a fazer ao tribunal e porquê?

Anexe um rascunho da ordem que solicita.

4. Esta aplicação pode ser considerada por um juiz a partir da informação do aviso prévio de aplicação. O juiz pode remitar a ordem a partir dessa informação, sem uma audiência. Porém, qualquer parte que se oponha a uma ordem remetida desta forma pode solicitar por uma audiência em tribunal até 7 dias depois da remissão, à qual todas as partes podem atender e onde a aplicação será reconsiderada.

Existe algum motivo para um juiz não lidar em papel com esta aplicação?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, forneça detalhes.

LXXXVIII. ST 10 – Application notice (page 2)

5. Are there any reasons why this application should not be dealt with at a telephone hearing? ☐ Yes ☐ No
If Yes, please provide details.

6. How long do you think the hearing will last? hours minutes
Is this time estimate agreed by all parties? ☐ Yes ☐ No

7. Give details of any fixed hearing date or period?

8. Does this application need to be heard by a specific judge/level of judge? ☐ Yes ☐ No
If Yes, please enter name/level of judge

9. Who should be served with this application?
Give names and addresses, including postcodes: (If necessary, please continue on a separate sheet)

10. What information will you be relying on?
☐ the attached statement.
☐ the divorce/dissolution/nullity/(judicial) separation petition.
☐ the affidavit in support of the divorce/dissolution/nullity/(judicial) separation.
☐ the evidence set out in the box below:
(If necessary, please continue on a separate sheet)

LXXXIX. TC 10 – Aviso de aplicação (pág. 2)

5. Existe algum motivo para não se lidar com esta aplicação através de uma audiência telefónica? ☐ Sim ☐ Não
Se sim, forneça detalhes.

6. Quanto tempo crê que a audiência demorará? horas minutos
Todas as partes concordaram com a última resposta? ☐ Sim ☐ Não

7. Forneça detalhes sobre qualquer data ou período fixos para a audiência?

8. É necessário que esta aplicação seja ouvida por um juiz específico/duma estância específica? ☐ Sim ☐ Não
Se sim, forneça o nome/estância do juiz

9. A quem deve ser remetida esta aplicação?
Forneça nomes e endereços, incluindo códigos-postais: (Se necessário, continue numa folha separada)

10. Qual a informação em que se apoiará?

☐ a declaração anexada.

☐ a solicitação de divórcio/dissolução/nulidade/separação (judicial).

☐ a declaração sob juramento (*affidavit*) em suporte do/a divórcio/dissolução/nulidade/separação (judicial).

☐ a evidência apresentada abaixo:

(Se necessário, continue numa folha separada)

XC. ST 10 – Application notice (page 3)

Statement of Truth This section must be completed by the person making this application (referred to in this section as the 'Applicant'), or by a solicitor acting for the Applicant.	
<div style="text-align: right; font-size: small;">*delete as appropriate</div> *[I believe] [the Applicant believes] that the facts stated in this section (and any continuation sheets) are true.	
*I am duly authorised by the Applicant to sign this statement.	
Signed <input style="width: 90%;" type="text"/>	Dated <input style="width: 20px;" type="text"/> / <input style="width: 20px;" type="text"/> / <input style="width: 20px;" type="text"/>
Applicant(s Solicitor)(s litigation friend)	
Print full name	<input style="width: 95%;" type="text"/>
Name of Applicant's solicitor's firm	<input style="width: 95%;" type="text"/>
Position or office held <small>(if signing on behalf of firm or company)</small>	<input style="width: 95%;" type="text"/>
Proceedings for contempt of court may be brought against a person who makes or causes to be made, a false statement in a document verified by a statement of truth.	

11. Signature and address details

Signed <input style="width: 90%;" type="text"/>	Dated <input style="width: 20px;" type="text"/> / <input style="width: 20px;" type="text"/> / <input style="width: 20px;" type="text"/>
Applicant(s Solicitor)(s litigation friend)	
Position or office held <small>(if signing on behalf of firm or company)</small>	<input style="width: 95%;" type="text"/>

Applicant's address to which documents about this application should be sent:	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th colspan="2" style="background-color: #cccccc;">If applicable</th> </tr> <tr> <td style="width: 30%;">Telephone no.</td> <td><input style="width: 70%;" type="text"/></td> </tr> <tr> <td>Fax no.</td> <td><input style="width: 70%;" type="text"/></td> </tr> <tr> <td>DX no.</td> <td><input style="width: 70%;" type="text"/></td> </tr> <tr> <td>Your ref.</td> <td><input style="width: 70%;" type="text"/></td> </tr> </table>	If applicable		Telephone no.	<input style="width: 70%;" type="text"/>	Fax no.	<input style="width: 70%;" type="text"/>	DX no.	<input style="width: 70%;" type="text"/>	Your ref.	<input style="width: 70%;" type="text"/>
If applicable											
Telephone no.	<input style="width: 70%;" type="text"/>										
Fax no.	<input style="width: 70%;" type="text"/>										
DX no.	<input style="width: 70%;" type="text"/>										
Your ref.	<input style="width: 70%;" type="text"/>										
Postcode <input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/>											
E-mail <input style="width: 95%;" type="text"/>											

XCI. TC 10 – Aviso de aplicação (pág. 3)

Declaração de Verdade

Esta secção deve ser completada pela pessoa que está a realizar esta aplicação (referida nesta secção como o "Requerente"), ou por um advogado a representá-la.

*elimine como apropriado

*[Acredito] [o/a Requerente acredita] que os factos declarados nesta secção (e em qualquer página onde esta secção continue) são verdadeiros.

*Estou devidamente autorizado a assinar esta declaração pelo/a Requerente.

Assinado A

Requerente(seu advogado)(representante litigioso)

Escreva nome completo em letra de imprensa

Nome da firma do advogado do Solicitador

Posição ou função

(se a assinar pela companhia ou firma)

Podem iniciar-se procedimentos por desobediência ao tribunal contra quem faça ou seja responsável por uma declaração falsa num documento comprovado por uma Declaração de Verdade.

11. Assinatura e detalhes da morada

Assinado A

Requerente (advogado) (representante litigioso)

Posição ou função

(se a assinar pela companhia ou firma)

A morada do/a Requerente para onde devem ser enviados documentos sobre esta aplicação:	Se aplicável	
	N.º de telefone	<input type="text"/>
	N.º de fax	<input type="text"/>
	N.º de Delivery eXchange	<input type="text"/>
	Sua ref.	<input type="text"/>

C.P.

E-mail

XCII. ST 10 – Application notice (page 4)

Notice of application – Notes for guidance

Court Staff cannot give out legal advice. If you need information or advice on a legal problem you can contact Community Legal Advice on 0845 345 4 345 or www.communitylegaladvice.org.uk, or a Citizens Advice Bureau. Details of your local offices and contact numbers are available on their website www.citizensadvice.org.uk.

Paying the court fee

A court fee is payable depending on the type of application you are making. For example:

- To apply for leave to issue a divorce petition without a marriage certificate.
- To apply for an order within existing proceedings.
- To apply for directions to be given by the judge in existing proceedings.
- To ask for a hearing to be adjourned.

For more information on court fees, please refer to booklet **EX50 – Civil and Family Court fees**.

This booklet is available from your local court or on the internet at hmctsformfinder.justice.gov.uk

What if I cannot afford to pay a court fee?

If you cannot afford to pay a court fee, you may be eligible for a fee remission in full or in part. The booklet **EX160A – Court and Tribunal Fees – Do I have to pay them?** gives all the information you need. You can get a copy from any court office or online at hmctsformfinder.justice.gov.uk

Completing the form

Question 3

Set out what order you are applying for and why; e.g. to adjourn the hearing because..., to apply for leave to issue my divorce petition without my marriage certificate because... etc. If you are applying to vary an existing order or to re-activate proceedings you should enter the details here. A draft copy of any order you are applying for must be attached to your application. The draft should state the amount of any costs to be paid by the other party and a brief calculation of how it was arrived at.

Question 4 and 5

Most applications will require a hearing and you will be expected to attend. The court will allocate a hearing date and time for the application. Please indicate in a covering letter any dates that you are unavailable to attend within the next six weeks.

The court will only deal with the application 'without a hearing' in the following circumstances:

- where all the parties agree to the terms of the order being asked for;
- where all the parties agree that the court should deal with the application without a hearing; or
- where the court does not consider that a hearing would be appropriate.

Telephone hearings are only available in applications where at least one of the parties involved in the case is legally represented.

Not all applications will be suitable for a telephone hearing and the court may refuse your request.

Question 6

If you do not know how long the hearing will take do not guess, instead leave these boxes blank.

Question 7

If your case has already been allocated a hearing date or trial period please insert details of those dates in the box.

Question 8

Enter the details if there is a requirement for your case to be heard by a specific judge or level of judge.

Question 9

Please indicate in the box provided who you want the court to send a copy of the application to.

Question 10

In this section please set out the information you want the court to take into account in support of the application you are making. If you wish to rely on:

- a **witness statement**, tick the first box and attach the statement to the application notice. A witness statement form is available on request from the court office.
- a **statement of case**, tick the second box if you intend to rely on your particulars of claim or defence in support of your application.
- **written evidence** on this form, tick the fourth box and enter details in the space provided. You must also complete the statement of truth. Proceedings for contempt of court may be brought against a person who signs a statement of truth without an honest belief in its truth.

Question 11

The application must be signed and dated and your current address and contact details completed. If you agree that the court and the other parties may communicate with you by Document Exchange, telephone, facsimile or email, please complete the details.

Before returning your form to the court

Have you:

- signed the form on page 3?
- enclosed the correct fee or an application for fee remission?
- enclosed the required evidence in support of your remission application, if you are applying for one as set out in **EX160A – Court and Tribunal Fees – Do I have to pay them?**
- made sufficient copies of your application and supporting documentation? You will need to submit one copy for each party to be served and one copy for the court.

XCIII. TC 10 – Aviso de aplicação (pág. 4.1)

Aviso de aplicação - Material de apoio

Membros do tribunal não podem providenciar conselhos jurídicos. Se precisa de informação ou conselhos acerca de um problema jurídico, pode contactar Aconselho Jurídico Comunitário (*Community Legal Advice*) através de 0845 345 4 345 ou www.communitylegaladvice.org.uk, ou um Gabinete de Apoio ao Cidadão (*Citizens Advice Bureau*). Informação de números de contacto e centro de apoio mais próximos de si estão disponíveis em www.citizensadvice.org.uk.

Pagar as custas do tribunal

O pagamento das custas do tribunal depende do tipo de aplicação. Por exemplo:

- Para pedir permissão para expedir uma petição de divórcio sem um certificado de casamento.
- Para pedir por uma ordem dentro dos procedimentos existentes.
- Para pedir para receber conselhos do juiz nos procedimentos existentes.
- Para pedir pelo adiamento de uma audiência.

Para mais informações acerca de custas do tribunal, consulte o livreto **EX50 - Custas do Tribunal Civil e de Família**.

Este livreto está disponível no seu tribunal local ou na Internet em hmctsformfinder.justice.gov.uk

E se não puder pagar as custas do tribunal?

Se não puder pagar as custas do tribunal, pode ser elegível para uma remição total ou parcial das custas. O livreto **EX50 - Custas do Tribunal Civil e de Família - Tenho de as pagar?** contém toda a informação necessária. Pode adquirir uma cópia em qualquer tribunal ou *online* em hmctsformfinder.justice.gov.uk

Completar o formulário

Questão 3

Explique qual a ordem que está a solicitar e porquê; por exemplo, para adiar a audiência porque..., para pedir permissão para expedir uma petição de divórcio sem certificado de casamento porque..., etc.. Se a aplicação tem como objetivo modificar uma ordem existente ou reiniciar procedimentos, deve fornecer detalhes aqui. Deve anexar um rascunho da ordem que está a solicitar à sua aplicação. O rascunho deve declarar o total de quaisquer custos a ser pagos pela outra parte e um cálculo breve de como chegou a esse número.

Questões 4 e 5

A maioria das aplicações requer uma audiência na qual é esperada a sua presença. O tribunal vai fixar uma data e hora para a audiência da aplicação. Indique numa carta sumativa qualquer data na qual estará indisponível para comparecer dentro das próximas seis semanas.

O tribunal apenas lidará com a aplicação "sem uma audiência" nas seguintes circunstâncias:

- quando todas as partes concordam com os termos da ordem pedida;
- quando todas as partes concordam que o tribunal deve lidar com a aplicação sem uma audiência; ou

Questão 6

Se não sabe quanto tempo durará a audiência não tente adivinhar, apenas não responda a esta pergunta.

Questão 7

Se já foi fixada a data da audiência ou o período de julgamento, forneça detalhes dessas datas.

Questão 8

Forneça detalhes se existe necessidade do seu caso ser ouvido por um juiz específico/numa determinada posição.

Questão 9

Indique no local apropriado os indivíduos para quem deseja que o tribunal envie uma cópia da aplicação.

Questão 10

Nesta secção deve fornecer informação em suporte da aplicação que está a preencher e que quer que o tribunal tenha em consideração. Se deseja apoiar-se:

- na **declaração de uma testemunha**, selecione a primeira caixa e anexe a declaração ao aviso da aplicação. O formulário para uma declaração de testemunho é disponibilizado no tribunal.
- na **declaração de caso**, selecione a segunda caixa se pretende apoiar-se na declaração que expõe o caso e especifica os factos em suporte da sua aplicação.
- evidência escrita neste formulário, selecione a caixa quatro e forneça detalhes no espaço providenciado. Também deve completar a Declaração de Verdade. Podem iniciar-se procedimentos por desobediência ao tribunal contra quem assine uma declaração da verdade sem crer honestamente na sua veracidade.

Questão 11

A aplicação deve ser assinada e datada, e a informação sobre o endereço e contacto atuais deve ser completada. Se concorda que o tribunal e as outras partes podem comunicar consigo através de *Document Exchange*, telefone, fax ou correio eletrónico, preencha essa informação.

Antes de enviar o seu formulário de volta ao tribunal

Assegure-se que:

- assinou o questionário na página 3;
- incluiu as custas corretas ou a aplicação para a remição de custas;
- incluiu as evidências requeridas em suporte da sua aplicação de remição, se está a solicitar como descrito no **EX160A - Custas do Tribunal** -

XCIV. TC 10 – Aviso de aplicação (pág. 4.2)

- quando o tribunal não considera que uma audiência seria apropriada.

Audiências por telefone só são possíveis em aplicações quando pelo menos uma das partes envolvidas no caso tem representação legal.

Nem todas as aplicações são adequadas para uma audiência por telefone e o tribunal pode recusar esse pedido.

Tenho de as pagar?

- fez cópias suficientes da sua aplicação e documentação de apoio. Precisarà de submeter uma cópia para ser remetida a cada parte e uma cópia para o tribunal.